

ANELIZE VERGARA

**RUBEM BRAGA: CRÔNICA E CENSURA NO ESTADO NOVO
(1938-1939)**

ASSIS
2014

ANELIZE VERGARA

**RUBEM BRAGA: CRÔNICA E CENSURA NO ESTADO NOVO
(1938- 1939)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para
a obtenção do título de Mestra em História (Área de
Conhecimento: História e Sociedade)

Orientadora: Prof^a Dr^a Tania Regina de Luca

ASSIS
2014

Ficha catalográfica elaborada pela Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp

V494r / Assis,	Vergara, Anelize Rubem Braga : crônica e censura no Estado Novo (1938-1939) Anelize Vergara. – Assis : [s.n.], 2014 f.164 Orientadora: Tania Regina de Luca Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Universidade Estadual Paulista 1. Rubem Braga. 2. Imprensa – Brasil – Censura – 1938-1939. 3. Brasil – História – Estado Novo, 1937-1945. I. Título.
CDD 981.061	

ANELIZE VERGARA

RUBEM BRAGA: CRÔNICA E CENSURA NO ESTADO
NOVO (1938-1939)

Dissertação apresentada à Faculdade
de Ciências e Letras - UNESP para a
obtenção do título de Mestre em
História (Área de Conhecimento:
História e Sociedade)

Data da Aprovação: 10/07/2014

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROFA. DRA. TANIA REGINA DE LUCA - UNESP/Assis



Membros: PROFA. DRA. KARINA ANHEZINI DE ARAUJO - UNESP/Assis



PROFA. DRA. ANA LUIZA MARTINS - CONDEPHAAT/São Paulo

Aos meus pais Valdir e Odila.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho encerra um ciclo de estudos que começou com minha mudança para a cidade de Assis em 2007 para cursar graduação em História. A trajetória pela “Sorbonne do Sertão” foi preenchida por dificuldades, que geralmente costumam vir entrelaçadas por muito aprendizado, seja ele de cunho pessoal ou acadêmico. Primeiramente, agradeço a professora Tania Regina de Luca, que desde 2008 dispõe de atenção inigualável, numa orientação precisa e comprometida. As correções e os apontamentos demonstram não só a excelência de um vasto conhecimento historiográfico, mas o verdadeiro sentido de professorar.

Agradeço também aos professores que compuseram a banca de qualificação, Karina Anhezini que acompanhou a pesquisa desde sua elaboração e Luiz Carlos Simon, pelos importantes apontamentos e a atenta leitura do relatório de qualificação. Na banca de defesa, agradeço, ainda, a professora Ana Luiza Martins que, embora num curto prazo, traçou considerações precisas que auxiliaram na versão final do trabalho. Além disso, agradeço igualmente à professora Silvia Maria Azevedo que, mesmo como suplente, dedicou seu tempo para a leitura rigorosa da dissertação. Parte da pesquisa também foi realizada no grupo de estudos RIRRA 21, em Montpellier, França, graças à orientação segura da professora Marie-Ève Therenty, a quem agradeço pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos historiográficos além mar.

Agradeço também a Maria do Carmo Oliveira e a Roberto Seljan Braga pela autorização de pesquisa no arquivo de Rubem, na Casa Rui Barbosa, sem tal gentileza a pesquisa ficaria comprometida. Agradeço, ainda, as professoras Marcia Abreu, do IEL, na Unicamp, pelas aulas como aluna especial durante o comprimento dos créditos. Da mesma universidade agradeço ainda, a colega Priscila Salvaia, pela simpatia e auxílio nas leituras sobre crônica. A professora Lúcia Granja, agradeço, também, pela gentileza em intermediar o contato com o grupo RIRRA 21.

Sou grata aos funcionários da Biblioteca Acácio José Santa Rosa, da Unesp/Assis, Auro Sakuba, às funcionárias do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa CEDAP, Marlene Gasque (in memoriam) e Isabel Neme e às funcionárias do Departamento de História, Clarice Gonçalves e a Zazá sempre muito simpáticas e solícitas. Ao funcionário do Arquivo Público do Rio de Janeiro, Johennir Janotti, pela gentileza no acesso aos documentos. Ao funcionário da Biblioteca Nacional, Rutonio Sant’Anna pelo auxílio com as fotografias do livro de Rubem e pela simpatia em

atender os pesquisadores. Agradeço também a gentileza da bibliotecária da Unesp de Marília, Terezinha Cristina pela ficha catalográfica.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos e colegas com os quais tive oportunidade de conviver durante a pós-graduação. Primeiramente, a grande amiga Camila Maria Bueno Souza, pela cumplicidade e companheirismo diante das dificuldades da vida e da pesquisa acadêmica, espero que nossos laços não se encerrem por aqui. Aos colegas que compartilham das experiências de pesquisa sem perder o bom humor, Danilo Ferrari, Alexandre Andrade, Patricia Trizotti, Celso Carvalho Jr e Humberto Andrade. Aos amigos que fiz em Assis, seja partilhando o dia-a-dia em república, seja pelos corredores do departamento, Mateus Gaiotto, Raquel Lisboa, Victor Barroso Cruz, também pela revisão atenta e paciente da pesquisa, Carolina Lopes e Adriana Poor breves, mas queridas companheiras de república, Benedito Inácio, pelas conversas e reflexões sobre a vida acadêmica sempre com muito bom humor, Marcelo Leite pelo aprendizado e companheirismo, aos queridos, Deivid Costruba, Denise Lopes, Diego Semede e Renata Cintra, a Lidiane Rodrigues, pelas reflexões intelectuais sempre muito produtivas, David Ribeiro pelas conversas e discussões sobre nossos objetos de estudo e Lorenzo Fontana pela ajuda atenciosa com o francês. Aos amigos da graduação e da pós, Thiago Viotto, Lucas Mariani, Pedro Victorasso, Mariana Ribeiro, ao querido casal Mary e Washington e aqueles que, por descuido posso ter esquecido mencionar, contribuíram com projeto por meio de conselhos, discussões, apoio e ajuda de todo tipo.

Aos grandes responsáveis por minha formação acadêmica e principalmente minha formação de vida, Valdir, Odila e Patrícia, devo este trabalho a vocês, que por muitas vezes deixaram seus anseios de lado para que meus objetivos pudessem se tornar realidade, num período de nossas vidas que o caminho mais fácil seria desistir, vocês três são grande exemplo de amor. Ao querido Danilo, que dividiu por muitas vezes minhas angústias e alegrias e que me faz entender a cada dia o significado da palavra companheirismo, este trabalho é tão seu quanto meu.

Finalmente, agradeço à FAPESP pelo auxílio financeiro e material à pesquisa, que possibilitou a realização de estágio de pesquisa no exterior (BEPE), que em muito ampliou meus horizontes intelectuais, bibliográficos, linguísticos e pessoais. Sem tal apoio a realização da pesquisa ficaria em muito comprometida.

Às vezes acontece ainda que a pressão externa insistente acaba virando pressão interna. O indivíduo se entorta por dentro, inventa canais de escapamento e disfarces mil para empregar suas energias, para não deixar sua máquina enferrujar.

Rubem Braga (Plataforma da nova geração, 1943)

VERGARA, Anelize. *Rubem Braga: crônica e censura no Estado Novo (1938-1939)*. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

RESUMO

O reconhecimento de Rubem Braga no meio literário deveu-se à sua atuação como cronista, gênero ao qual se consagrou integralmente por mais de sessenta anos. Foi considerado, pelos estudiosos do tema, como o escritor responsável por dotar a crônica de um caráter singular sendo, de acordo com Antonio Candido, o “primeiro a elevar a crônica ao nível de mais alta categoria literária”.

No início de sua formação como cronista, colaborou em periódicos que integravam o maior conglomerado da imprensa na época, os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. No entanto, após um desentendimento com Chatô, o cronista deixou o conglomerado, em 1935, e passou a colaborar em diversos periódicos num curto período de tempo, o que o levou a ser chamado de “cigano” pelo amigo Carlos Drummond. É significativo que a maioria destas publicações faziam oposição a Getúlio Vargas, ao integralismo e à Igreja Católica, postura também compartilhada por Braga que, muitas vezes, recorreu a pseudônimos para poder publicar.

A presente pesquisa tem como objetivo estudar as crônicas publicadas por Rubem Braga nos primeiros anos de sua formação como escritor e jornalista, numa conjuntura que ainda não foi, sistematicamente, analisada. Esse momento coincide com a instauração do Estado Novo (1937-1945) e a intensificação da censura institucionalizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (1939). Para tanto, tratou-se de analisar os textos publicados entre os anos de 1938 e 1939 em três periódicos distintos e que tiveram colaboração simultânea do cronista, a revista *Diretrizes (1939-1944)* e a *Revista Acadêmica (1933-1948)*, publicações de caráter de esquerda e, ainda, o jornal *O Imparcial (1935-1942)*, alinhado ao projeto político estadonovista. Trata-se de analisar quais foram as principais questões e problemáticas suscitadas pelo cronista, bem como mapear seu posicionamento político e intelectual diante dos primeiros anos do recém-instaurado Estado Novo.

Palavras-chave: Rubem Braga, Imprensa, Crônica; Censura, Estado Novo.

VERGARA, Anelize. *Rubem Braga: chronicle and censorship in the Estado Novo (1938-1939)*. 164 pp. Dissertation (Masters in History). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2014.

ABSTRACT

Rubem Braga's recognition in the literary world was due to his role as a chronicler, genre to which he was devoted entirely for more than sixty years. He was regarded by experts on the subject, to be responsible for providing the chronicle a unique character, according to Antonio Candido, the "first one to raise the level of chronicle to the highest literary category."

Early in his career of chronicler, collaborated in journals that formed the largest conglomerate of media at the time, the Assis Chateaubriand *Diários Associados*. However, after a disagreement with Chatô, the chronicler left the conglomerate in 1935, and went on to work in various newspapers in a short period of time, which led him to be called "Gypsy" by his friend Carlos Drummond. It is significant that most of these publications were in opposition to Vargas, the integralismo and the Catholic Church stance shared by Braga who often resorted to pseudonyms to publish.

This research aims to study the chronicles published by Rubem Braga in the early years of its formation as a writer and journalist, in an environment that has not been systematically analyzed. This time coincides with the Estado Novo (1937-1945) and the intensification of institutionalized censorship by the Department of Press and Propaganda (1939). For this purpose, it comes to analyze the texts published between 1938 and 1939 in three different journals and that had simultaneous collaboration of the chronicler, *Diretrizes* (1938-1944) and *Revista Acadêmica* (1933-1948), both leftist publications and also the newspaper *O Imparcial* (1935-1942), aligned to the Estado Novo political project. The aim is to analyze what were the main issues and problems raised by the chronicler, as well as map his intellectual and political positioning on the early years of the newly established Estado Novo.

Keywords: Rubem Braga, Press, Chronicle; Censorship, Estado Novo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01:** Rubem Braga s/d -----(p.21)
Figura 02: Rubem Braga s/-----(p.21)
Figura 03: Capa *Revista Acadêmica* -----(p. 38)
Figura 04: Crônica *Franco e Deus, Revista Acadêmica* -----(p.39)
Figura 05: Capa revista *Diretrizes* -----(p.44)
Figura 06 : Seção *O homem da rua* -----(p.46)
Figura 07: Capa *O Imparcial* -----(p.49)
Figura 08: Seção Grypho 7 -----(p.50)
Figura 09: Capa *O Imparcial* -----(p.66)
Figura 10: Editorial e Seção *Grypho 7*----- (p.67)
Figura 11: Presos os inimigos da Pátria, *O Imparcial* n. 1134----- (p.78/79)
Figura 12: Livro *A questão do ferro* capa e contra capa -----(p.87)
Figura 13: Crônica Correspondência da Itália, *Diretrizes* n. 6----- (p. 100)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1:.....	19
1.1 Rubem Braga: trajetória e espaços profissionais 1930 – 1940.....	20
1.2 Crônica na imprensa do Estado Novo.....	53
CAPITULO 2.....	63
2.1 A “Tenda-árabe”: Rubem Braga e os periódicos nos anos 1930.....	65
2.2. O integralismo	70
2.3 Crítica social.....	80
2.4. Acontecimentos do pré-guerra.....	95
CAPITULO 3.....	106
3.1 “Extraordinário automatismo”: o ofício do jornalista e a censura no Estado Novo.....	108
3.2 “A arte da Compreensão”: intelectuais e literatura	115
CONCLUSÃO.....	148
FONTES:.....	156
ANEXOS	157
ANEXO I	158
ANEXO II.....	159
ANEXO III	163
ANEXO IV.....	164

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2013, Rubem Braga faria cem anos. Inúmeras comemorações e homenagens estavam previstas bem como a reprodução, pela imprensa, de depoimentos daqueles que conheceram ou conviveram com o cronista.¹ Estudos que se debruçam em torno da crônica, na área da Antropologia, Letras e Literatura cresceram nos últimos anos e mostram que o gênero que o consagrou está longe de ser considerado “menor”. Embora tenha ficado conhecido, em grande parte, pelo lirismo que imprimiu nas crônicas, qualidade que o destacou de outros praticantes do gênero, Rubem Braga também aliou aos comentários, aparentemente despreziosos, grande carga de crítica política e social.

Vale ressaltar que, entre as análises que privilegiam o estudo da estética da crônica, das influências do escritor e das problemáticas por ele suscitadas na sua escrita, é possível afirmar que o estudo das questões sociais e políticas nas crônicas de Rubem Braga tem se intensificado na primeira década do século. A dissertação de mestrado de Luciano Antonio, defendida em 2010, pela Universidade Estadual de Londrina, *A cidade na crônica de Rubem Braga: O espaço urbano nas crônicas*, faz parte de um conjunto de estudos orientados por Luiz Carlos Simon, especialista em crônicas e no escritor, e aborda as influências e a importância da cidade na escrita de Rubem Braga. Dentro da trajetória de outros cronistas de destaque na literatura brasileira, Antonio busca destacar a imagem que o cronista tem do espaço urbano e seu significado para seus escritos.

Dois estudos formam um conjunto interessante de análises no sentido de se concentrarem nas crônicas publicadas por Braga durante a participação breve, mas de grande relevância, no final da Segunda Guerra Mundial como correspondente na Itália. A tese de doutorado, em estudos literários, pela Universidade Federal de Juiz de Fora,

¹ A última Bienal do livro do Espírito Santo, realizada em 2012, teve como tema o escritor. Em Vitória, no dia 12 de janeiro de 2013, foi inaugurada exposição no Palácio Anchieta, com imagens do escritor, que durou três meses. A Biblioteca Nacional promoveu debates sobre a obra do escritor, também em janeiro, a cargo do escritor Afonso Romano de Sant’Anna. Já o Instituto Moreira Salles (Rio de Janeiro) homenageou o cronista com palestra da escritora Ana Maria Machado, realizada no mesmo mês. . Em relação aos artigos e reportagens, destaca-se: AUGUSTO, Sérgio. Os cem anos do sabiá. In: *Observatório da Imprensa*: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed725-os-cem-anos-do-sabia>, acesso em 18/12/2012; Delírio de uma Era de Sombras, *Veja*, 19/12/2012, pp.104-106. Esta programado, para 2013, o relançamento de seus livros *200 Crônicas escolhidas*, *Retratos Parisienses*, pela Jose Olympio, *Rubem Braga – O lavrador de Ipanema*, pela Record, *O Menino e o Tuim*, pelo selo Galerinha e, ainda, *Na cobertura de Rubem Braga* escrito por José Castello. Finalmente, o samba enredo da Escola de Samba Unidos da Jucutuquara homenageia o cronista no carnaval de 2013.

em 2012, *Rubem Braga com a FEB na Itália: crônicas-reportagens, literatura da notícia* de José Geraldo Batista, que se concentrou no hibridismo da crônica e da reportagem no momento em que o cronista descrevia o final do conflito e publicava-o no *Diário Carioca*, buscou, também, apresentar as crônicas como testemunho histórico daquele importante período. Utilizando-se das mesmas crônicas, em dissertação defendida na área de teoria literária, em 2003, Ricardo Luis Meirelles dos Santos analisou a relação de intimidade entre o leitor e o cronista diante de crônicas que contavam com temática tão pesada como o conflito.

Cabe destacar, ainda, a dissertação de mestrado em ciência social defendida, em 2012, na Universidade de São Paulo, *Rubem Braga e o semanário Comício: cidade, política e imprensa no segundo governo Vargas*, no qual Samantha dos Santos faz uma interessante análise da direção e da participação das crônicas de Braga escritas na revista *Comício* entre maio e outubro de 1952. Além disso, estuda as crônicas publicadas pelo escritor com o objetivo de levantar as principais problemáticas suscitadas no semanário e de pensar na relação da revista com as transformações da imprensa da década de 1950.

Por fim, tem-se dois estudos recentes que se valeram da crítica social e política contida nas crônicas de Rubem. Primeiramente, a análise da jornalista Ana Karla Dubiela, *A traição das elegantes pelos pobres homens ricos: uma leitura da crítica social em Rubem Braga*, lançado em 2007, com base no seu estudo de mestrado. A análise concentrou-se nas crônicas publicadas no livro de Braga, *A traição das elegantes*, de 1967, na qual o autor faz fortes críticas à elite carioca, mostrando o engajamento político do escritor diante da ditadura militar. Outra análise que privilegia o estudo da crítica social e política na obra de Rubem foi a tese de doutorado na área de letras e linguística, do também jornalista, Carlos Ribeiro, de 2009, e, posteriormente, publicada em livro, em 2013, *Rubem Braga: um escritor combativo: A outra face do cronista lírico*. Nesse estudo, Ribeiro analisou diversas crônicas publicadas em livro e outras encontradas no arquivo do escritor, presentes na Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, de forma a atentar para a característica combativa do cronista que, ao longo de sua trajetória, sempre esteve posicionado nas questões políticas, sociais e, até mesmo, ambientais.

Diante dessas informações, é válido ressaltar que, mesmo com o crescente interesse por outras temáticas e problemáticas envolvendo Rubem Braga e suas crônicas pelos estudiosos, nos últimos anos, eles ainda não contemplaram o período inicial de

sua carreira, quando do momento de formação do cronista, além de não existir um estudo estritamente historiográfico que se dedique às suas crônicas. Esse período chama a atenção quando inserido no contexto político delicado, como a década de 1930, e, especialmente, com a instauração do Estado Novo (1937-1945).

A trajetória de Braga nos periódicos, no Estado Novo, pode ser considerada envolta de grande particularidade, já que o escritor participou de vários impressos em curto espaço de tempo, desde sua saída da cadeia de Chateaubriand, em 1935, até sua participação de destaque como correspondente de guerra, no *Diário Carioca*, em 1945. Embora não tenha se fixado por um longo período num jornal ou revista específico, nesse momento, as crônicas escritas nesse contexto são de fundamental importância.

Dessa forma, buscou-se analisar as crônicas publicadas em três impressos diferentes, mas que tiveram colaboração simultânea do escritor, entre os anos de 1938 e 1939, período que compõe o recém-instaurado Estado Novo e que aborda periódicos de grande importância cultural e literária naquele momento. As três fontes analisadas, neste estudo, formam um conjunto particular, no sentido que concentram-se em dois impressos de caráter de esquerda, a revista *Diretrizes (1938-1944)* e a *Revista Acadêmica (1933-1948)* e, a terceira fonte, o jornal diário *O Imparcial (1935-1942)*, alinhado aos ditames do Estado Novo e Getúlio Vargas.

Esse conjunto de crônicas ainda não foi estudado de forma sistemática, embora fizessem parte de periódicos de relevância no período e, especialmente, o corpus em torno do jornal diário *O Imparcial*, impresso que tem, em quantidade, a maior parte das crônicas aqui analisadas, bem como do próprio veículo, que carece de um estudo específico. É possível avaliar, ainda, que todos os estudos aqui levantados, salvo o de Carlos Ribeiro, tiveram como corpus documental as crônicas já publicadas em livro, deixando de fora as crônicas publicadas em seu local de origem, os jornais e as revistas. Assim, no contexto de formação de Rubem Braga e do Estado Novo, momento em que se concentra a presente pesquisa, faz-se necessário apontar a conjuntura vivida pela imprensa em geral.

Sabe-se que, por força da Constituição de 1937, a imprensa foi considerada serviço de utilidade pública, condição inédita e que alterou o papel antes desempenhado, o de ser um lugar de debates de ideias, opiniões e concepções, que se enfrentavam no espaço público. Ao aprimorar órgãos que controlavam a informação e o controle dos meios de comunicação de massa, o governo pretendia divulgar seus feitos e propagar os ideais do novo regime. Nesse projeto, a imprensa, o rádio e o cinema ocuparam posição

de destaque. Segundo Silvana Goulart: “O DIP exerceu influência marcante na normalização, regulamentação e direcionamento dos meios de comunicação de massa, particularmente a imprensa, além do rádio, cinema e teatro”.²

Nessa perspectiva, entende-se que essas crônicas estão inseridas em determinados suportes (jornais e revistas) e não devem ser analisadas sem levar em conta tal condição. Os periódicos são, geralmente, iniciativas que envolvem um conjunto de indivíduos, com um objetivo em comum, presente no órgão como um todo. Assim, Jean François Sirinelli chama a atenção para a importância desses textos de imprensa, uma vez que muito revelam acerca da política dos grupos culturais e intelectuais, pois essas publicações “conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão advindas”³

Dessa forma, é importante ressaltar que as revistas e os jornais inserem-se numa dinâmica de interesses e, principalmente, constituem-se num espaço de sociabilidade, assim “(...) a revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e da relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão”.⁴ Assim, além da análise estrutural do periódico, é necessário levar em conta aspectos que, muitas vezes, não são tão evidentes quanto aqueles impressos nos textos e que são trazidos à tona por meio da análise das redes que compõem os periódicos.

Assim, é preciso atentar para o trabalho de análise sistemática dos periódicos. Na virada do século XIX para o XX, o jornalismo transformou-se em grande empresa e os periódicos adquiriram caráter mercantil. Nesse sentido, não se pode desprezar o seu propósito de atender as necessidades do mercado e do que era lucrativo no momento. Ana Luiza Martins⁵ argumenta que é fundamental desvendar o ideário apresentado pelo periódico ao iniciar uma análise crítica, pois tal procedimento evita interpretações precipitadas decorrentes das mensagens que se disseminam no impresso:

Uma vez desmontado o ideário vendido pelo periódico, revela-se quanto de suas páginas — aparentemente isentas e até graficamente

² GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p 24.

³ SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Rene. (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 249.

⁴ Idem, p. 249

⁵ Ao estudar revistas paulistas entre 1890 a 1920, Ana Luiza Martins fornece sugestões para a utilização das revistas como fonte histórica. Ver: MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. In: *História*. São Paulo, n.2, v. 1, 2003, 59-79.

assépticas — destilava toda uma propaganda e/ou proposta passível de envolvimento e cooptação, mascarando e empanando a realidade. As distorções e os disfarces — traços que demandam alerta quando se trabalha com propaganda e publicidade —, disseminam-se no impresso revista, exigindo de seu pesquisador o exercício da crítica permanente do documento, interna e externa, passível de aflorar o verso e reverso de uma mesma história, ou possibilitar as múltiplas histórias decorrentes do fato, do momento, do período, de um processo histórico.⁶

Desvendada as “armadilhas documentais” é que se inicia, de fato, a crítica interna e externa ao documento. Assim, Martins acredita, também, na necessidade de não limitar-se somente à análise do discurso das publicações ou até mesmo desvincular os textos de uma publicação como um todo, como é o caso das crônicas aqui particularizadas:

(...) é temerário limitar-se tão-só à análise do discurso destas publicações; ou pinçar de seus textos frases e/ou parágrafos avulsos que corroborem determinadas afirmações, desalinhadas de seus contextos. Assim como é imprescindível o cotejo com suas partes, bem como imperiosas sua contextualização e decodificação, seja na instância de sua emergência como naquela da desconstrução do discurso e na análise das ilustrações que a compõem.⁷

Por fim, Martins concluiu que todas essas considerações atribuem potencialidade a esse tipo de fonte histórica, que só é válida “se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos”⁸.

Vale ressaltar, ainda, as especificidades que envolvem o objeto da presente pesquisa. Trata-se de um gênero literário, a crônica, que foi considerado de menor importância, já que tem como característica a leveza e a espontaneidade, além de não ter o intuito, pelo menos no momento de sua produção, de permanecer na posteridade. Dentro dos aspectos que particularizam a crônica, está sua ligação com a imprensa periódica. O gênero tendeu a incorporar-se ao jornal, em meados do século XIX, quando esses estavam em pleno processo de desenvolvimento e modernização. Assim, a crônica e a imprensa têm uma relação intrínseca, pois caminharam de maneira concomitante.

⁶ Idem, p. 61.

⁷ Ibidem, p. 69.

⁸ Ibidem, p. 60 e 61.

Portanto, a crônica merece grande atenção, justamente por estar intimamente ligada ao tempo vivido.

Assim, a presente pesquisa tem por objetivo analisar as crônicas de Rubem Braga publicadas na revista *Diretrizes*, na *Revista Acadêmica* e o jornal *O Imparcial* publicadas entre 1939 e 1939. Trata-se de levantar as principais temáticas suscitadas pelo cronista num período delicado da conjuntura nacional e internacional, marcadas pelo Estado Novo e pelo início dos conflitos europeus que culminaram na Segunda Guerra Mundial. Além disso, busca-se responder de que forma essas temáticas foram tratadas diante de um contexto de intensificação da censura, a fim de mapear sua posição política e social naquele momento.

Para responder a essas problemáticas, organizou-se a dissertação em três capítulos. No primeiro, “Rubem Braga no Estado Novo” tratou-se de inquirir sobre a trajetória intelectual e do espaço profissional do cronista, o que exigiu esforço para discernir as redes de sociabilidade das quais participou, quem eram os afetos e desafetos do escritor e como era visto pela polícia política do período estadonovista, para, posteriormente, apreender o conteúdo das crônicas analisadas. Num segundo momento, procurou-se explanar acerca do gênero no qual Rubem foi consagrado, a crônica. Apontaram-se as definições de crônica e explicitou-se qual era o papel do gênero naquela conjuntura.

No segundo capítulo, “Desafios à censura: da vontade de escrever “coisas censuráveis”, dividido em três itens, procurou-se analisar as principais temáticas suscitadas por Rubem durante a colaboração nos três veículos. Tais assuntos desafiavam a censura pelo seu conteúdo crítico e foram estudados em ordem cronológica e analisados nos itens *Integralismo*, *Crítica Social* e *Acontecimentos pré-guerra*.

Já no terceiro capítulo, “Conselhos de Braga: intelectuais, literatura e imprensa no Estado Novo”, foram analisados os textos que tratavam do papel da literatura e a concepção de engajamento intelectual do cronista. Essa temática foi em maior quantidade, diante do conjunto total de crônicas, portanto, tratou-se de refletir sobre as principais problemáticas abordadas por Braga, de forma a apresentar qual sua concepção de engajamento político e qual o papel do intelectual e literato dentro da conjuntura estadonovista.

CAPÍTULO 1:

Rubem Braga no Estado Novo

A crônica, pois! Estes comentários leves, que duram menos ainda do que as estafadíssimas rosas de Malherbe, não deitam abaixo as instituições, não fundam na terra o império da justiça, não levantam nem abaixam o câmbio, não depravam nem regeneram os homens: escrevem-se, lêem-se, esquecem-se, tendo apenas servido para encher cinco minutos da monótona existência de todos os dias. Mas, quem sabe? Talvez muito tarde, um investigador curioso, remexendo esta poeira tênue da história, venha achar dentro dela alguma coisa.⁹

⁹ In: DIMAS, Antônio. *Bilac, o jornalista: Ensaios*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p. 49.

Neste capítulo, estruturado em dois itens, apresenta-se, primeiramente, a reconstituição da trajetória intelectual do cronista, mapeando seus espaços profissionais e suas redes de sociabilidade. Foi necessário dar elementos para que pudessem auxiliar no entendimento da análise das crônicas – objeto do estudo – buscando informações nas memórias, biografias, expediente de jornais, entrevistas, depoimentos e nas próprias crônicas de Braga. A seguir, tratou-se de fazer uma explanação acerca do gênero que consagrou Rubem no meio literário e jornalístico, com o objetivo de situar qual o lugar do gênero e quais eram os literatos que se debruçaram sobre ele durante as décadas de 1930 e 1940.

1.1 Rubem Braga: trajetória e espaços profissionais 1930 – 1940.

Nascido em 12 de janeiro de 1913, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, um dos doze filhos de Rachel Coelho e Francisco Braga. O mais velho, Jerônimo, em seguida Carmozina, Armando, Newton, Rubem, Yedda e, a mais nova, Anna Graça, além de outros cinco que não sobreviveram. Seu nascimento ocorreu quase um ano antes de seu pai, Francisco Braga, o *coronel* Braga, ser nomeado primeiro prefeito da pequena cidade, cargo no qual permaneceu até o ano de 1916.¹⁰

Aos treze anos, Rubem chamou a atenção ao produzir texto para tarefa escolar que acabou publicado no jornal do grêmio:

Já contei em uma crônica a primeira vez que vi meu nome em letra de forma: foi no jornalzinho *O Itapemirim*, órgão oficial do Grêmio Domingos Martins, dos alunos do colégio Pedro Palácios, de Cachoeiro de Itapemirim. O professor de Português passara uma composição *A Lágrima* — e meu trabalho foi julgado tão bom que mereceu a honra de ser publicado.¹¹

A vida de estudante, apesar disso, não foi apenas de destaques. Aos quinze anos de idade, depois de uma discussão com seu professor, no colégio Pedro Palácios, e frente a sua decisão de não voltar mais para a escola, a família decidiu enviá-lo para Niterói a fim de completar os estudos. No entanto, o contato de Rubem com os jornais não se limitou apenas a tarefa escolar.

¹⁰ Para a lista completa de prefeitos de Cachoeiro de Itapemirim ver: http://www.cachoeiro.es.gov.br/site.php?pag_site=CIDADE&id=CIDADE&id1=4HISTOR Acesso em 20/10/2012.

¹¹ ANDRADE, Carlos Drummond [et al]. *Crônicas 4. Para Gostar de Ler*. São Paulo: Ed. Ática, 1980, p. 4.

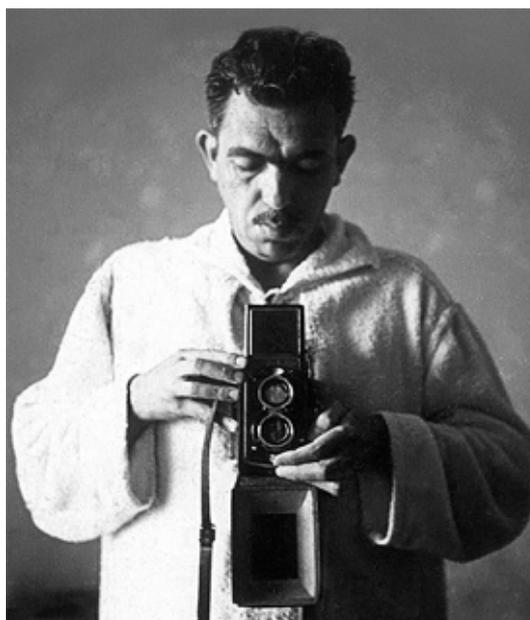


Figura 01. :Rubem Braga s/d Fonte: <http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-rubem-braga>

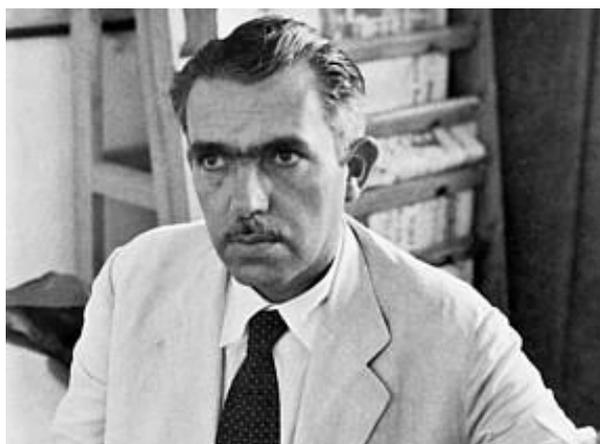


Figura 02. :Rubem Braga s/d Fonte: <http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-rubem-braga>

Enquanto residia no Rio, para completar seus estudos secundários, seus irmãos mais velhos, que permaneceram em Cachoeiro, Jerônimo e Armando, fundavam o jornal *Correio do Sul* e convidaram Rubem para colaborar. Era o ano de 1928 e o impresso tinha por objetivo ser o porta voz do Partido Republicano do Espírito Santo, no momento em que Francisco Braga deixou o comando da prefeitura e assumiu o cartório da cidade, local em que Jerônimo, Armando e Newton também trabalhavam. O jovem Rubem ensaiava seus primeiros textos na seção intitulada *Cartas do Rio*.

Rubem continuou a escrever mesmo depois de sua entrada na Faculdade de Direito, no ano de 1929. O tom de seus textos, porém, alterava-se na medida em que os acontecimentos políticos tornavam-se mais intensos. As disputas em torno da hegemonia política nacional, levadas a cabo entre as oligarquias dominantes e grupos dirigentes regionais, ganhavam força, no início daquela década, e os editoriais do *Correio do Sul* acompanhavam a querela. À medida que crescia o apoio à candidatura de Julio Prestes, aumentavam os ataques à Aliança Liberal na publicação dos Braga. Os textos de Rubem continham termos fortes como: “Polítiquesiros! Oportunistas! A vossa missão está terminada. O povo do Brasil é um povo que se levanta para caminhar de cabeça erguida, passo firme, pela estrada da Democracia e do Progresso!”, além de manchetes clamando por resistência, que anunciavam: “Um povo que se levanta!”¹²

A publicação refletia as pressões e o clima de instabilidade política que o Partido Republicano enfrentava naquele momento, além disso, o poder político da família dos Braga estava em jogo e era motivo de grande preocupação. Frente aos acontecimentos de outubro de 1930, a pequena cidadezinha do Espírito Santo também se viu atingida pelo movimento político-militar:

Em Cachoeiro – dividida há meses entre duas facções, a de Julio Prestes (o falecido Bernardino Monteiro e Luís Tinoco) versus a de Getúlio Vargas (Jeronymo Monteiro e Fernando Abreu) – a reação foi de terror. A cidade foi invadida por uma tropa mal-ajambrada, soldados descalços e miseráveis e sem saber exatamente o que estavam fazendo, pessimamente armados com espingardas, revólveres e facões. Era quase um desfile de um miserável 7 de setembro – ainda que assustador. (...) ¹³

As mudanças tiveram forte impacto na família Braga, a exemplo do que ocorreu em todo o país com os representantes da antiga ordem.¹⁴ A primeira atitude da família foi refugiar-se em Maratáizes, cidade litorânea localizada a cinquenta quilômetros de

¹² CARVALHO, Marco Antônio de. *Rubem Braga: um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Globo, 2007, p. 114, que transcreveu alguns trechos dos editoriais daquele momento, concluiu: “Os Braga estão, mais uma vez, ao lado do poder e Rubem planfetério e altissonante porta-voz da família e da cidade.”

¹³ Idem, p. 123.

¹⁴ Sergio Miceli, em sua análise sobre os intelectuais, afirma que na Primeira República, a situação de perder o pai traduzia-se para a família como a morte da posição social que este ocupava e de todas as posições no espaço da classe dirigente. Justamente por este motivo, é importante pensar na consequência da mudança de hegemonia do poder nos herdeiros destas famílias. Desta forma, Miceli aponta ainda que, é impossível dissociar a história social das famílias destes herdeiros/intelectuais ao estudá-los. : “(...) as profissões intelectuais constituem um terreno de refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes à fração intelectuais e, em particular, aos filhos das famílias em declínio. Esses últimos, tendo podido se livrar das ameaças de rebaixamento social que rondavam os seus, tiveram a oportunidade de se desgarrar de seu ambiente de origem, e, ao mesmo tempo, de objetivar com seus escritos essa experiência peculiar de distanciamento em relação a sua classe.” Ver: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 82.

Cachoeiro, onde tinham casa de veraneio. Em seguida, perderam o comando do cartório e a própria organicidade do clã parecia ameaçada. Rubem e seu irmão, Newton, haviam saído da cidade natal para completar os estudos, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, respectivamente. Carmozina havia falecido no ano anterior e o irmão mais velho, Jerônimo, encontrava-se doente, possivelmente tuberculoso, numa sucessão de eventos que culminou com a morte do patriarca da família, em dezembro daquele ano, dois meses após Vargas tomar o poder.

É possível notar como Braga vivenciou todos esses acontecimentos numa crônica publicada em 1953, na qual narrou a angústia e a incerteza, tanto no âmbito político quanto pessoal, ainda que não se possa desconsiderar que a narração seja feita muitos anos depois, tratando-se de uma reconstrução:

(...) Aos 17 anos eu era um magro e sério estudante de Direito que morava junto ao Campo de S. Bento, atrás de Icaraí, e estudava Direito no Catete.

1929-1930 foi uma das fases mais dolorosas de minha vida; perdi duas pessoas muito queridas e minha saúde foi abalada a um ponto que saí de uma conferência de três ilustres médicos friamente resolvido a dar um tiro na cabeça, no lugar de fazer a operação que eles tinham resolvido. (Procurei um outro médico ao acaso, um profissional sem nenhum cartaz, ele resolveu o caso e eu vendi com pequeno prejuízo o revólver que já comprara de segunda mão).

Em outubro de 1930 eu devia estar em Cachoeiro, pois as aulas da Faculdade estavam suspensas; fiquei no Rio para me tratar. No dia 24 de outubro vim ao médico, na Rua S. José. **Quando saí do consultório, notei um movimento na Galeria Cruzeiro. Fui para lá: todo o mundo dizia que a Revolução tinha vencido. Custei a acreditar, inclusive porque eu era contra a Aliança Liberal.** Um conhecido me convidou para ir até o Palácio Guanabara, onde diziam que o presidente estava cercado. Preferi ficar vagando pela Avenida que logo se encheu de povo; passavam automóveis abertos com gente de lenço vermelho a dar gritos de viva e morra; não me esquecerei de uma mulher meio gorda, de pernas abertas, sentada no radiador.

Depois de muito vagar, encontrei Leonardo Mota, que passara uma temporada em Cachoeiro. Ele também, se não era contra, não dava mostras de simpatizar com aquela revolução; ficamos a vagar pelo meio da Avenida, calados e sérios, no meio da multidão exaltada. Assistimos juntos ao incêndio de *O País*.¹⁵

¹⁵ Jornal carioca diário fundado em 1º de outubro de 1884 por João José dos Reis Júnior. Teve sua circulação interrompida entre 24 de outubro de 1930 e 22 de novembro de 1933, e encerrou definitivamente suas atividades em 18 de novembro de 1934. Apresentava em seu título a grafia *O Paiz*. No momento em que se formou a Aliança Liberal, *O País* foi um dos primeiros órgãos a atacá-la. Em setembro de 1929, o redator-chefe Antônio José Azevedo do Amaral publicou o editorial “Arcaísmo político”, tentando diluir as diferenças entre as categorias “liberal” e “reacionário” e alertando “contra a ação agressiva de forças que, por serem efêmeras, não são menos perigosas na sua maleficência dissolvente”. A identificação de *O País* com toda a estrutura política da Primeira República fez com que sua sede fosse saqueada e empastelada após a vitória da Revolução de 1930. Três anos depois, ainda sob

Vimos a chegada dos bombeiros, e gente do povo subindo em seus carros para impedir que eles trabalhassem. Cada sujeito que saía da redação já em chamas trazia alguma coisa de lá; vi muitos que traziam um exemplar de um dicionário português de capa vermelha, creio que Séguier.¹⁶

(...) Na redação do *Correio do Sul*, em Cachoeiro – eu soube depois – alguns revolucionários mais exaltados foram me procurar aquele dia para que eu prestasse contas por alguns artigos violentos que escrevera contra a Aliança Liberal...¹⁷

A família Braga enfrentou diversas dificuldades financeiras que obrigaram a mãe, Rachel, a se desfazer da casa de veraneio em Marataízes e de terrenos que a família possuía. De volta a Cachoeiro, viviam com ajuda financeira de Armando que, junto a Brício de Moraes Mesquita e Pedro Lopes Pimenta, fundaram o banco da cidade. Rubem, que seguia no Rio de Janeiro para completar os estudos secundários, mudou-se para uma pensão no Catete, próximo da faculdade, e não mais recebia apoio financeiro dos parentes.

Sob a influência do irmão Newton, um ano mais velho, que se mudou para Belo Horizonte, por questões de saúde, e ingressou na Faculdade de Direito, após completar o secundário, Braga transferiu-se para Minas em março de 1931. Na capital mineira, Newton conheceu Achilles Vivacqua que, tal como ele, fora à capital para tratar de tuberculose. Foi Vivacqua quem colocou Newton em contato direto com um grupo de literatos que o incentivaram a iniciar uma carreira nas letras. Assim, iniciou uma colaboração no jornal *O Estado de Minas*, criado em 7 de março de 1928, e dirigido por Cyro dos Anjos. O secretário de redação, que era Newton Prates, convidou o colega Guilhermino César para participar do jornal, tornando-se, também, secretário ao lado de Prates. Aos poucos, Guilhermino introduziu a poesia moderna para o jornal, como recordou tempos depois: “nós ocupamos a imprensa mineira (...). Eu no *Estado* e Drummond no *Diário*”.¹⁸ O escritor, portanto, representava uma variante do modernismo mineiro no periódico. Também fundou o tabloíde *Leite Criôlo*, juntamente com Vivacqua e João Dornas Filho, publicação que incorporou-se mais tarde ao *Estado*.

o Governo Provisório, o jornal reapareceu sob a direção de Alfredo Neves, mas não chegou a durar um ano. Ver: LEAL, Carlos Eduardo. *O País*. In: ABREU, Alzira Alves. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

¹⁶ Trata-se, possivelmente, do *Dicionário Prático Ilustrado*, publicado em 1910 em Portugal e no Brasil por Jaime de Séguier. Obra muitas vezes referida como o “Larousse português”, teve sua segunda e terceira edições em 1933 e 1966, respectivamente.

¹⁷ Braga, Rubem. A Revolução de 30. In: ____ *200 crônicas escolhidas*. 31ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 292. Crônica originalmente escrita em 1953.

¹⁸ WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada. Jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 86.

Enquanto isso, Newton Braga participava dos círculos literários e era assíduo do Café Estrela, local onde os escritores se reuniam, desde a década de 1920, e que dava aos literatos o nome do Grupo Estrela, no qual juntaram-se os colaboradores dos periódicos: “O hábito de conversa nos bares, livrarias e confeitarias atravessou décadas e se enraizou como ritual e cultivo da atividade dos intelectuais mineiros da cidade (...)”.¹⁹

A breve carreira literária de Newton Braga foi interrompida logo após sua formatura, no início de 1932:

(...) Sob influência dos mineiros, em pouco tempo Newton Braga passa a escrever poemas modernistas, ainda que não abandone o olhar lírico. (...) voltou a Cachoeiro para cuidar do cartório – retomado após longas conversas entre o irmão Armando e o governo estadual, em Vitória -, da mãe Rachel e das irmãs Yedda e Anna Graça, ainda crianças, vivendo sozinhas na Casa dos Braga.²⁰

A partida do irmão acabou por abrir as portas do jornalismo para Rubem. Antes de abandonar Belo Horizonte, Newton pediu ao colega Prates que intercedesse a favor do irmão junto aos *Associados*, sob o argumento de que ele poderia “substituí-lo”. O próprio Prates descreveu, alguns anos depois, como teria sido a tal substituição: “A sua chegada foi recebida com pouca simpatia. A turma da casa não topou muito o jeito daquele camarada com ar agreste, mal ajambrado, sobranceiras cerradas, rosto fechado, arisco, desconfiado.”²¹

A Rubem coube a tarefa de colaborar no *Diário da Tarde*, lançado em fevereiro de 1931, e dirigido por Prates. De início, Rubem foi mandado para a primeira exposição de cães de Belo Horizonte, realizada no estádio do América Futebol Clube. Para muitos, a tarefa poderia ser um argumento para desistir do emprego – a pauta soava como uma ofensa para qualquer jornalista em início de carreira. No entanto, Rubem retornou a redação com várias folhas já prontas. A respeito do ocorrido e, nas palavras de Prates:

Não tivemos ânimo para enfrentar aquela maçaroca. Passamos as tiras a Guilhermino César, redator-chefe, que por sua vez, achando aquelas tiras pouco convidativas, passou-as a Otávio Xavier, secretário de redação, que, mal humorado, começou a examinar a reportagem – enquanto o autor espiava de longe, indiferente. Pouco depois, o secretário da redação chamava o redator chefe, os dois leram a reportagem com muita atenção, trocaram impressões e foram juntos a mesa do diretor. – Está

¹⁹BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas. In: BOMENY, Helena (org) *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 25

²⁰CARVALHO, Marco Antônio de. *Op. cit.*, p. 151.

²¹WERNECK, Humberto. *Op. cit.*, p. 88.

nascendo um sujeito novo no jornal, no Brasil. Escreve diferente de todo mundo, e escreve muito bem. Vai longe esse rapaz.²²

No *Diário da Tarde* Rubem tornou-se responsável pela seção *Notas sociais – nos bares e nos salões*, para qual escrevia pequenas notas, poemas, notícia de casamento, falecimento e que tinham o subtítulo de *Qualquer coisa*. Depois de um mês como titular da seção foi convidado a escrever no *Estado de Minas*, no qual seu irmão já colaborara.

Enquanto isso, a vida da família em Cachoeiro voltou a se estabilizar financeiramente, com a reabertura do cartório, agora dirigido por Armando e Newton, além da volta da publicação do *Correio do Sul*, dessa vez sem a linha de defesa ao Partido Republicano do Espírito Santo. O impresso publicava textos de Rubem reproduzidos de outros jornais mineiros.

Em Minas, Rubem foi destacado para cobrir as movimentações das tropas mineiras, junto ao Túnel da Mantiqueira, na cidade de Passa Quatro, quando do início da Revolta Constitucionalista em São Paulo. O conflito expressava a disputa entre forças políticas que lutavam pela condução do processo revolucionário. Em 1932, São Paulo pegou em armas, rebelou-se contra o governo central, exigindo o fim do regime ditatorial.

A tarefa revelou-se uma importante oportunidade para o cronista, já que seus textos circulavam pelos jornais da cadeia dos Associados, que se espalhava por várias capitais do país. As notícias da guerra civil despertavam grande interesse e Rubem acompanhou os eventos desde o seu início, o que tornava seu nome conhecido. Os jornais comandados por Chateaubriand defendiam a causa constitucionalista, muito embora Chatô tivesse participado do movimento de 1930. Tal como os *Associados*, outros jornais paulistas também aderiram à causa: *A Gazeta*, de Casper Líbero, a *Folha da Manhã* e a *Folha da Noite*, o *Estado de S. Paulo*, cujos dirigentes pegaram em armas.

Não fronteira, Rubem não foi bem visto, onde recebeu o apelido de *Estado de Minas*, termo pejorativo, pois era considerado como traidor por alguns combatentes paulistas, por fornecer informações aos mineiros, que não se colocaram do lado de São Paulo. Em 1963, Rubem rememorou a experiência:

²² Idem, pp. 88-89.

Neste mês de julho estou fazendo 50 anos de correspondente de guerra. Eu tinha 19 anos, em março de 1932, quando comecei a trabalhar pela primeira vez, profissionalmente, em um jornal, o *Diário da Tarde*, de Belo Horizonte, pertencente ao *Estado de Minas*, aos *Diários Associados*. No ano anterior eu havia feito o tiro-de-guerra na Faculdade de Direito, e toda minha cultura militar era um pouco de ordem-unida e o desmonte da culatra de um fuzil 1908.

Em princípios de junho, os paulistas haviam invadido o território mineiro, ocupando várias cidades. Depois regrediram e se entrincheiraram no túnel da Mantiqueira e em algumas elevações próximas, na fronteira dos dois estados. (...)

Joguei-me dentro de uma trincheira e dormi exausto, mas acordei de madrugada porque o frio era de dois graus abaixo de zero. Tirei o cantil de um sargento que dormia a meu lado e virei: estava cheio de cachaça. Sentia os pés entorpecidos, ou melhor, não sentia os pés, não podia andar; tomei vários tragos. Foi isto certamente que me salvou da gangrena, do que 12 anos depois, na FEB, a gente chamava de “pé de trincheira”. Além de descer aos pés, a cachaça me subiu um pouco à cabeça e, de manhã cedo, me arrisquei um pouco pela terra de ninguém, desejoso de ver melhor as posições paulistas.

- Seu cretino, você está revelando nossa posição!

Eu tinha bebido um pouco demais, e achava que estava fazendo um bonito andando para um lado e o outro além das trincheiras, quando um sargento disse isto. Tratei de voltar. Levei uma bronca por estar arriscando a vida à toa – a minha e a dos outros – e alguém disse

- Olhe, *Estado de Minas* (era o nome do meu jornal, meu apelido ali), você está tão arriscado a levar uma bala tanto pela frente quanto pelas costas.

E explicou que muita gente implicava comigo porque meu jornal era a favor dos paulistas, e até cismava que eu era espião. Minha situação não era mesmo fácil – nem meu trabalho. O jornal não estava interessado em publicar nada que representasse vitória da ditadura, e a censura não deixava passar nada que importasse vitória dos paulistas.²³

Mandado de volta a Belo Horizonte, o jovem jornalista formou-se em Direito, em 1933, e continuou escrevendo no diário mineiro até o final desse ano, quando se mudou para São Paulo e aceitou o convite de Alcântara Machado para colaborar no *Diário de S. Paulo*, que também fazia parte da cadeia dos Associados. Contava, portanto, com apenas vinte anos e travou conhecimento com nomes do modernismo paulista: Oswald de Andrade, Ivan Lins, Geraldo Ferraz e Lívio Xavier. Passou a frequentar as reuniões no apartamento de Pedro Mota Lima, na Avenida São João, que agregava intelectuais de esquerda. Além de fazer novos

²³ BRAGA, Rubem. Na revolução de 32. In: BRAGA, Rubem. Organização: Domício Proença Filho. *Aventuras*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 41

colegas, Braga “ganhou” a antipatia do ilustre crítico de música do *Diário*, o escritor Mário de Andrade, ícone da intelectualidade paulista e brasileira.

Numa de suas crônicas, Braga comentou o sentimento de paulistanidade que tomava conta dos intelectuais naquele momento e ironizou afirmando que seu avô teria sido um “bandeirante paulista”, brincadeira que irritou o escritor. Tal fato não impediu que Mário e Rubem circulassem no mesmo grupo de amigos e, como relatou anos depois Raquel de Queiroz, o autor de *Macunaíma* não guardou mágoas do ocorrido:

Quando chegamos ao Rio, em 1939, Mário era um dos poucos amigos que já tínhamos, (...) já nós – a minha roda – adorávamos Mário e ele nos dava uma confiança total. Adorava, por sua vez, ver-se cercado de gente moça – Rubem Braga, eu, Murilo Miranda, Moacir Werneck de Castro, Carlos Lacerda, com quem era muito ligado (...).²⁴

A vida em São Paulo e o trabalho nos Associados faziam com que Rubem tivesse seus textos amplamente divulgados pelo país, além de ser reconhecido pelos seus pares - intelectuais e literatos, iniciantes ou já experientes. Alcântara Machado, em 1934, foi o responsável pelo convite para atuar como repórter em *O Jornal*, matutino líder da rede de Chateaubriand, no qual atuava como repórter, enquanto escrevia crônicas no *Diário da Noite*. Apesar da relativa estabilidade obtida no grupo dos Associados, a posição do cronista valeu-lhe desentendimentos com os diretores dos jornais. Uma crônica a respeito de Nossa Senhora de Lurdes, padroeira de Belo Horizonte, irritou o proprietário da cadeia de impressos:

Ganhava-se de um lado, perdia-se de outro. Se conseguiu, por intermédio de *Diário*, atrair jovens talentos que despontavam o país, Chateaubriand não fazia grande esforço para assegurar nos Associados um dos melhores deles, Rubem Braga. Transferido para São Paulo, Braga trabalhava na redação de *O Jornal* e escrevia uma crônica diária no *Diário da Noite*. Sem assunto, um dia ele leu uma pequena notícia de que a Igreja espanhola estava liderando uma campanha para assegurar às mulheres o direito ao voto – prática que só no ano anterior também o Brasil inaugurara. O jornalista resolveu tirar dali sua crônica, e escreveu que aquela era uma jogada oportunista da Igreja, já que a maioria das mulheres espanholas eram católicas e a proposta visava, na verdade, angariar votos para os candidatos apoiados pela Igreja. Anticlerical, Rubem Braga acrescentou que se o projeto fosse

²⁴ QUEIROZ, Raquel; Maria Luíza. *Tantos anos – uma biografia*. 4ª ed. São Paulo: Arx, 2004, p. 127.

aprovado ia representar um atraso político, pois a conservadora Igreja espanhola “não passava de uma pinóia”. Estava montada a crise: o diretor de redação Vitor do Espírito Santo veio comunicar-lhe que Chateaubriand tinha recebido uma carta indignada do respeitado intelectual Alceu Amoroso Lima – o Tristão de Ataíde – com um ultimato: se Braga não fosse demitido, ele retiraria a coluna de *O Jornal*. (...) a presença da “Coluna de Centro” representava para Chateaubriand uma espécie de tratado de paz que garantia aos Associados a permanente indulgência da hierarquia nacional da Igreja. (...) Mal humorado com aquela arenga toda, Rubem perdeu a paciência, saiu da sala de Chateaubriand batendo portas e pediu demissão. Dario de Almeida Magalhães ainda tentou demovê-lo da idéia, sugerindo que mudasse apenas de órgão, permanecendo nos Associados, com um argumento irrefutável: - Você é louco de brigar com Chateaubriand, Braga. Jornalista brasileiro não pode viver aqui se brigar com Chateaubriand. Ou muda de profissão ou muda de país. Braga estava decidido: “De profissão eu não posso mudar, que não sei fazer outra coisa. Do país também não posso sair, porque não tenho dinheiro. E, como eu já estava cheio de Chateaubriand, vou me mudar de estado. Vou para Recife, fazer o jornal da ANL”.²⁵

O relato contém informações importantes para elucidar a trajetória intelectual de Braga e sua rede de sociabilidade. Primeiro, o anticlericalismo do cronista, característica que deixou transparecer em muitas crônicas e entrevistas, durante sua vida, que lhe valeram inimigos de peso, como Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde²⁶, assunto de diversas críticas nos próximos anos. Nota-se que, desde o início da carreira, Braga expôs suas posições, fato que mostra o quanto o conteúdo de suas crônicas estiveram intimamente ligados a seus conflitos pessoais e intelectuais.

²⁵ Ver: MORAIS, Fernando. *Chatô o Rei do Brasil – A vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 353-356.

²⁶ Tristão de Ataíde, pseudônimo utilizado pelo intelectual Alceu Amoroso Lima (1893-1983), bacharelou-se em Direito em 1913 e iniciou sua colaboração em *O Jornal* em 1919, sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Em 1928 declarou sua conversão ao catolicismo, influenciado por estudos de Jaques Maritain e Gilbert Chesterton e substituiu Jackson Figueiredo na direção do Centro Dom Vital, importante núcleo de debate do catolicismo. Em 1933 fundou a Liga Eleitoral Católica (LEC) com o objetivo de garantir os preceitos da Igreja Católica na Constituinte. Durante o Estado Novo, exerceu papel de importância ao lado do ministro Gustavo Capanema como reitor da Universidade do Distrito Federal ao substituir a direção de Anísio Teixeira. Trata-se de um intelectual de trajetória complexa, já que, no final da década de 1940 voltou-se novamente, ainda que de forma lenta, aos preceitos liberais, além de ter se posicionado contra o golpe militar de 1964. Para mais informações ver: ABREU, Alzira. (org) *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Essa foi a última colaboração de Braga em qualquer órgão dos Associados durante a década de 1930 e 1940. A partir daí, nota-se que o cronista ajudou a fundar e colaborou em diversos periódicos de diferentes cidades, mas que tinham em comum, na sua maioria, linhas políticas contrárias a Getúlio Vargas e ao integralismo.²⁷

Além disso, outra informação de relevância foi a transferência de cidade após a saída do *Diário da Noite*, para o Recife. Em pouco tempo, Braga filiou-se a Aliança Nacional Libertadora e envolveu-se também com as organizações do movimento, entre elas a Liga da Defesa da Cultura Popular e a União Feminina do Brasil. Junto a essas organizações, outros intelectuais da esquerda, tais como Aparício Torelly (o Barão de Itararé), o pintor Santa Rosa, Carlos Lacerda, entre outros, que passaram a integrar os círculos de relacionamentos de Braga.

O comprometimento com a organização política levou Rubem a se envolver com a fundação e edição da *Folha do Povo*, porta-voz nordestino da ANL:²⁸

(...) ao decidir deixar dois dos principais jornais do país para dirigir a desconhecida *Folha do Povo*, da seção Pernambucana da Aliança Nacional Libertadora, Rubem Braga queria também sentir o gostinho de trabalhar em uma organização política que vinha sendo combatida com ferocidade por Chateaubriand.²⁹

Era exatamente o que ocorria nas colunas da *Folha*. Sempre que citava Chatô, Braga fazia questão de chamá-lo de “nauseabundo”, apelido cunhado por Luís Carlos Prestes e usado pelo cronista para atacar o jornalista.

Braga ficou pouco mais de cinco meses no Recife e a proposta do periódico foi explicitada no editorial de lançamento da *Folha do Povo*, em 9 de julho:

Este Jornal,
Tivemos uma grande luta para jogar este jornal na rua. É um jornal pobre, e portanto mal instalado e mal feito. Muita coisa que um bom jornal precisa ter nós não temos. Comercialmente nossa ambição não está nos lucros máximos, está nos prejuízos mínimos. Tecnicamente nossa ambição toda é aproveitar do melhor modo um material e um pessoal insuficientes. Ao lado

²⁷ Entre 1935 a 1939, Braga colaborou no *Diário de Pernambuco* (Recife, 1935), *Folha do Povo* (Recife, 1935), *A Manhã* (Rio de Janeiro, 1935), *Folha de Minas* (Belo Horizonte, 1936), *Revista Problemas* (São Paulo, 1937), *O Imparcial* (Rio de Janeiro, 1938), *Revista Acadêmica* (São Paulo, 1938) e, finalmente, *Dom Casmurro* (Rio de Janeiro, 1938). Ver Anexo I.

²⁸ Os principais órgãos de divulgação do programa e das atividades da ANL eram os jornais *A Nação*, *A Pátria* e *A Manhã*, do Rio de Janeiro, e *A Platéia*, de São Paulo.

²⁹ MORAIS, Fernando. *Op. cit.*, p. 356.

destas pequenas ambições, temos uma grande ambição. *Folha do Povo* quer ser, de verdade, a folha do povo.³⁰

No entanto, a nova empreitada de Braga foi logo interrompida. Embora o movimento da ANL crescesse e ganhasse a simpatia das massas, a tensão política no país aumentava na mesma proporção. Em julho, o movimento promoveu diversas manifestações públicas para comemorar os levantes tenentistas da década de 1920. Aproveitando-se do momento, alguns dirigentes aliancistas leram um manifesto de Prestes que se propunha à derrubada do governo. Não demorou para que Vargas, preocupado com a grande repercussão da organização, ordenasse o fechamento. Mais tarde, em novembro, um levante militar, em Natal, no Rio Grande do Norte, chegou a controlar a cidade por quatro dias, o que se constituiu no motivo final para que Vargas desse início à repressão sistemática do movimento e colocasse a ANL na ilegalidade, embora ainda houvesse movimentação clandestina.

No Recife, Rubem Braga e o gerente da *Folha do Povo*, Lourival Mota Cabral, sofriam constantes ameaças de prisão e chegaram a ser detidos algumas vezes para esclarecimentos. Diante da situação, Braga resolveu deixar Pernambuco em setembro e a *Folha* conseguiu resistir até novembro daquele ano, quando sua redação foi invadida. Embora estivesse longe da capital e concentrado no seu novo periódico, Braga não deixou de envolver-se em outros planos enquanto morava no Recife. Ao mesmo tempo em que colaborava para o porta-voz da ANL do nordeste, juntamente com outros membros do movimento, articulou outro periódico: *A Manhã*. E foi para a sua redação que Braga se abrigou quando de sua chegada ao Rio.

O jornal carioca, da mesma forma que o pernambucano, era porta-voz da ANL, razão pela qual noticiava, sobretudo, as atividades do movimento, dados sobre a área sindical, assembleias de classe, além de promover campanhas salariais e de dar grande destaque às greves em curso. O jornal também divulgava as atividades de outros movimentos ligados a ANL, como a União dos Negros do Brasil, o Centro de Defesa da Cultura Popular, a União Feminina do Brasil, integrada por Rubem, o Clube da Cultura Moderna e a Frente Única Popular Antiintegralista.

A partir de outubro de 1935, os editoriais atacaram Getúlio, acusado de fascista. Com a Revolta Comunista em Natal, os ataques intensificaram-se, mas, no final de novembro, a redação foi invadida e muitos de seus colaboradores presos. Rubem não

³⁰ CARVALHO, Marco Antônio de. *Op cit.*, p. 223.

estava junto ao grupo preso, porém sua situação era delicada e o cronista, como muitos outros intelectuais, teve que se esconder da polícia política.³¹

Assim, o ano de 1936 iniciou-se com muitas dificuldades. Na vida pessoal, casou-se, em agosto, com Zora Seljan,³² que conheceu em 1932. Filha de imigrantes croatas que chegaram ao país em 1903, Zora nasceu em Minas Gerais e, aos dezesseis anos, quando conheceu Rubem, já fazia parte, junto a sua irmã Aracy, da célula do Partido Comunista do estado.

Apesar das dificuldades, aos vinte e três anos, Braga pôde, ao menos, comemorar. Depois de escrever crônicas exclusivamente para jornais, resolveu reunir uma seleção delas no seu primeiro livro, *O Conde e o Passarinho*, lançado pela prestigiosa editoria José Olympio, com capa do pintor Santa Rosa e tiragem de dois mil exemplares. A obra continha trinta textos, inclusive dois publicados na *Folha do Povo*: *Luto da família Silva* e o que dava título ao livro, que tratava de questões de cunho social.

O lançamento do livro de Braga inseriu-se num contexto de crescimento do mercado editorial no país, em especial naquele ano. Para especialistas, 1936 foi considerado como o primeiro momento do “boom” do mercado editorial brasileiro, diferenciando-se do ano anterior num aumento de quarenta por cento no número de exemplares produzidos.³³ Somente naquele ano, foram lançados outros livros de autores de destaque ou que viriam a ser conhecidos posteriormente: *Território Humano*, de José Geraldo Vieira, *A luz no subsolo*, de Lúcio Cardoso, *Usina*, de José Lins do Rego, *Angústia*, de Graciliano Ramos, *Mar Morto*, de Jorge Amado, *Um lugar ao sol*, de Érico Veríssimo, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, são alguns exemplos das publicações que estreavam naquele momento e que dividiam espaço nas estantes junto com o primeiro livro de Braga.³⁴

³¹ Para mais informações sobre o periódico ver: GASPARIAN, Helena. *A Manhã*. In: ABREU, Alzira Alves. *Op cit.*, pp. 35333-35334.

³² Zora, de descendência croata, nasceu em Belo Horizonte (MG). Estudiosa do folclore brasileiro tornou-se especialista em cultura afro, além de ter sido teatróloga e romancista. Sua formação acadêmica foi em Ciências Econômicas pela USP e Ensaiística pela Universidade de Columbia, Estados Unidos. Foi leitora de Literatura Portuguesa e Brasileira na Universidade de Lagos, Nigéria, onde residiu por dois anos. Fundou o Conjunto Folclórico Oxumaré. Separou-se de Braga, com quem teve seu único filho, Roberto Braga, e casou-se com o escritor Antonio Olinto. Faleceu em 2006.

Ver: http://www.allaboutarts.com.br/dv/showpage.asp?code=0706L3&version=portugues&name=Zora_Seljan Acesso em 20/06/2010.

³³ Ver: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 439; SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2010, p. 325.

³⁴ Para mais informações sobre os lançamentos daquele ano ver: MICELI, Sérgio. *Op. cit.*, pp. 187-189

A maioria desses lançamentos trazia o selo da Livraria José Olympio que, em 1936, lançou trinta e oito títulos entre ensaios, romances, contos, além de seis livros de crônicas, incluindo o do Rubem. O selo chamava a atenção naquele período e aos poucos “todos desejavam ser editados pela José Olympio. Isso garantia, nos decênios de 1930 e 1940, reconhecimento e prestígio”.³⁵ A livraria e editora tiveram início em São Paulo, mas, com a crise que afetou a capital paulista após o conflito de 1932, Olympio decidiu mudar seu negócio para o centro do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor.

Aos poucos, a editora cresceu ao lado de outras, como a Companhia Editora Nacional, que editava coleções pedagógicas e didáticas, além da Coleção Brasileira, com ensaios de interpretação do Brasil. A casa de José Olympio destacou-se por apostar nas obras de literatura nacional, difundindo autores ainda desconhecidos e investindo, principalmente, no que ficou conhecido como “romance nordestino”. Para além dos investimentos materiais, o espaço físico da livraria era também um espaço de sociabilidade, de trocas e conversas entre os intelectuais do período e passou a ser local de convívio da elite pensante do Rio de Janeiro. O endereço chamou a atenção da polícia política que considerava o local como “ponto de encontro” de grupos de esquerda. Um relatório do Dops do ano de 1939 faz o seguinte comentário:

(...) ponto de reunião de intelectuais esquerdistas. Nesse local, são vistos em palestras, não somente socialistas puramente intelectuais, mas elementos já sobejamente conhecidos pela ação que têm desenvolvido pela propaganda do credo comunista.³⁶

Mas, ao contrário do que se possa supor, a livraria não foi reduto apenas de intelectuais de esquerda. Característica singular da “J.O” foram as publicações de livros de autores vinculados a diferentes posições políticas naquele momento. A exemplo do ano de 1936, enquanto lançava livros de Jorge Amado, a editora publicava dois discursos de Getúlio Vargas e ensaios de Azevedo Amaral e Gilberto Amado, pensadores da direita:³⁷

O plantel da José Olympio abrange tanto o grupo de intelectuais orgânicos do regime [Estado Novo], recém-cooptados pelo governo central (Azevedo Amaral, Alceu Amoroso Lima, Pontes Miranda, Oliveira Viana, Otávio Tarquino de Souza) como as figuras de maior prestígio literário da leva de romancistas (Graciliano Ramos, José Lins, etc), sem esquecer toda uma categoria de escritores que obtinham chancela da casa pelo fato

³⁵ SORÁ, Gustavo. *Op. cit.* p. 11

³⁶ DE LUCA, Tania Regina. *Leituras e projetos e (re) vista (s) do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 158.

³⁷ Ver Tabela Anexo 1 – Catálogo de 1944 em : SORÁ, Gustavo. *Op cit.*, p. 442.

de pertencerem aos anéis burocráticos em operação no Estado Novo.³⁸

A década de 1930 foi testemunha, portanto, então de uma alteração nos parâmetros editoriais. A estabilidade de inúmeras editoras, como a própria José Olympio, a Civilização Brasileira, Editora Globo e Companhia Editora Nacional, além do aumento significativo das vendas de livros que foram possíveis devido a uma articulação de fatores políticos e sociais. As mudanças no sistema de ensino ocasionaram uma diversificação de grupos leitores que, naquele momento, não se concentravam mais exclusivamente num grupo de elite, aliado às transformações ocorridas com a crise de 1929 e a Revolução de 1930, que trouxe dificuldades na importação de livros e contribuíram para que a produção nacional ganhasse autonomia de mercado.

A expansão do mercado editorial caminhou também com o investimento nas obras de ficção nacionais. Tal investimento trouxe como consequência o surgimento de um grupo de romancistas profissionais, ainda que tal grupo fosse restrito a poucos escritores. Para Miceli, essa dinâmica deu o alicerce para a infraestrutura da produção literária.³⁹

Outro elemento ligado a esse processo foi a ascensão da figura do crítico literário. Seu papel foi de fundamental importância para colocar em pauta as obras publicadas:

No início da década de 1930, as pretensões dos escritores, quaisquer que tivessem sido seus capitais de reconhecimento, eram filtradas pela figura do crítico literário. (...) cresceu o papel dos críticos profissionais como árbitros do discernimento estético. Sobre o salão, impuseram todo um sistema de práticas culturais, como as revistas literárias e os suplementos de resenhas, que, embora já existissem, passaram a surgir por toda a parte, sempre de vida efêmera, mas recriada sob critérios cada vez mais estritamente culturais e não sociais, valores que dessacralizavam as formas do livro, tendo em vista a procura de um público leitor cada vez mais geral, anônimo.⁴⁰

A trajetória de Braga estava inserida neste contexto de mudança. Ao lançar *O conde e o passarinho*, em 1936, o jovem ampliou seu campo de divulgação e foi reconhecido no meio letrado. Relato interessante feito por Joel Silveira, que ainda morava em Aracajú, mostrou o impacto do encontro com a obra de Braga:

³⁸ MICELI, Sergio. *Op cit.*, p. 265.

³⁹ *Ibidem.*, p. 240.

⁴⁰ SORÁ, Gustavo. *Op. cit.*, p. 107-108.

(...) Somente mais tarde, em 1935, eu e o resto da turma gremista viemos a ler Rubem Braga, quando chegaram a Aracajú os poucos exemplares de “O conde e o passarinho”. Foi uma revelação, Rubem nos siderava:

- Escrever é isto!

Deixamos Humberto de Campos de lado, nunca mais ligamos para suas desditas, fechamos os ouvidos aos seus queixumes, e em seu lugar entronizamos Rubem e suas crônicas políticas de indisfarçável tendência esquerdista, bem ao nosso gosto.⁴¹

Um dos primeiros comentários com relação à recepção do livro na imprensa foi do advogado pernambucano Abelardo Jurema, para a *Revista Acadêmica*:

Rubem Braga deliciou Recife por uma porção de meses. Autoridades públicas, deputados, jornalistas, literatos, operários, advogados, médicos, etc. O povo da terra aclamava o estilo simples e delicioso de Rubem. Foi uma temporada de luta. A política absorvendo todo mundo, mas sempre havia um cantinho para se admirar, para se ler as crônicas leves que Rubem escrevia num jornal do povo. Sutilmente, ele ia como um penetra visitando todos os setores. Valdemar Cavalcanti, Diégues Júnior, Odorico Tavares, Ulysses Braga Júnior, nós e o famoso Edmundo Celso. Noel Nutels uma vez trouxe um álbum de sonetos e pensamentos duma senhorita ingênua para o Rubem ver. Não teve dúvida o nosso herói. Compôs um sonetinho bem piegas, bem lírico, tipo mesmo Aldemar Tavares, onde não faltavam as palmeiras nem o luar e assinou bem legível no término da última quadra- Rubem Braga.⁴²

Jair Silva, um de seus ex-colegas de redação em Minas Gerais, argumentou que o estilo de vida do cronista era o que mais lhe chamava a atenção e comentou sobre o livro:

Seu ordenado vai quase integralmente para as estradas de ferro e companhias de navegação. Para evitar os caminhos percorridos por outros. Os verdadeiros exploradores não pisam no rastro de ninguém. Abusa do seu próprio talento, esse rapaz maluco e desambicioso. Rubem Braga não pertence a nenhum Estado. É brasileiro. Nós outros, estabelecidos em Minas, é que somos apenas escritores regionais. Li ontem o livro de Rubem Braga. E tudo quanto posso dizer dele, com uma sinceridade imprópria a crítica e mesmo da época em que vivemos, é só isto: tenho inveja de Rubem Braga.⁴³

Como consequência desta ampliação de relações, Rubem passou a frequentar diversas redações de jornais e revistas culturais e literárias, participando de suas

⁴¹ Embora Joel cite o ano de 1935, sabe-se que a publicação de *O conde e o passarinho* se deu apenas no início de 1936. Ver: SILVEIRA, Joel. *Na fogueira: Memórias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, pp. 40-41.

⁴² Apud CARVALHO, Marco Antônio de. *Op cit.*, p. 243.

⁴³ Idem, p. 243-244.

fundações e permaneceu, na maioria delas, até 1939. A primeira foi a *Revista Acadêmica*, na qual entrou em seu rol de colaboradores em 1936.

Criada em 1933, por Murilo Miranda,⁴⁴ então ingressante da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, o mensário tinha formato simples e tiragem reduzida, porém seu rol de colaboradores era constituído por intelectuais e literatos iniciantes, mas que ocuparam lugar de destaque nos anos seguintes. Como relata um de seus colaboradores de renome, Carlos Drummond de Andrade:

(...) é preciso lembrar a significação toda especial da *Revista Acadêmica*, de nome desconcertante, (a princípio era uma simples revista de alunos da Faculdade de Direito), de tiragem reduzida e redação errante no espaço. Mas colaborada por uma turma inquieta, aberta, ávida de fixar idéias ainda vaporosas, e que logo conquistou lugar próprio no campo estrito das letras. (...) ⁴⁵

Basta citar Álvaro Moreyra, Aníbal Machado, Artur Ramos, José Lins do Rego, Santa Rosa, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Carlos Lacerda, entre outros colaboradores. Além disso, juntamente com Murilo Miranda, estiveram à frente da publicação, como secretários de redação, Lúcio Rangel e Moacyr Werneck de Castro.

No primeiro editorial de 1933, a revista declarou-se comprometida com assuntos políticos, fato que se intensificou em 1935, quando a publicação tinha, entre seus mentores, o escritor Mário de Andrade. No entanto, com o golpe do Estado Novo, as críticas e as análises políticas mais calorosas diminuíram, enquanto a literatura tornou-se um dos seus principais focos. Sobre o clima da revista, após a instauração do Estado Novo, Moacyr Werneck de Castro afirmou em entrevista a Raul Antelo:

É preciso ver a RA em relação com a fase da política nacional em que vivíamos, senão não dá para entendê-la. A repressão de pós-35 prenunciava o Estado Novo e recrudescia com ele. Em 1936 começava a guerra civil na Espanha, que vai durar três anos, até as vésperas da Segunda Guerra Mundial. O fascismo estava em ascensão no mundo. Em resposta, as forças antifascistas se mobilizavam para a resistência, acumulando os fatores que

⁴⁴ Murilo Miranda nasceu no Rio de Janeiro em 1912. Filho de Luiz de Miranda e Maria Brito Miranda. Estudou nos colégios Aldrige e Ottati; bachalou-se em ciências e letras em 1931. No ano seguinte, entra na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, donde egressa como bacharel em Ciências Jurídicas, em 1936. Entre 1948 e 1956, foi diretor de Publicidade do SAPS. Em 1956 e 1957, foi diretor do Serviço de Recreação Operária e, entre 1955 e 1959, dirigiu o Teatro Municipal do Rio, criando a Orquestra Juvenil, e descentralizando as tarefas do Teatro para os subúrbios e outros Estados. No jornalismo, além da experiência de *Acadêmica*, foi responsável pela crítica de arte da *Tribuna da Imprensa*. Ver: ANTELO, Raúl. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984. p. 331.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 112.

culminariam na vitória de 1945. A revista refletiu esse clima, embora com as peculiaridades e limitações que a situação do Brasil impunha. Foi sumamente importante a solidariedade à República Espanhola, que fazíamos através da difusão de textos (...). O grupo de escritores e artistas que se reuniu em torno de *RA*, muitos deles fazendo parte do Conselho Diretor (Mário de Andrade, Artur Ramos, Rubem Braga, Aníbal Machado, Hermes Lima e outros) eram antifascistas. Quando o Brasil sob o Estado Novo se inclinava para o Eixo, nós fazíamos da revista um instrumento de resistência, na medida do possível.⁴⁶

A colaboração de Rubem Braga nas páginas da revista pode ser considerada de destaque. Muito embora escrevesse crônicas que não figuravam numa seção específica, sua presença foi constante e seus textos traziam à tona temas relevantes como literatura e política e, assim como outros colaboradores da revista, Rubem deixava claro seu posicionamento a favor dos republicanos espanhóis. A proximidade de Rubem com a direção da revista também se dava no âmbito pessoal, sua irmã mais nova, Yedda, casou-se com Murilo Miranda em 1939. Além disso, a partir de novembro de 1936, o cronista fez parte do conselho de direção, composto por Mário de Andrade, Álvaro Moreyra, Aníbal Machado, Portinari, Arthur Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado. Braga defendia a publicação dizendo: “não é cretina, não é lambe-saco e desacata esse povo borolento, como Tristão de Athayde e outros chatos”⁴⁷. Em 1948 a revista encerrava suas atividades.

Enquanto os textos de Braga começavam a ganhar projeção nacional, o contexto político do período tornava-se cada vez mais instável e a repressão a qualquer tipo de movimento de oposição ao governo de Getúlio intensificava-se. Após o fechamento da ANL e a decretação do estado de sítio, centenas de civis e militares foram presos entre 1935 e 1936, inclusive o prefeito da capital, Pedro Ernesto, acusado de manter relações com a Aliança Nacional Libertadora, a mais simbólica do período. Seguiu-se o estado de guerra, que vigorou de março de 1936 a meados do ano seguinte, além da criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outros em atos e crimes contra as instituições.

⁴⁶ ANTELO, Raúl. *Op. cit.*, p. 295.

⁴⁷ CARVALHO, Marco Antonio. *Op. cit.*, pp. 272-273.



Figura 03: Revista Acadêmica, julho de 1938.

Nesse contexto de forte repressão, Graciliano Ramos, escritor já conhecido por suas obras, como *Caetés* e *São Bernardo*, e prefeito de Palmeira dos Índios, terceira maior cidade do estado do Alagoas, foi denunciado como suspeito de envolvimento com a ANL. Detido e preso sem acusação formal ficou numa cadeia em Maceió e depois foi transferido para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até início de 1937. No livro que escreveu sobre esse período, *Memórias do Cárcere*, publicado postumamente, em 1953, o escritor descreveu a situação daquele momento: “O levante do 3º Regimento e a Revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior, numa colônia italiana.”⁴⁸

Ao sair da prisão, sem ter para onde ir, Graciliano foi convidado para viver numa pensão do Catete, endereço de Rubem e Zora. Para ganhar algum dinheiro,

⁴⁸ RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Record, 1992 p.51

Graciliano começou a escrever um dos seus romances mais importantes, *Vidas Secas*, cujos trechos eram publicados em jornais. No começo dividiu o apartamento com o casal, mas logo trouxe a mulher e os dois filhos para o Rio de Janeiro, mudando-se para outro quarto, mas ainda na mesma pensão.



Figura 04: Crônica Franco e Deus na Revista Acadêmica.

Naquele ano, Zora engravidou do primeiro filho do casal, no mesmo tempo em que Braga tratou de fundar outro jornal com colegas. A nova aposta fez com que o casal se transferisse para São Paulo, local onde, juntamente com Affonso Schimdt, Alfredo Tomé, Nabor Caires de Brito, Oswald de Andrade e Arnaldo Pedroso d’Horta, editaram a revista *Problemas*, com o objetivo de ser um mensário cultural.

A intensificação dos mecanismos de repressão e controle culminaram com o golpe e a outorga de uma nova carta constitucional. Baseada na centralização política, no intervencionismo do Estado e num modelo antiliberal de organização da sociedade, Vargas procurou diminuir a autonomia dos Estados, exercendo, assim, maior controle

sobre as tradicionais oligarquias regionais. O Estado Novo colocou um fim abrupto à disputa eleitoral para o cargo de Presidente da República, então em pleno curso. Como consequência, as liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos e o comunismo tornou-se o inimigo número um do regime. Rubem soube das notícias, anunciadas pelo rádio, no apartamento de Oswald de Andrade, juntamente com Sérgio Buarque de Holanda ⁴⁹

Instaurado o novo regime, era essencial difundir os ideais propostos pela política estadonovista, aspecto que tem sido destacado pela bibliografia especializada:

O Estado Novo, é preciso ressaltar, teve uma preocupação nítida em fazer produzir, ou aproveitar para seu uso, um conjunto de princípios e idéias, pelos quais se auto-interpretava e justificava seu papel na sociedade e na história brasileira. Tais princípios não foram formulados em 1937, mas receberam aí uma roupagem oficial e foram utilizados como instrumento de poder.⁵⁰

A nova Carta Magna mudou também as características da imprensa, conforme se observa nas determinações constitucionais sobre a questão:

Art. 122

(...)

15- (...) a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da rádiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação; (...). A imprensa regular-se-á por lei especial, de acordo com os seguintes princípios:

- a) a imprensa exerce uma função de caráter público;
- b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Govêrno,
nas dimensões taxadas em lei;
- c) é assegurado a todo cidadão o direito de fazer inserir gratuitamente,
nos jornais que o infamarem ou injuriarem, resposta, defesa ou retificação;
- d) é proibido o anonimato;
- e) a responsabilidade se tornará efetiva por pena de prisão contra o diretor responsável e pena pecuniária aplicada à empresa;
- f) as máquinas, caracteres e outros objetos tipográficos utilizados na impressão do jornal constituem garantia do pagamento da multa, reparação ou indenização, e das despesas com o processo nas condenações pronunciadas por delito de imprensa, excluídos os privilégios eventuais e derivados do contrato de trabalho da empresa jornalística com os seus empregados.

⁴⁹ CARVALHO, Marco Antonio de. *Op cit.*, p. 266.

⁵⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 09.

g) não podem ser proprietários de empresas jornalísticas as sociedades por ações ao portador e os estrangeiros, vedado tanto a estes como às pessoas jurídicas participar de tais empresas como acionistas. A direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos. (...) ⁵¹

A criação de órgãos responsáveis pela censura à imprensa e outras mídias já havia sido feita durante a década de 1930 e, com a instauração do Estado Novo, não foi diferente. Passo importante na direção do controle foi dado no início de 1938, quando o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) foi transformado no Departamento Nacional de Propaganda (DPN) e passou a abranger o que se denominava de “educação nacional”, além de exercer a censura e o controle de todos os meios de comunicação. ⁵²

A despeito do conturbado momento político, a década de 1930 também presenciou o crescimento da indústria nacional, que impulsionou diretamente “o desenvolvimento das técnicas que permeiam a imprensa como os meios gráficos, a evolução dos processos de compor e imprimir gazetas, a melhoria do conteúdo e a definição da forma”. ⁵³ Os números ilustram o processo de desenvolvimento dos impressos: em 1933, circulavam mil e quinhentos jornais no país, que empregavam cerca de quatorze mil pessoas nas funções de redação, administração e gráfica. Havia, ainda, quinhentas e cinquenta máquinas planas e cento e setenta rotativas, além de setecentos jornais que tinham suas próprias oficinas. ⁵⁴

Outra particularidade da época foi o desenvolvimento da propaganda e da publicidade, que resultou na criação das primeiras agências publicitárias que, por sua vez, articulavam-se aos periódicos. Segundo Ricardo Ramos:

É significativa a criação da nossa primeira clicheria comercial, já em 1928, por Joseph Mayer. É também importante a

⁵¹ Apud: CAMPANHOLE; Adriano; Hilton Lobo. *Todas as Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1971, p. 320 - 321.

⁵² Vale ressaltar que a criação do DIP foi antecedida de três outros órgãos – o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e o Departamento Nacional de Propaganda (DPN). Em 1931 o governo provisório de Vargas criou o Departamento Oficial de Publicidade, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O DOP atuava basicamente no setor da radiodifusão e fornecia informações do governo à imprensa, dando início a uma tentativa de organização da propaganda política em âmbito nacional. Como forma de aprofundar esta organização e torná-la mais sistemática, em julho de 1934, Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e extinguiu o DOP. O novo órgão continuou subordinado ao Ministério da Justiça e sua direção geral passou para Lourival Fontes, jornalista e escritor, admirador e grande conhecedor do fascismo italiano. O DPDC compreendia a Imprensa Nacional e devotou atenção para a produção de filmes educativos. Ver: ABREU, Alzira Alves (Coord.) et al. *Op. cit.*, p. 1830.

⁵³ BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. São Paulo: Martins, 1967, p. 65.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 55

representação de uma agência norte-americana por uma organização brasileira, o que aconteceu em 1929, quando a Foreign Advertising se vinculou à A. d’Almeida (Companhia do Almeida, como era chamada, e que originou a Interamericana). Havia meia dúzia de agências, nem todas como hoje as vemos. A Eclética tinha muito de representação de jornais, a Edaneí era mais “uma livraria que aceitava publicidade”. No entanto, trabalhando, para a Ford, a Eclética havia começado a usar jornais do interior. A General Motors, ainda através do seu departamento, já tinha assinado um contrato de painéis de estrada de cinco mil contos.⁵⁵

Sobre o tema, esclarece Nelson Werneck Sodré:

O terceiro decênio do século foi de grande desenvolvimento da imprensa, particularmente no sentido de consolidar sempre a estrutura empresarial. Os jornais e revistas de vida efêmera são muito mais raros agora; (...) ⁵⁶

Exemplar é o caso do primeiro conglomerado de comunicações do país, os *Diários Associados*, fundado e dirigido por Assis Chateaubriand, que conheceu acelerado crescimento, ao final da década de 1930, e chegou a reunir, nas décadas seguintes, dezenas de jornais, revistas e estações de rádio.

Nesse contexto, Rubem iniciou colaboração noutra periódico, inaugurado alguns meses, depois da instauração do novo regime, a *Revista Diretrizes*, que tinha como subtítulo *Política, Economia e Cultura*. Lançada em abril de 1938, por Azevedo Amaral e Samuel Wainer, circulou até julho de 1944, ou seja, praticamente todo o período estadonovista. A revista teve três fases: a primeira fase – que compreende abril a outubro de 1938 – tem por característica a direção de Azevedo Amaral.⁵⁷ Amaral, um dos principais intelectuais do Estado Novo, lançou a revista com o objetivo de analisar, de forma crítica, a política nacional e – como indica o nome da publicação – estabelecer

⁵⁵ RAMOS, Ricardo. *Do Reclame à Comunicação: Pequena história da propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual, 1985, p. 41- 42.

⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 371.

⁵⁷ Antônio José Azevedo do Amaral nasceu no Rio de Janeiro, em 1881. Entre 1906 e 1916 exerceu atividades jornalísticas na Inglaterra, para os jornais *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*. Azevedo Amaral considerava o liberalismo uma criação típica dos povos anglo-saxões e, portanto, inadaptável às características do povo brasileiro. Considerava, ainda, que a grande crise provocada pela Primeira Guerra Mundial era resultado do declínio do liberalismo. Propugnava um Estado autoritário, de cunho corporativista, em substituição ao Estado liberal. Maiores detalhes biográficos em: CHAVES, Luis Guilherme Bacellar. *Azevedo do Amaral*. In: ABREU, Alzira Alves (org.) *Op. cit.*, p. 194-195. Sobre sua obra, ver: OLIVEIRA, Lucia Lippi. O pensamento de Azevedo Amaral. In: GOMES, Ângela de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. cit.*, p. 48-70.

as bases para o novo regime político instaurado. A publicação visava, pois, se tornar uma espécie de porta-voz da ditadura estadonovista, legitimadora do regime e, ao mesmo tempo, oferecer sugestões para o seu sucesso.

No entanto, em outubro de 1938, Amaral deixou a direção da revista. Segundo Duque Filho, os desacordos políticos entre o intelectual e os colaboradores da revista, somados à disputa pela posse sobre os direitos legais da publicação com Samuel Wainer, levaram a saída de Amaral da direção do impresso.⁵⁸ A partir da saída de Azevedo Amaral, a revista entrou em sua segunda fase, que se estendeu de novembro de 1938 a novembro de 1940, na qual Samuel Wainer figurou como único proprietário e responsável pela linha editorial.

Vale ressaltar, contudo, que a revista alterou significativamente sua linha editorial e deixou de lado as propostas de Amaral, que pretendia alinhá-la ao projeto político varguista, para assumir uma posição política contrária ao Estado Novo, além de manter um caráter antifascista e antinazista.⁵⁹ A terceira fase, de dezembro de 1940 a julho de 1944, caracteriza-se pelo fato de a publicação tornar-se semanal e haver contado, por dois anos, com a participação ativa de Mauricio Goulart.⁶⁰

Na revista, Rubem Braga colaborou na seção *O homem da rua*, constituída por crônicas, publicadas entre abril de 1938 e outubro de 1939, inseridas entre a primeira e a segunda fase da revista, num total de dezenove textos. A crônica não era publicada numa página fixa, mas tinha como marca uma ilustração que apresentava o desenho de um homem vestindo terno e gravata, acenando com um chapéu na mão. Braga expressava suas inquietações diante dos primeiros anos de vigência do Estado Novo, além de registrar preocupação com o cenário europeu e a ameaça constante de um

⁵⁸ DUQUE FILHO, Álvaro Xavier. *Política Internacional na revista Diretrizes (1938-1942)*. Mestrado (História). Assis. SP: FCL, 2007, p. 105. Além disto, há referências à briga entre Wainer e Azevedo Amaral em SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 115-116: "(...) Foi no apartamento de Azevedo Amaral, no Edifício Góis, à rua Álvaro Alvim, na Cinelândia, que conheci um rapaz que se iniciava, então no jornalismo e que se associava ao autor dos *Ensaio Brasileiros* para editar uma revista, *Diretrizes*, que marcou época na imprensa do Rio: Samuel Wainer. Com o Estado Novo, os sócios divergiram. Wainer desejava seguir um rumo, Amaral, outro. O mais moço registrara o título em seu nome, unicamente, valendo-se de que só ele, entre os dois podia tomar providências de ordem prática. Amaral, impetuosamente, assumiu posição quitoxesca, fundou outra revista, denominada *Novas Diretrizes*."

⁵⁹ Fato explicitado por Álvaro Xavier Duque Filho. *Op. cit.*, p. 106 - 121.

⁶⁰ Maurício Goulart nasceu em Petrópolis no Rio de Janeiro (RJ) em dezembro de 1908. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo ingressando na redação do jornal *O Estado de S. Paulo* em 1927. Participou ativamente da Revolução de 1930 e após a vitória do movimento integrou a Legião Revolucionária de São Paulo, fundada por Miguel Costa. Segundo Wainer, o capitalista foi convidado a se retirar da revista devido ao veto do DIP acerca de uma reportagem de sua autoria sobre a missa de comemoração do dia de aniversário de Pedro Aleixo, constituinte de 1934. Ver: WAINER, Samuel. *Minha razão de viver – Memórias de um Repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1988, p. 64.

conflito de alcance mundial. Além da colaboração na seção, o autor assinou outros dois textos, que abordavam questões e acontecimentos em voga na época.



Figura 05 – *Diretrizes*, numero 1, abril de 1938.

Segundo Samuel Wainer, o grupo reunido em torno de sua revista era de “alto nível” e incluía nomes que se tornariam “obrigatórios em qualquer antologia literária” e prossegue: “ (...) um deles foi Rubem Braga, meu grande amigo naquela época, que escrevia magnificamente. Rubem criou uma seção com o título “O homem da rua”, que abrigara crônicas maravilhosas”⁶¹. Observa-se que Braga participava, frequentemente, das decisões acerca da revista – integrando o chamado “núcleo duro”. Assim, Wainer lembra que o escritor estava ao seu lado quando procurava por um investidor “(...)

⁶¹ WAINER, Samuel. *Op. cit.*, p. 50.

Depois de examinarmos vários nomes, eu e Rubem Braga nos fixamos num paulista chamado Maurício Goulart, que participara de todos os grandes eventos políticos importantes desde a revolução de 1930 (...).⁶² Além disso, a pesquisa em dicionários literários e trabalhos de cunho historiográfico revelaram que o cronista chegou a ser mencionado como fundador da revista, forte indício de sua importância e projeção na publicação, apesar da sua breve colaboração.⁶³

As iniciativas de Rubem não se restringiam à colaboração para a imprensa. No início de 1938, o cronista publicou seu segundo livro, *A Questão do Ferro*, mas, dessa vez, sob um pseudônimo de Roberto Miguel Couto. A obra combatia a pretensão da *Itabira Iron Company*, mineradora inglesa que adquiriu, no Brasil, reservas no vale do Rio Doce (Mina Gerais) e monopolizou a extração de ferro. A empresa obteve contrato de seis anos (1922-1928) e tinha intenções de renová-lo, o que chamou a atenção de Braga, que criticou o controle estrangeiro e exaltou o nacionalismo. O debate em torno da política que deveria ser seguida na exploração de recursos minerais era um assunto candente na década de 1930, que mobilizava intelectuais, como Monteiro Lobato.

Interessante ressaltar que trechos do livro foram publicados, tanto pela *Acadêmica* quanto pela *Diretrizes*, logo quando veio a público, no entanto, o nome de Braga não foi citado.⁶⁴

Com relação à autoria da obra, em artigo que homenageava os 90 anos do escritor, originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, em 1993,⁶⁵ o jornalista Alfredo Herkenhoff contou que seu pai, Paulo Herkenhoff, crítico de arte e bibliófilo de Cachoeiro do Itapemirim, adquiriu o livro *A Questão do Ferro*, autografado por Braga. Afirmou, ainda, que o cronista explicou a seu pai que Roberto Miguel Couto era uma homenagem ao seu filho, Roberto, e que Miguel Couto era o nome da rua onde se localizava a gráfica na qual o livro foi impresso.

⁶² Ibidem, p. 58.

⁶³ Em MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro Ilustrado*. São Paulo: Saraiva, 1969, v. 1. No verbete *Rubem Braga* afirma-se que, após sofrer perseguições durante o Estado Novo e se esconder no sítio de Carlos Lacerda, o cronista fundou, com Samuel Wainer e Azevedo Amaral, a revista *Diretrizes*. Já CARONE, Edgar. *Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976, cita *Diretrizes* como uma das publicações de destaque da imprensa no período e também assegura que o cronista ajudou a fundá-la. Em CASTELLO, José. *Na cobertura de Rubem Braga*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, a informação novamente se repete.

⁶⁴ O contrato da Itabira Iron. *Acadêmica*, n.38, s/n, ago. 1938.

⁶⁵ Ver: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp150120039.htm> acesso em 15/07/2010.

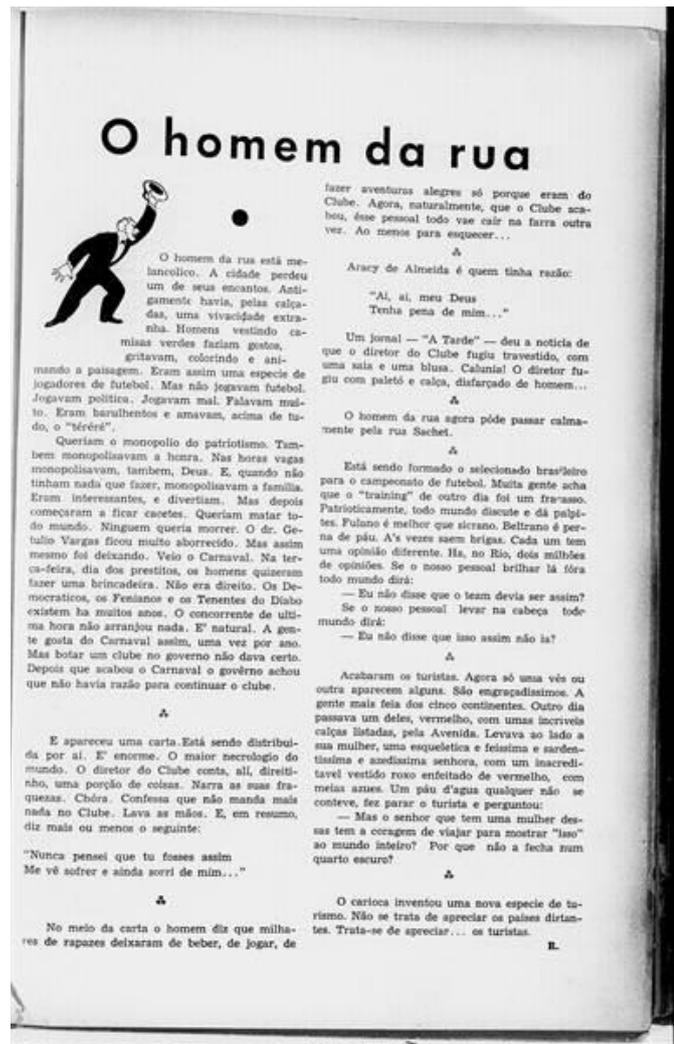


Figura 06 – Seção *O homem da rua* abril de 1938.

Já na biografia de Rubem Braga, escrita por Marco Antônio de Carvalho, afirma-se que, na dedicatória que escreveu para Herkenhoff, o cronista explicou que a edição foi paga por um ministro militar e que havia sido distribuído pela Gráfica Olímpica Editora:

Roberto M. Couto, autor desse livro, sou eu mesmo. Coisa de 1938, em que muita gente de esquerda lutava pela implantação da grande siderurgia no Brasil. A edição foi paga por um ministro militar do Governo e distribuída entre oficiais das forças armadas. Roberto era (é) o nome do meu filho e M. Couto é o nome da rua da gráfica. O livro é basicamente contra a Itabira Iron.⁶⁶

⁶⁶ Ver: CARVALHO, Marco Antonio. *Op. cit.*, p. 268-270. Nota-se, também, que o endereço inicial de *Diretrizes* era a Rua Miguel Couto, 32. A partir do terceiro número, a publicação mudou-se para Rua Senador Dantas, 44.

Tais iniciativas não passaram despercebidas da polícia política, que estava em constante vigilância, tanto ao escritor quanto aos periódicos nos quais colaborava, em especial a *Diretrizes*. Em junho de 1938, Braga passou um período de férias na fazenda de Jorge Amado, com sua mulher e filho, tendo sido preso ao retornar ao Rio de Janeiro. Relato do Deops deu conta de que o cronista ficara apenas três dias detido como “medida preventiva de segurança política e social”.⁶⁷

Outra vez, em julho de 1939, ainda na condição de colaborador da revista, Rubem seguiu viagem para Porto Alegre, com o intuito de encontrar o amigo e jornalista Carlos Reverbel. Logo após o desembarque, os dois foram abordados por um policial que lhes deu ordem de prisão. Mais uma vez, Braga conseguiu esquivar-se das autoridades e foi libertado no mesmo dia, após interrogatório. Na introdução do livro *1939- Um episódio em Porto Alegre*, Carlos Reverbel, jornalista e amigo do cronista, há longa explicação sobre a maneira que ele e Rubem conseguiram escapar das autoridades:

Fomos levados pelo policial que nos prendeu para uma sala na Chefatura de Polícia, onde ficamos aguardando a chegada do delegado que iria nos explicar o que estava acontecendo. Para sorte nossa, o delegado que apareceu foi Plínio Brasil Milano, cunhado de Breno Caldas, meu chefe no *Correio do Povo* e, principalmente meu amigo. Plínio, então delegado da Ordem Política e Social, não tardaria a consagrar-se na luta contra a infiltração nazista no Rio Grande do Sul durante a guerra. Sendo igualmente meu amigo, Plínio Brasil Milano, ao verificar que eu era um dos presos, imediatamente tratou de me dar um caloroso abraço, com o que minha prisão ficou praticamente sem efeito. Através do delegado amigo, fiquei sabendo que a polícia gaúcha tinha recebido ordens diretas de Filinto Muller, responsável pelo terrorismo policial do Estado Novo, para prender Rubem Braga, assim que ele chegasse a Porto Alegre, recambiando-o imediatamente para o Rio de Janeiro, antes de fazer qualquer contato em solo rio-grandense. Como a ordem era mante-lo incomunicável, o policial achou por bem prender junto com o suposto subversivo a única pessoa que havia conversado com ele, ou seja, eu. (...) Sai da sala onde estava preso e corri para o telefone mais próximo. Minha única chance de livrar o amigo daquela enrascada era apelar para uma pessoa de grande influência e acesso direto ao centro de poder do estado. O nome dessa pessoa não podia ser outro: Breno Caldas. Expliquei a situação ao diretor do *Correio do Povo* pelo telefone. Então ele entrou em comunicação com o cunhado, também telefonicamente. Indagando o que poderia fazer a favor de Rubem Braga, foi informado de que apenas o interventor do estado, em pessoa, seria capaz de reverter a situação. (...) Dr. Breno expôs o

⁶⁷ Arquivo da Polícia Política. Dossiê *Diretrizes* e Jornal *Dom Casmurro*, setor Comunismo, anexo n. 174, 03/11/1939, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

caso ao coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, perguntando-lhe o que podia ser feito, naquelas circunstâncias, em favor do jornalista preso. A atitude do interventor, diante da interseção de Breno Caldas, foi simplesmente ignorar a ordem de prisão baixada por Filinto Muller. Num passe de mágica o cronista adquiriu o direito de ir e vir.⁶⁸

Muito embora houvesse, efetivamente, o controle político e a repressão policial, característica do período estadonovista, por meio do relato de Reverbel, nota-se que o mecanismo mobilizado para a liberdade de Rubem envolveu uma cadeia de relações pessoais, além de um jogo de interesses entre personalidades com status social. Percebe-se, também, os limites da comunicação e da ação entre esferas do poder, na medida em que o interventor do estado tomou a direção do caso e liberou o cronista. Vale ressaltar, ainda, que após o ocorrido, Breno Caldas, diretor do *Correio do Povo*, convidou Rubem para fazer parte do rol de colaboradores do periódico, fato que levou Rubem a deixar as colaborações nos outros periódicos e mudar-se para Porto Alegre.

Esse episódio não significou que a polícia política deixou de se preocupar com o escritor. Pelo menos dois relatos indicam o paradeiro de Rubem, após o ocorrido em 1939, e, mais uma vez, caracterizam-no como um seguidor do “credo vermelho”. Em março de 1940, comunicados mostravam a direção tomada por Rubem:

(...) Comunica que elementos comunistas que se achavam radicados no Rio Grande do Sul transferiram-se para São Paulo em virtude da pressão exercida pela polícia gaúcha (pelo que informa o nosso Serviço Reservado). Ao que consta, tais elementos, destacamente o jornalista Rubens Braga (sic), tem tido boa acolhida nesse estado.⁶⁹

Após quase um mês do relato, outro documento mostrou que Braga ainda estava sob a vigia da polícia. Em abril, solicitou-se que se apurasse se Rubem encontrava-se realmente em São Paulo e a resposta não tardou: (...) Esteve na cidade em fevereiro. Frequentava a redação da revista *Cultura* e do *Diário de São Paulo*, deixou a capital e foi para Espírito Santo com sua esposa, há mais ou menos um mês.⁷⁰

Frente às dificuldades para continuar trabalhando na imprensa, Rubem precisou valer-se de diferentes pseudônimos, como José Bispo, M. de Carvalho ou,

⁶⁸ BRAGA, Rubem. *1939 – um episódio em Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 15-17

⁶⁹ Extraído do Arquivo da Polícia Política. Ficha remissiva 30A O11 n. 151, 11/03/1940 – Ao Cel. Scarcela Portela. Arquivo do Estado de São Paulo.

⁷⁰ Arquivo da Polícia Política. Ficha 30ª 011 Relatório n. 20 - Ao serviço reservado -. 09/04/1940. Arquivo do Estado de São Paulo.

simplesmente, R. Foi o que ocorreu numa das colaborações de Rubem naquele ano de 1938, no jornal *O Imparcial*, no qual assinava Chico, na seção *Grypho 7*.



Figura 07: Capa *O Imparcial*, novembro de 1938.

O Imparcial foi um jornal carioca diário e matutino, lançado em maio de 1935, por José Soares Maciel Filho, sucessor de *A Nação*, e que deveria ser porta-voz do governo, mas acabou por se transformar, ao longo dos meses, num instrumento de violentos ataques a Vargas.⁷¹ Por dispor de poucos recursos financeiros, tinha composição gráfica simples, entre doze e quatorze páginas, além de escassas propagandas. As reportagens abordavam os assuntos em voga no momento e consistiam, basicamente, de entrevistas com personagens políticas ou pessoas em evidência. Uma destas reportagens de destaque foi a entrevista com Herculino Cascudo, presidente da ANL. Embora não apoiasse a entidade, o jornal terminava a reportagem considerando-a útil e uma “vanguarda de luta contra os integralistas”.

⁷¹ABREU, Alzira. *Op. cit.*, p. 3329.



Figura 08: Seção Grypho 7 , novembro de 1938.

No entanto, ao longo do ano de 1937, a linha política do jornal, considerada liberal, acabou por se alterar diante do clima de suposta ameaça comunista. Maciel Filho, por meio dos editoriais de *O Imparcial*, deu início à campanha de alerta contra “perigo vermelho”, que se intensificou a partir de setembro, com a divulgação do suposto Plano Cohen, “descoberto” pelo Exército. Nesse contexto, o periódico reivindicou a reinstalação do estado de guerra, considerando a medida essencial para a salvação do país.

Assim, no início de novembro de 1937, o jornal emprestou apoio a Vargas, saudou a decretação do Estado Novo e exaltou a figura do novo presidente apresentado como a de um grande estadista. Ao longo do período estadonovista, o jornal continuou a apoiar Getúlio Vargas, que sempre figurava como um grande líder. Durante a Segunda Guerra Mundial, o jornal voltou sua atenção ao combate dos países do Eixo e deu seu apoio aos Aliados. Em 14 de fevereiro de 1942, por meio do editorial *A despedida*, Maciel Filho anunciou o fechamento do jornal, supostamente provocado pelas grandes dificuldades financeiras trazidas pela guerra.

A seção *Grypho 7* constituiu-se por 83 crônicas, publicadas em 1938, e de outras 80, no ano seguinte, totalizando 163 textos. Geralmente, localizadas na página cinco, teve como característica singular dividir a página com o editorial de Maciel Filho. Note-se que, até então, as colaborações de Rubem figuravam em publicações que faziam oposição ao regime de Vargas e tinham, em seu rol de colaboradores, intelectuais e literatos considerados de esquerda. O periódico *Revista Acadêmica* e a revista *Diretrizes* formavam um conjunto que foi totalmente distinto do conteúdo que era publicado no jornal *O Imparcial*.

A essas revistas culturais e literárias acrescentava-se, ainda, a vigilância constante da polícia política, principalmente no caso de *Diretrizes*. O caso da revista demonstra que ela foi seguida pelos órgãos de repressão durante toda sua circulação, com notas e avisos diversos que acompanham todos os números e alterações pertinentes de colaboradores, publicidade, linha editorial etc.:

(...) Segundo comentários, o corpo editorial da Revista *Diretrizes* é constituído de elementos que combatem o governo, entre os quais os srs. Carlos Lacerda, Armando D’Almeida, Benjamim Cabelo, Graciliano Ramos, Emil Farah, Jorge Amado, Genolino Amado, Jaime Adur Camara, Barros Vidal, Sady Garibaldi, Tude de Souza, Oswald de Andrade, Mauricio Goulart e a sr. Raquel de Queiroz, e outros elementos, fichados como participantes em atividades subversivas.⁷²

Mais do que seu conteúdo, a redação da revista, juntamente a outros locais, era vista como ponto de encontro de comunistas. Num dos relatórios, a subseção, nomeada como “Atividades Cotidianas”, lista locais frequentados por comunistas, como a *Confeitaria Colombo*, o *Café Simpatia* e a redação da revista *Diretrizes*.⁷³

Nesse mesmo dossiê, é possível notar a preocupação com outro jornal do período, *Dom Casmurro*, e concluir que esse tipo de publicação e seus envolvidos causavam preocupação à polícia política naquele momento. O trecho extraído, abaixo, mostra de forma clara e resumida qual era a visão sobre os dois impressos:

Essas revistas não defendem francamente os pontos de vista marxistas, porque tal atitude ser-lhe-ia vedada pela Polícia, mas **quase toda sua literatura é orientada no sentido da criação de uma tendência claramente esquerdista.**

Sabemos, aliás, que o P.C.B recomenda a leitura de ambas e de tal fato já demos conhecimento a V. EXA e a circunstancia de terem sido encontrados inúmeros exemplares

⁷² Arquivo da Polícia Política, setor Comunismo, boletim n.88, 12/13.4.41, p. XXI. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

⁷³ Arquivo da Polícia Política. Dossiê *Diretrizes* e Jornal *Dom Casmurro*, setor Comunismo 4D. Pasta Comunismo 11. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro

dessas publicidades nas buscas ultimamente efetuadas pela Delegacia na sede do Comitê Regional do Partido e em diversas células vem confirmar esta informação e demonstrar que se trata de **órgãos tendenciosos e prejudiciais ao interesse público, porquanto sob a capa de veiculadores de cultura universal, propagam, veladamente, doutrinas que colidem com a organização política e social deste país.**⁷⁴

Pode-se supor que as outras colaborações aqui mencionadas, como a *Acadêmica*, também pudesse ter sido vigiada, embora nenhuma documentação efetiva tivesse sido encontrada, seus colaboradores faziam parte do mesmo círculo de amigos, integrando uma rede de sociabilidade em comum. O trecho a seguir reflete muito do pensamento de ação naquela conjuntura:

A Polícia não pode nunca perder de vista, em todo o Brasil, os intelectuais de esquerda, por mais benignas que seja as suas aparências, se continuam com as ideias, embora sem a ação. Estes elementos dão corpo, dão sentido à revolta dos trabalhadores que sofrem misérias; estes se dispõem a luta e sofrem as piores consequências, e os intelectuais nada sofrem, são homens de relações recomendáveis e de sociedades. A ação contra os elementos intelectuais tem que ser feita, em benefício dos trabalhadores de todo o Brasil, e no meio dos próprios trabalhadores. Mas, a Polícia acompanhando sempre os elementos intelectuais pode saber da sua ação logo que comece a ser perniciosa, e, possuir uma relação completa de todos eles em todos os Estados com a indicação do emprego ou atividade de que vivem, para melhor localizar essa possível ação direta ou indireta. Deve ser uma lista viva, onde estão entrando os que surgem e saindo aqueles nos quais desaparecem, por qualquer fator, o indicio de qualquer possível ação. Como este é um ponto conhecido, e batido, não se tornam precisas indicações e mais concretas e detalhes de informações.⁷⁵

Nesse sentido, torna-se interessante entender como, diante da postura de um aparato repressivo organizado e atento aos intelectuais de esquerda e seus meios de expressão como livros, jornais, revistas, foi possível, para Rubem Braga, se posicionar politicamente por meio das crônicas e textos publicados na imprensa do período estadonovista.

Para tal condição, julgou-se importante, primeiramente, traçar elementos essenciais para a compreensão do conteúdo envolvido nas crônicas que serão analisadas posteriormente. Elucidar o início da trajetória profissional de Rubem Braga, já que ela

⁷⁴. Arquivo da Polícia Política. Dossiê *Diretrizes* e Jornal *Dom Casmurro*, setor Comunismo 4D. Trecho extraído de Batista Teixeira. CAP. Delegado Especial.

⁷⁵ Arquivo da Polícia Política. Dossiê *Diretrizes* e Jornal *Dom Casmurro*, setor Comunismo 4D. Trecho extraído da notação 11 A maço 4. Folhas 3691 a 1421. Folha 159. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

está intimamente ligada aos principais acontecimentos políticos do país durante a década de 1930 e 1940 e entender a trajetória intelectual e profissional do escritor foi de suma importância. Para isso, foi preciso mapear suas redes, mostrando onde e com quem circulou por meio de memórias, relatos, entrevistas e biografias, que auxiliaram a entender quem eram seus afetos, desafetos e, principalmente, qual sua posição diante dos principais acontecimentos daquele momento.

O destaque de Rubem Braga, no meio literário, se deu por meio do gênero no qual escreveu por toda sua vida, portanto, faz-se necessário, a seguir, uma explanação acerca da crônica, suas definições e sua importância diante da literatura e da historiografia. Além disso, é imprescindível mostrar de que maneira a crônica passou a ser utilizada como fonte para o historiador e quais as ferramentas metodológicas utilizadas para a análise desse tipo de documento.

1.2 Crônica na imprensa do Estado Novo.

Até quem não sabe é influenciado por ele (Rubem Braga). De Paulo Mendes Campos a Nelson Rodrigues— quando escrevia crônicas esportivas. Quando escrevo, eu dialogo com ele, pego emprestadas algumas frases e faço uma espécie de contestação. Ele escreve sobre borboletas e eu quero falar mais de futebol. Mas sempre é uma homenagem.⁷⁶

O trecho acima, extraído de uma entrevista com o escritor Xico Sá, um dos cronistas de maior destaque da atualidade, colunista dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Diário do Nordeste* e *Correio da Bahia*, traz comentários a respeito de outro grande cronista, Rubem Braga. Vale lembrar que o ano de 2013 foi o do centenário de seu nascimento, estando previstos eventos e homenagens para quem foi, por excelência, um cronista. No entanto, é importante ressaltar que o gênero ao qual Rubem Braga dedicou-se, durante quase sessenta anos, nem sempre foi reconhecido nos círculos e meios literários. Mesmo a crônica tendo sido escrita e praticada por muitos escritores, desde o século XIX, sua consagração como gênero literário, propriamente, e sua legitimação no cânone, pela crítica, ocorreram na segunda metade do século XX.

A palavra crônica vem de *kronos*, divindade grega que personifica o tempo, uma vez que esse tipo de escritura está intimamente ligado à cronologia. O nascimento da crônica como a conhecemos hoje – texto literário ligado ao jornal e que registra,

⁷⁶ SÁ, Xico. Sobre Rubem Braga: Até quem não sabe é influenciado por ele In: *Colherada Cultural*. Ver: <http://www.colheradacultural.com.br/content/xico-sa-sobre-rubem-braga-ate-quem-nao-sabe-e-influenciado-por-ele.php>, publicado originalmente em 19 maio de 2012. Acessado em 20/10/2012.

aparentemente, sem maiores pretensões, os acontecimentos do dia-a-dia, aliados a comentários pessoais e subjetivos, – originou-se no século XIX e foi contemporâneo do folhetim, tendo como espaço o rodapé das páginas dos diários.

Na França, a fórmula folhetim foi atribuída a Émile Girardin no seu *La Presse* (1836), que abrigava textos de natureza variada, como cartas de leitores, anúncios, programas de espetáculos, críticas, piadas, além do romance-folhetim e do folhetim-variedades, que fizeram a fama dessa rubrica. O primeiro reproduzia fragmentos de um romance, cuja narrativa era interrompida no seu ápice com o aviso “continua na próxima edição”, estratégia eficiente para a venda dos exemplares. Já no folhetim-variedade deu-se a gênese da crônica.

Vale ressaltar que, nos dicionários franceses do século XIX, a *chronique* era definida como “écrits au jour le jour, publiés par les journaux, et qui sont pour ainsi dire le reflet heure par heure de l’avie courante,”⁷⁷ e já na segunda metade do século XX, a rubrica ganhou novos contornos, sendo concebida como “article de jornal ou de revue, émission radiodiffusée ou télévisée consacrés quotidiennement ou périodiquement as des informations, des commentaires d’un certain ordre.”⁷⁸

Nota-se que a definição de crônica, independente do período de escrita dos verbetes, esteve sempre ligada a noção de tempo, do cotidiano. No entanto, a composição da rubrica no século XIX estava ancorada especialmente no sentido de um relato escrito ou até mesmo de comentários acerca da vida cotidiana. Já o verbete que compõe a definição de *chronique* na centúria seguinte remete a uma concepção mais contemporânea da palavra e permite observar alguns elementos que foram incorporados a rubrica ao longo dos anos. De simples relato dos fatos e notícias do dia-a-dia, a crônica se desdobrou numa seção de jornal específica e, principalmente, num tipo de literatura.⁷⁹

⁷⁷ Therenty apresenta outras definições dadas pelo Larousse: “à ce qui a rapport au temps (...) Histoire dans laquelle les faits sont simplement enregistrés dans l’ordre des temps sans que l’auteur s’attache, au moins d’une façon spéciale, à en indiquer les causes, à en montrer l’enchaînement (...) sens dérivé par métonymie du premier, la chronique est l’article du journal où se trouvent les faits, les nouvelles du jour et les bruits de la ville. THERENTY, Marie-Eve. *La littérature au quotidien. Poétiques journalistiques au XIXe siècle*. Paris: Editions du Seuil, 2011, pp. 235-236.

⁷⁸ *Dictionnaire du français contemporain*. Paris: Librairie Larousse, 1971, p. 238.

⁷⁹ De acordo com Marie-Ève Thérenty a “era de ouro” da crônica francesa se deu em meados do século XIX durante o chamado Segundo Império francês. No início do século XX, no entanto, a crônica entra em “crise” e perde seu lugar para a reportagem, que vai se consolidar na década de 1930. Para mais considerações sobre as relações entre a crônica francesa e a crônica brasileira, ver: VERGARA, Anelize. *Crônica e Imprensa francesa: diálogos e apropriações*. Relatório final entregue à Fapesp. Bolsa BEPE, 2014.

Condição principal que dota a crônica de literariedade e que, por sua vez, legitima-a como gênero, é o lirismo que a envolve. Muito embora o mote inicial do cronista seja comentar a novidade do momento, por meio do seu olhar, o texto pode ganhar traços de maior ou menor intensidade lírica. Foi justamente a articulação entre a apresentação das problemáticas do cotidiano e o lirismo poético que deu a crônica um novo status literário.⁸⁰

O seu reconhecimento como gênero, porém, não a levou de imediato a elevação ao cânone pela crítica literária e nem mesmo a própria nomeação de gênero foi reconhecida inteiramente pelos críticos, o que por muito tempo levou a crônica a ser nomeada como “gênero menor” quando comparada a um romance, por exemplo.

Assim, o acesso da crônica à cidadania literária ocorreu apenas na segunda metade do século XX e, não por acaso, está intimamente ligada a dois fatores que se articulam: o crescimento da publicação de livros de crônicas e um contexto maior, que engloba a quebra de paradigmas que conduzem a teorização das humanidades: na área das Letras, com a revisão do cânone literário e, na História, graças à ampliação da noção de documento.

Foi durante a década de 1950 e 1960 que alguns dos principais cronistas em atividade, como o próprio Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Lêdo Ivo, Fernando Sabino e Eneida de Moraes tiveram diversos livros de crônicas publicados. O sucesso editorial alcançado chamou a atenção da crítica, tendo sido nesse momento que surgiu o primeiro estudo teórico sobre a crônica. O texto de Eduardo Portella revelava o interesse pelo aumento das publicações voltadas a este gênero, mas também denunciava as tensões específicas que a crônica carregava e que ainda não tinham sido plenamente definidas:

A constância com que vêm aparecendo, ultimamente, os chamados livros de crônicas, livros de crônicas que transcendem a sua condição puramente jornalística para se constituir em obra de arte literária, veio contribuir, em forma decisiva, para fazer da crônica um gênero literário específico, autônomo. (...) Porque

⁸⁰ Ao analisar as principais características da crônica, Luiz Simon, afirma que é comum entre os estudiosos do tema mencionar, em maior ou menor grau, a importância da lírica para a crônica. Analisando duas crônicas de Braga, o autor conclui que, muito embora na maioria das vezes o cotidiano pareça simples e até ingênuo, é nele que reside o potencial para o lirismo presente no gênero. Ver: SIMON, Luiz Carlos Santos. Rubem Braga e a arte do cotidiano. *Itinerários*. Araraquara: n. 16, p. 161-172, 2008.

ninguém, até agora, pelo menos entre nós, delimitou, com nitidez, as fronteiras desse território flutuante que se chama crônica.⁸¹

Nas décadas seguintes foram vários os estudiosos que se debruçaram sobre a crônica e suas especificidades, Afrânio Coutinho, Davi Arrigucci Junior, Marcelo Coelho e Antônio Candido, o que evidencia o espaço obtido pelo gênero junto à crítica e nas histórias literárias.⁸²

Enquanto a literatura incorporava outros tipos de formas de escrita, a historiografia também ampliava e mudava a perspectiva do sentido de documento. No mesmo sentido caminhavam os estudos historiográficos que, na década de 1970, propunham novas perspectivas para os estudos históricos e alteravam a concepção de documento. Tais mudanças trouxeram uma renovação epistemológica em áreas de interesse dos historiadores.

Assim, houve esforço entre os historiadores em legitimar a crônica como documento e não apenas com um simples relato do cotidiano. Ao analisar textos escritos por cronistas do Rio de Janeiro, Margarida Souza Neves procurou definir as crônicas como documentos carregados do testemunho contemporâneo e passíveis de interpretação:

Existem, no entanto, outras possibilidades de abordar a crônica do ponto de vista da História que não aquele de tratá-las como documentos no sentido positivista do termo. De uma forma muito particular as crônicas recolocam a seus leitores a relação entre a ficção e a História. (...) Documentos, portanto, porque se apresentam como um dos elementos que tecem a novidade desse tempo vivido. Documentos, nesse sentido, porque imagens da nova ordem. Documentos, finalmente, porque monumentos de um tempo social que conferirá ao tempo cronológico da passagem do século no Rio de Janeiro uma conotação de novidade, de transformação, que cada vez mais tenderá a se identificar com a noção de progresso. (...) é enquanto se apresentam como imagens

⁸¹ PORTELLA, Eduardo. *Dimensões I. Crítica Literária*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, v. 1, p. 111.

⁸² Alguns dos principais estudos: ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: _____. *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.51-66.; CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, A. et. al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.13-22.; COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, A. (Dir.). *A literatura no Brasil*. 3. ed.rev. e aum. Rio de Janeiro: J. Olympio; Niterói: Ed. UFF, 1986. v.6, p.117-143.; MOISÉS, Massaud. A crônica. In: _____. *A criação literária*. 10.ed. São Paulo: Cultrix, 1982. p.101-120.; PORTELLA, Eduardo. A cidade e a letra. In: _____. *Dimensões I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1958. p.111-117; SÁ, J. de. *A crônica*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1997.

de um tempo social e narrativas do cotidiano, ambos considerados como construções e não como dados, que as crônicas são aqui consideradas como “documentos”⁸³

Assim a crônica, como outros documentos, também não pode ser considerada como uma mera listagem de fatos, posto que é dotada de historicidade e, dessa forma, não deve ser encarada de forma isolada do contexto e do suporte ao qual pertence. Ainda nessa perspectiva, por meio de análises mais detidas, pode-se afirmar que, do comentário, aparentemente, sem intenção ou até mesmo descritivo, é possível extrair testemunhos para a escrita da História. Como demonstra Margarida Neves, neste sentido, a crônica possibilita elementos para a construção de um tempo vivido:

[No que se refere ao autor potiguar e as duas séries em pauta,] as crônicas revelam as múltiplas e diferentes facetas da pessoa do autor que “levam dentro” e algumas das questões presentes no tempo que também as entretece, a despeito das intenções do cronista, que insiste em declarar ser sua intenção apenas “registrar” o que “vê”, quase sempre sem perceber que seu registro é, como todo registro, uma leitura e, portanto, uma interpretação. De dentro de suas crônicas, o tempo vivido e narrado teima em insinuar-se em toda sua complexidade e com todas as suas múltiplas tensões nas entrelinhas das crônicas, e isso faz delas um objeto relevante para a história social da cultura brasileira ⁸⁴

Envolvida nas incertezas e indeterminações do momento em que são produzidos, os textos das crônicas podem ser, mais uma vez, legitimados como forma de “historiar” assuntos e temas que podem parecer simples. “(...) Não são muitas as fontes em que o historiador encontrará com tanta transparência as sensibilidades, os sentimentos, as paixões de momento e tudo aquilo que permite identificar o rosto humano da história.”⁸⁵

Embora com “tanta transparência”, como qualquer outro tipo de fonte, o historiador deve interpretá-la com cautela e atentar para algumas armadilhas que possam estar envolvidas nos conteúdos da crônica. Cabe ao historiador levar a cabo

⁸³ NEVES, Margarida Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. CANDIDO, Antonio *et alli*. *Op. cit.*, p. 148.

⁸⁴ NEVES, Margarida de Souza. Viajando o sertão: Luis da Câmara Cascudo e o solo da tradição. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (org) *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 240.

⁸⁵ NEVES, Margarida Souza. História da crônica. Crônica da História. IN: RESENDE, Beatriz. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001, p. 25.

análise mais detida do texto, a fim de não se limitar a reproduzir o conteúdo da crônica que analisa.

O cronista observa e seleciona certas temáticas entre os acontecimentos políticos e sociais e os registra em suas crônicas, que não são levantados sem alguma intenção, e o faz para permitir o diálogo e o debate com o público leitor:

Por mais banais que fossem para os contemporâneos, a especificidade dos temas coloca, ao leitor de hoje, a necessidade de uma cuidadosa operação exegética para decifrar e decodificar os seus termos. Só assim será possível relacionar definitivamente tais textos à realidade que é, a uma só vez, a sua matéria-prima e horizonte de intervenção.⁸⁶

A “operação exegética”, a qual Chalhoub aponta nesse trecho, constitui-se em levar em conta a dinâmica interna e externa da crônica, de modo que o historiador não corra o risco de uma interpretação positiva ou de se limitar a parafrasear o conteúdo ali contido. Seja no caso de crônicas em séries, ou nas singulares, a premissa é a mesma: “a crônica é gênero imerso na indeterminação de sua época, na incerteza da história vivida. Ela depende da interlocução imediata com outros textos, discursos, gestos.”⁸⁷. Trata-se de não tomar a crônica em separado do suporte ao qual ela pertence tampouco desconsiderar a dinâmica que a envolve.

Somente ao analisarmos e articularmos esses escritos num contexto mais amplo é que será possível aproximar o conteúdo da realidade tratada num dado momento. Assim, as crônicas:

(...) precisam ser analisadas por inteiro, em busca do temário do narrador, das continuidades e rupturas no seu modo de ver as cousas: cada peça ou crônica específica é unidade indivisível, ainda que tecida de fragmentos diversos, pois, via de regra o raciocínio do narrador apresenta um fio condutor possível de discernir, já que guarda regularidades de visada e meneios retóricos previsíveis.⁸⁸

⁸⁶ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (org) *Op. cit.*, p. 12.

⁸⁷ CHALHOUB, Sidney. A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa. In: *Revista Remate de Males*. n. 29 (2), p. 235, jul/dez, 2009.

⁸⁸ *Idem*, p. 236.

Em resumo, as crônicas devem ser vistas pelo historiador como um meio de ampliar aquilo que o cronista, no exato momento em que escreve e, por isso, estreitamente ligado ao imponderável do cotidiano, não consegue distinguir.

A partir dessas considerações, julga-se relevante a análise das características e das problemáticas em torno da crônica durante as décadas de 1930 e 1940, momento privilegiado pela presente pesquisa.

Faz-se importante observar que até mesmo na França, onde se deu a sua gênese, a *chronique* adaptou-se e transformou-se no interior do chamado rodapé dos jornais e ganhou características particulares. No Brasil, sem negar a importância que alguns escritores, de destaque, deram ao gênero da crônica, num período anterior, caso, por exemplo, de Machado de Assis, João do Rio e Humberto de Campos, entre os estudiosos do tema é comum afirmar que foi durante a década de 1930 que a crônica, já imbuída de características próprias, consolidou-se e firmou-se como gênero no Brasil.

Acrescentava-se ao seu estilo a articulação entre a narração dos acontecimentos do cotidiano da vida moderna, das cidades, do processo de urbanização e industrialização, ao mesmo tempo em que se buscava a experiência de outros tempos, remontando ao passado colonial ao estilo do narrador oral, o dito contador de “causos”. O gênero ganhava força e tomava corpo de acordo com as referências literárias do período, marcado pelo modernismo:

Provinciana e moderna a uma só vez, a crônica modernista revela uma tensão contínua entre tempos diversos e espaços heterogêneos, fundindo numa liga complexa componentes discrepantes, provenientes de formas distintas, mas mescladas.⁸⁹

As transformações e as alterações das características que compunham a crônica fizeram-se acompanhar pelo interesse de escritores de destaque no período ou que viriam a se destacar por seus romances, ensaios ou poesias, mas que não se furtaram a escrever crônicas na imprensa. É sabido que a década de 1930 foi marcada por um processo de grande mudança no que diz respeito à condição do escritor. Como bem destacou Miceli, foi no primeiro governo Vargas que o mercado editorial conheceu um crescimento importante e que as oportunidades de trabalho para os letrados aumentaram, em grande parte, pela própria presença do estado, agora marcante no âmbito da “cultura”, que passou a ser entendida como assunto “oficial”:

⁸⁹ ARRIGUCI, Davi Jr. Fragmentos sobre a crônica. In: *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. Sessão de Promoção Cultural, São Paulo, v. 46, nº 1/4, 1985. p. 51

(...) no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma inteligentzia e a intervenção em todos os setores de produção e difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.⁹⁰

A conjuntura pós-crise de 1929, que criou dificuldade para a importação de livros e, mais adiante, o início de Segunda Guerra Mundial, abriram oportunidades para que a literatura de ficção brasileira ganhasse espaço no mercado. Editoras e livrarias expandiram-se de forma que “a produção destinada ao mercado interno acaba suplantando a produção estrangeira diretamente importada na língua original.”⁹¹ A abertura de diferentes editoras, a fusão e a incorporação de outras, já antigas no mercado, possibilitou:

(...) uma extensão significativa dos circuitos de comercialização do livro no decorrer da década de 1930 e, em consequência, uma diminuição do número de obras financiadas pelos próprios autores ou por instituições dotadas de redes próprias de distribuição (o Estado, a Igreja, os grandes órgãos da imprensa.)⁹²

Essa nova condição afetava também o trabalho de romancistas e intelectuais, pois, naquele momento, a ascensão no meio letrado podia ser feita não somente por meio dos jornais e revistas, mas ainda do mais novo suporte em crescimento, o livro:

A carreira de romancista tinha se configurado em sua plenitude apenas na década de 1930, num momento em que o desenvolvimento do mercado do livro se alicerçava na literatura de ficção, então gênero de maior aceitação e de comercialização mais segura (...) Num período de intensa concorrência ideológica e intelectuais entre diversas organizações políticas (Integralismo, Igreja, forças de esquerda), o romance converteu-se em móvel importante da luta em torno da imposição de uma interpretação do mundo social a um público emergente.⁹³

Assim, foi possível aos escritores do período, embora tal condição não se estendesse, por completo, a todos os intelectuais, obter seu sustento por meio da escrita, fato até então inédito no meio letrado. Nessa perspectiva, cresceu o número de escritores que se dedicavam a publicar novos romances de ficção – e também a outros gêneros, como a crônica.

⁹⁰ MICELI, Sergio. *Op. cit.*, p. 197-198

⁹¹ *Ibidem*, p. 147.

⁹² *Ibidem*, p. 154.

⁹³ *Ibidem*, p. 159.

Exemplar é o caso da escritora Rachel de Queiroz que, após publicar livros de destaque como *O Quinze*, em 1933, dedicou-se, durante décadas, ao gênero crônica. Após 1939, data de seu último romance, Rachel colaborou em jornais escrevendo, sobretudo, crônicas. As publicadas entre 1943 e 1945 foram enfileiradas em *A donzela e a moura torta* (1948). Ao lado da condição de romancista, Rachel também ocupou lugar de destaque na imprensa:

No quadro de sua atividade regular na imprensa, foi na crônica que concentrou a maior parte de sua colaboração. Foi a crônica o espaço onde melhor registrou suas lembranças, opiniões, afetos e indignações. (...) Como afirmava Rachel, com frequência, a imprensa era sua “trincheira”.⁹⁴

Assim, muitos foram os escritores que se voltaram à crônica nesse período, caso de Oswald de Andrade, Alcântara Machado, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Eneida de Moraes, Manuel Bandeira, o que indica que a crônica também ocupou espaço relevante em meio às mudanças do período e, mais do que isso, seu estilo e suas temáticas articulavam-se, como é próprio de sua natureza, aos acontecimentos da época. A escrita da crônica, alinhada as tendências de outros gêneros, como o ensaio, moldava o gênero e lhe acrescentava novas características:

[a crônica] se tornava um campo de experimentação de uma linguagem mais desataviada, flexível e livre, adequando-se à necessidade de pesquisa da realidade brasileira que passara da Revolução de 1930, e atingia, por essa via simples, também a consciência do grande público nos jornais.⁹⁵

Esses traços, que foram ganhando vida pela crônica daquele decênio, de acordo com Arrigucci, transformaram-se numa “fórmula”, de início, “bem manipulada” pelos modernistas mineiros, mas que se difundiu para todo o país:

(...) dela se beneficiaram os que surgiram nos anos 40 e 50, como Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos. É como se (imaginemos) a linguagem seca e límpida de Manuel Bandeira, coloquial e corretíssima, se misturasse ao ritmo falado de Mario de Andrade, com uma pitada do arcaísmo programado pelos mineiros.⁹⁶

O estudioso destacou, ainda, a estrutura das crônicas:

⁹⁴ QUEIROZ, Rachel. *Coleção melhores crônicas: seleção e prefácio Heloísa Buarque de Holanda*. São Paulo: Global, 2004, p. 8.

⁹⁵ ARRIGUCI, Davi Jr. *Op cit.*, 1985. p. 51.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 55.

(...) Neles todos, e alguns outros, (...) há um traço comum: deixando de ser comentário mais ou menos argumentativo e expositivo para virar conversa aparentemente fiada, foi como se a crônica pusesse de lado qualquer seriedade nos problemas. (...) É curioso como elas mantêm o ar despreocupado, de quem está falando coisas sem maior consequência; e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social. (...) **Por serem leves e acessíveis talvez elas comuniquem mais do que um estudo intencional a visão humana na sua vida de todo dia.** ⁹⁷

Na mesma direção, Antônio Candido destacou a importância da década de 1930 para os caminhos que levaram à modelação da crônica, tal como a conhecemos nos dias de hoje:

Acho que foi no decênio de 1930 que a crônica moderna se definiu e consolidou no Brasil, como gênero bem nosso, cultivado por um número crescente de escritores e jornalistas, com os seus rotineiros e os seus mestres. Nos anos 30 se afirmaram Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, e apareceu aquele que de certo modo seria o cronista voltado de maneira exclusiva para este gênero: Rubem Braga. ⁹⁸

Conclui-se que esse período testemunhou o crescimento e o amadurecimento dos gêneros literários, principalmente a crônica. Muito embora permeado por um contexto marcado pela falta de liberdade, controle e censura da informação, cabe destacar a importância da produção literária nas décadas de 1930 e 1940.

Diante das considerações explanadas nestes dois itens, cabe então o mergulho sistemático das fontes, os periódicos e do nosso objeto, a crônica. Quais eram os principais assuntos e temas levantados por Braga durante a colaboração em *Acadêmica*, *Diretrizes* e *O Imparcial* nos anos de 1938 e 1939? Os comentários versavam no mesmo sentido nos três periódicos, ou o fato de colaborar num veículo alinhado à política de Vargas alterava o seu conteúdo? Quais as estratégias utilizadas por Braga para driblar a censura e fazer críticas em suas crônicas? Qual era sua posição política de fato e sua concepção de engajamento político e intelectual? Busca-se, portanto, responder a essas questões e problemáticas suscitadas nos capítulos a seguir.

⁹⁷ Ibidem, p. 55, grifo nosso.

⁹⁸ CANDIDO, Antonio et alli. *Op cit.*, p. 17

CAPITULO 2

Desafios à censura: da vontade de escrever “coisas censuráveis”

Se a liberdade é coisa tão preciosa e vasqueira e delicada que mesmo dentro de nós cada um deve conquistá-la, nada me parece mais monstruoso e me repugna com mais força do que suprimi-la com a censura. Para outros isso pode ser uma questão teórica, e há quem se deleite em comparar o valor da liberdade com o da justiça ou da ordem; para quem escreve, liberdade é ar de respiração, é água de beber, é tudo.⁹⁹

⁹⁹ FCRB. O telegrama. Periódico não identificado, 27 maio de 1951

Neste capítulo, estruturado em três itens, analisaram-se as crônicas publicadas por Rubem Braga na revista *Acadêmica*, na *Revista Diretrizes* e no jornal *O Imparcial*. Durante os anos de 1938 e 1939, o cronista colaborou simultaneamente nesses três periódicos, o que remete para uma quantidade significativa de textos. No jornal *O Imparcial*, colaborou diariamente durante nove meses, entre setembro de 1938 a julho de 1939, na coluna *Grypho 7*, e assinou, sob o pseudônimo de Chico, 163 crônicas. Na *Revista Diretrizes*, o cronista era responsável por seção mensal, intitulada *O homem da rua*, entre abril de 1938 e setembro do ano seguinte, tendo publicado 19 crônicas, além de mais dois textos alocados fora da seção, bem como trechos de seu livro *A questão do ferro*. Entre os três veículos, a *Revista Acadêmica* foi a publicação na qual menos colaborou, totalizando cinco crônicas, além de também ter publicado trechos do livro mencionado. No entanto, a sua participação na revista deu-se, sobretudo, por meio da participação nos inquéritos literários que o impresso promovia.

Tratou-se de analisar esse grande conjunto de crônicas, sem agrupá-las em estruturas rígidas, pois a própria característica da crônica dificulta o destaque de apenas uma temática. Diante da análise inicial das crônicas, notou-se que, ainda que colaborasse em veículos com linhas editoriais distintas, esse fato não alterava substancialmente o conteúdo dos escritos por Braga: seus textos insistiam nos mesmos temas e inquietações e explicitavam uma linha de pensamento coerente com seus ideais.

Para uma visão mais clara das temáticas e problemáticas levantadas, optou-se por confeccionar tabelas com os principais temas ao longo dos dois anos em cada um dos periódicos, além de tabelas que mostram o cruzamento dos temas entre os impressos. Além disso, foi necessária a confecção de uma tabela com o número de crônicas publicadas por mês e dos dias em que Braga deixou de publicar. A partir dessas classificações foi possível chegar a três grandes temáticas, analisadas a seguir, além da temática que mais foi levantada pelo cronista, o papel dos intelectuais, que será analisado no próximo capítulo.¹⁰⁰

Tendo isso em vista, optou-se por analisar as crônicas cronologicamente, já que muitos dos fatos abordados repetiam-se por dias seguidos, independentemente do veículo. Essencialmente, as três grandes temáticas foram o integralismo, a denúncia das condições de vida na capital do país, ao lado da situação econômica, e a denúncia da

¹⁰⁰ Ver anexos.

ameaça dos regimes autoritários frente à iminência de um conflito global, ou seja, temáticas intimamente ligadas ao tempo vivido e que serão analisadas a seguir.

2.1 A “Tenda-árabe”: Rubem Braga e os periódicos nos anos 1930

“Rubem é, a cada dia, um jornalista em busca das ruas: “Quando um automóvel vai de encontro a um poste, ou um camelô vende um sabonete, eu sou aquele que vai passando e pára num momento, e não tem nada com nada e vai embora.” *É o homem em que ninguém repara e repara em tudo.*”¹⁰¹, as palavras de Marco Antonio de Carvalho cabem sob medida para o cronista.

A descrição também ilustra perfeitamente o tom das crônicas escritas por Rubem durante o período do Estado Novo. Por meio de uma conversa que, de saída, soava quase sem importância, o cronista conseguia avançar na crítica política ou social. De acordo com Arrigucci, o que torna a crônica de Braga intrigante é o fato de ele ser “um autor de acesso fácil e imediato, para quem lê, mas extraordinariamente difícil para quem quer falar criticamente do que leu”¹⁰² – nesse caso, tanto ter em conta a sua prosa, quanto do que permanece não dito.

Na década de 1950, Rubem relembrou sua trajetória como jornalista e escritor durante o Estado Novo e as dificuldades de trabalhar num jornal, fato que o levou a escolher caminhos alternativos, tais como escrever anúncios publicitários, além de referir-se aos problemas enfrentados para expressar-se no contexto de censura que se abatia sobre a imprensa. Em *Uma água-marinha para Bárbara* ele confessou:

Já trabalhei com jóias. Não quero contar vantagem; minhas jóias não eram das mais preciosas, nem eu extraí do olho de um ídolo hindu a esmeralda sagrada, nem mesmo fui assassinado no Araguaia por causa de um diamante azul. Minha aventura foi bem mais modesta e, para começar, só lidei com pedras semipreciosas. **Acontece que eu estava mal de dinheiro, como tem sucedido em outras fases de minha vida — e na vida de outras pessoas também. Escrever em jornal, coisa que sempre fiz mais ou menos, estava difícil, pois o Brasil vivia sob uma de suas ditaduras (a de Vargas) e eu estava colocado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) sob censura prévia; é uma colocação desagradável, inclusive porque dá raiva, e a gente só tem vontade de escrever coisas censuráveis.** Acabei parando de escrever, ou só fazendo uns tópicos anônimos para um jornal qualquer; além disto, redigia anúncios para a agência de um amigo meu — a Inter-Americana, do Armando D’Almeida, para ser exato. Redigia mal; jamais consegui ser um publicitário razoável, embora tenha perdido muitas noites tentando criar algo diferente e

¹⁰¹ CARVALHO, Marco Antonio. *Op. cit.*, p. 194, Grifo nosso.

¹⁰² ARRIGUCCI, David. Onde andarás o velho Braga?. In: *Achados e Perdidos*. São Paulo: Polis, 1979.

original sobre as virtudes da lâmina Gillette Azul e as volúpias do sofá-cama Drago. (...) ¹⁰³

Essa vontade de escrever coisas censuráveis é perceptível no vasto material aqui analisado, a exemplo do jornal *O Imparcial*. O periódico tinha algumas colunas fixas, caso de *Ontem, Hoje, No interior, No exterior, Nota internacional, Aqui, Ali, Acolá, Informações Jurídicas, Comerciais e Bancárias*, ao que se deve acrescentar *O Imparcial Esportivo*, que trazia matérias sobre futebol, e as colunas *Sociedade e Teatro, Cinema, Música e outras diversões*.



Figura 09. *O Imparcial*, n. 1064, 7 de março de 1938.

¹⁰³ BRAGA, Rubem. Uma água-marinha para Bárbara. *Recado de primavera*. Rio de Janeiro: Record, 1986, grifo nosso.



Figura 10: Editorial e seção *O Grypho 7*, *O Imparcial*, n.1008, 7 set 1938, p. 5

O número de páginas variava entre quatorze e dezesseis, durante a semana, e aos domingos era vendido pelo preço de duzentos réis. O jornal contava com publicidades diversas, ainda que não muito numerosas, com destaque para produtos medicinais, farmácias, livrarias, peças de teatro e filmes em cartaz nos cinemas.

Embora o dono fosse Maciel Filho, o expediente de 1938 e 1939 anunciava como diretor Victório E. Pareto e como gerente Orlando S. Maciel. *O Imparcial* tinha sucursal em São Paulo, onde também era distribuído. Vale ressaltar que Maciel Filho ocupou cargos no âmbito do Estado Novo, tendo sido membro do Conselho Nacional das Águas e Energia Elétrica (CNAEE), em 1939, além de integrar o Conselho Nacional do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) entre os anos de 1940 a 1945.

Por meio da análise dos editoriais, escritos por Maciel Filho e que dividiam espaço com a crônica de Braga, nota-se que o editor estava alinhado à nova política proposta por Vargas e que exaltou, em muitas oportunidades, as atitudes em direção à

construção de um novo país. O clima de renovação foi exaltado, mais uma vez, em editorial que anunciava o primeiro ano de aniversário do golpe:

(...) Talvez agora estejamos construindo a nossa Independência. Porque encontramos nossas raízes históricas e a elas ligamos nossas vidas. Porque começamos a refletir o Brasil, refletindo-nos em nós mesmos. Porque surge finalmente o espírito brasileiro, lançando os alicerces da doutrina brasileira que criará a forma jurídica e social da vida coletiva do Brasil. E assim começamos a ser Nação.

Percebe-se a confiança do jornalista no novo regime ao exaltar e defender as mudanças a serem alcançadas com a estratégia política diferenciada que era posta em prática. O editorial seguiu mostrando o engajamento do jornalista com relação às propostas de “reconstrução” do país:

(...) E o presidente Getúlio Vargas, que sente melhor do que ninguém o povo brasileiro, sabe esquecer o mal para só cuidar do bem. Não estamos em época de realizações teatrais e sim numa fase de reconstrução das nossas energias e de reflexão das nossas tradições. Tudo o que existia no Brasil assentava sobre alicerces podres. A obra da construção dos alicerces é difícil e lenta. Não aparece para os que preferem os edifícios de madeira ou de papelão. Mas é a única tarefa indispensável para uma formação definitiva. Dentro de pouco esse trabalho estará concluído. Então veremos surgir as linhas estruturais do grande monumento que será a prosperidade do Brasil e a sua grandeza. (...) Dentro de poucos, o entusiasmo popular consolará o Chefe da Nação pelo sacrifício feito em prol de sua Pátria.¹⁰⁴

A contribuição de Rubem n’*O Imparcial* se deu logo após a instauração do Estado Novo. Na sua carteira profissional, datada do ano de 1939, entre os vários empregos, consta registro em *O Imparcial*, efetuado em 8 de julho de 1938, apesar de sua primeira colaboração efetiva ser de 1º de setembro, no número 1003.¹⁰⁵

A autoria do pseudônimo pode ser confirmada na notícia publicada na *Revista Acadêmica* do ano seguinte, que explicou os motivos da saída repentina de Rubem da publicação. Por seu intermédio sabe-se que o cronista colaborava simultaneamente em ambos os impressos:

Por muito tempo, Rubem Braga manteve uma crônica diária no matutino “O Imparcial”, que assinava com o pseudônimo “Chico”. Assim, por volta das quatro, ele chegava aqui na redação desta Revista e deixava-se ficar em conversa até que , pelas cinco horas, sentava-se na máquina, aproveitando muitas

¹⁰⁴ MACIEL FILHO, José Soares. Independência, *O Imparcial*, 7 set 1938, n. 1008, p. 5.

¹⁰⁵ Dados encontrados no arquivo de Rubem Braga na Casa de Rui Barbosa. Documentos pessoais e biografia. Folha intitulada “Dados Biográficos”. A descrição do conteúdo de sua carteira profissional também afirma que o escritor recebia 500\$000 pelo cargo de redator.

vezes assuntos tratados ali mesmo, e fazia o seu “Grypho 7”. Quando Rubem não vinha, não saía sua crônica no dia seguinte. Isto aqui era sua “tenda árabe” (...) Com a partida do cronista para o sul esta [a crônica] irrevogavelmente inacabada e assim a publicamos (...) ¹⁰⁶

A expressão “tenda árabe”, usada para caracterizar a presença de Rubem na *Acadêmica*, é apropriada para sua participação no mensário. A colaboração do cronista foi efetivamente menor nessa revista, no entanto, não é menos significativa se levarmos em consideração o grupo reunido em torno dela mesma, ou seja, o mesmo grupo de intelectuais que atuavam nas principais revistas culturais e literárias do tempo, caso do jornal literário *Dom Casmurro* e da já mencionada *Revista Diretrizes*. Os que gravitavam em torno dessas publicações frequentavam os mesmos espaços de sociabilidade, tais como a livraria José Olympio e o bar Amarelinho, no centro da capital. ¹⁰⁷

A revista *Acadêmica* carece de estudos mais aprofundados, mas as poucas informações reunidas dão conta de um projeto encabeçado por Murilo Miranda e Mário de Andrade, alinhado à esquerda política, como bem expressa a defesa da República Espanhola. ¹⁰⁸

Por se caracterizar como um projeto político e ideológico, a revista era, provavelmente, financiada pelos seus fundadores:

(...) é difícil precisar a origem dos recursos que mantinham as publicações fundadas depois de 1930, mas há indícios (...) de que as revistas de vanguarda, custeadas pelos próprios fundadores e colaboradores e lida por um seletivo grupo de iniciados, não encontraram espaço na Era Vargas. Talvez a *Acadêmica*, de saída uma aventura estudantil, mas que acabou por desfrutar de prestígio nos meios letrados e assumir posições políticas firmes, tenha sido a que mais se assemelhou aos padrões anteriores. (...) Desfrutou de certo prestígio, mas sobreviveu à custa de tornar-se um espaço celebrativo, com seus erráticos números especiais, que homenageavam figuras de proa do mundo literário e artístico, tônica de seus anos finais.” ¹⁰⁹

No caso da *Revista Diretrizes*, com trajetória distinta, o capital provinha da subvenção da Light, obtidas pelo fundador Azevedo Amaral, e que cessou com sua saída da publicação em outubro de 1938. Samuel Wainer, que ficou com a propriedade e a direção do periódico, obteve auxílio do empresário Mauricio Goulart, que colocou

¹⁰⁶ BRAGA, Rubem. Crônica Inacabada. *Revista Acadêmica*, s/p, n. 45, ago, 1939.

¹⁰⁷ Rubem Braga escreveu uma crônica inteira dedicada aos frequentadores do Amarelinho, bar que fica na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro. Ver: Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1068, 17 nov 1938, p. 5

¹⁰⁸ LUCA, Tania Regina. *Op. cit.*, p. 117-141

¹⁰⁹ Idem, p. 140

recursos no semanário e trouxe novos patrocinadores. De publicação aliada ao regime, sob a batuta de Amaral, a revista alterou a linha editorial e ampliou o rol de colaboradores de modo a alinhá-lo com posição à esquerda do espectro político.

Na sua carteira profissional não há registros da passagem por *Diretrizes* ou *Acadêmica*, apenas no jornal *Imparcial*. A próxima inscrição foi feita em julho de 1939, no jornal de Porto Alegre, *O Correio do Povo*, o que dificulta saber a data exata de entrada e saída das publicações anteriores e tampouco permite saber o valor recebido pelo seu trabalho. É provável que o cronista não recebesse ou fosse pago com quantias simbólicas, o que pode ser entendido como uma espécie de militância e não um trabalho.

Tendo em vista tais elementos, buscou-se analisar detidamente o rol de crônicas presentes nos três veículos e mapear quais eram as principais inquietações do cronista diante do novo regime estadonovista, de que maneira tais preocupações se expressavam e qual a postura política de Rubem diante dos acontecimentos. Enfim, pode-se perguntar se os conteúdos estavam em sintonia com a linha editorial dos periódicos nos quais colaborou.

2.2. O integralismo

A abordagem do integralismo nas crônicas de Rubem não é fruto do mero acaso. Contemporâneo do surgimento e da queda do movimento, o cronista criticou os integralistas e posicionou-se contra Plínio Salgado e os adeptos do sigma. Em carta escrita a Lygia Fagundes Telles, na década de 1950, Braga pareceu enumerar todos os motivos pelos quais repudiava a ideologia integralista:

(...) Sou um homem horrivelmente afetivo e, ao contrário do que muitos pensam, odeio ferir as pessoas. Mas não tenho apenas emoções pessoais. Tenho atrás de mim 15 anos ou mais de lutas políticas. Se nunca fui bom político, nem cheguei a militar realmente em nenhum partido político (hoje estou no Socialista, mas só episodicamente faço alguma coisa lá) também nunca larguei de todo meu modesto trabuco de franco-atirador.

Mais meia dúzia de cadeias e vários perigos de morte atestam isso. Quanto ao integralismo, fui dos primeiros a lutar contra ele: em 33 ou começo de 34 eu já merecia uma nota especial da Chefia Nacional e uma tentativa de sequestro. No Rio, em Recife, no Cachoeiro, em São Paulo, um pouco por toda parte, eu os combati. Se alguma vez fiz um gesto a favor deles foi pra pedir anistia, em um momento de desgraça. Conheci-os bem, porque os ouvi me insultando, atirando contra mim, me cercando numa estação, matando um velho amigo, denunciando-me à polícia quando eu estava escondido, fazendo pressão sobre um

editor de jornal para me despedir – e até mesmo porque estive preso na mesma cela com vários deles.¹¹⁰

A Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932, contou com milhares de adeptos no país, como de 500 a 800 mil aderentes em 1935, numa população de 41 milhões de pessoas, o que a diferenciava, em termos de alcance, dos partidos da Primeira República, com seu caráter regional.¹¹¹ O movimento era, sobretudo, antiliberal e anticomunista e visava transformar o Estado por meio do corporativismo e da ideia de um partido único, representado pela AIB, que se tornou partido, em 1936, a fim de concorrer às eleições de 1938. As transformações propostas pelo movimento deveriam dar lugar a uma cultura genuinamente brasileira, daí terem se posicionado contra o liberalismo, o capitalismo, o socialismo e o judaísmo.

No rol de crônicas publicadas, entre 1938 e 1939, Braga não se furtou a usar de ironia para se referir aos ideais dos camisas verdes. O mote das críticas foram as tentativas de *putsch*, ocorridas em 11 de março e 11 de maio de 1938. Sua crônica de estreia em *Diretrizes* foi quase toda dedicada ao fato:

O homem da rua está melancólico. A cidade perdeu um de seus encantos. Antigamente havia, pelas calçadas, uma vivacidade estranha. Homens vestindo camisas verdes faziam gestos gritavam, colorindo e animando a paisagem. Eram assim uma espécie de jogadores de futebol. Mas não jogavam futebol. Jogavam política. Jogavam mal. Falavam muito. Eram barulhentos e amavam, acima de tudo, o ‘teréré’. Queriam o monopólio do patriotismo. Também monopolizavam a honra. Nas horas vagas monopolizavam, também, Deus. E, quando não tinham nada que fazer, monopolizavam a família. Mas depois começaram a ficar cacetes. Queriam matar todo mundo. Ninguém queria morrer. O Dr. Getúlio Vargas ficou muito aborrecido. Mas assim mesmo foi deixando. Veio o Carnaval. Na terça-feira, dia dos préstitos, os homens quiseram fazer uma brincadeira. Não era direito. Os Democráticos, os Fenianos e os tenentes do Diabo existem há muitos anos. O concorrente de última hora não arranjou nada. É natural. A gente gosta do carnaval assim, uma vez por ano. Mas botar um clube no governo não dava certo. Depois que acabou o carnaval o governo achou que não havia razão para continuar o clube. E apareceu uma carta. Está sendo distribuída por aí. É enorme. O maior necrológio do mundo. O diretor do Clube conta, ali, direitinho, uma porção de coisas. Narra as suas fraquezas. Chora. Confessa que não manda mais nada no clube. Lava as mãos. E, em resumo, diz mais ou menos o seguinte:

¹¹⁰ A carta foi escrita após ter publicado uma crônica na qual criticava a iniciativa do ex-integralista Roland Corbisier de fundar a revista *Colégio*. Lígia era casada com Godofredo Telles líder integralista e colega de Roland. *Apud*: CARVALHO, Marco Antonio. *Op. cit.* p. 337.

¹¹¹ MAIOR, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938) In: (org) DELGADO, Lucília de Almeida Neves. ; FERREIRA, Jorge *Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, p. 42

“Nunca pensei que tu fosses assim
 Me vê sofrer e ainda sorri de mim...”
 No meio da carta o homem diz que milhares de rapazes deixaram de beber, de jogar, de fazer aventuras alegres só porque eram do Clube. Agora, naturalmente, que o Clube acabou, esse pessoal todo vai cair na farrá outra vez. Ao menos para esquecer... Aracy de Almeida é quem tinha razão:
 “Ai, ai meu Deus
 Tenha pena de mim...”
 Um jornal – “A Tarde” – deu a notícia de que o diretor do Clube fugiu travestido, com uma saia e uma blusa. Calúnia! O diretor fugiu com paletó e calça, disfarçado de homem...O homem da rua agora pode passar calmamente pela rua Sachet...¹¹²

O texto não cita o nome do movimento, no entanto, para o leitor contemporâneo, o assunto era evidente. A crônica comparava a AIB a um clube carnavalesco, tais como os *Democráticos*, os *Fenianos* e os *tenentes do Diabo*.¹¹³ Atacavam-se os símbolos do movimento, ou seja, as camisas verdes, os gestos, a questão do monopólio, característico ao movimento. Sempre com ironia, Braga finalizava com trechos de música de Aracy de Almeida, então cantora muito popular.

Em maio, os integralistas tentaram novamente derrubar o governo de Vargas e organizaram um novo golpe e, dessa vez, o esquema envolvia ataques ao Palácio do Guanabara, às residências do general Góes Monteiro e Francisco Campos, a estação de rádio e o Ministério da Marinha. O levante, liderado por Belmiro Valverde, Olbiano de Melo e Gustavo Barros, também teve apoio de opositores a Vargas, como Euclides Figueiredo, Otávio Mangabeira e José Antonio Flores da Cunha. O movimento foi mais uma vez reprimido e Braga tratou do assunto rapidamente e, da mesma forma que na crônica anterior, sem nomear o integralismo. Dessa vez, a analogia deu-se com o contexto externo:

Na Romênia¹¹⁴ também havia uma espécie de salvadores da Pátria tipo “Deus, Pátria e Família”. Eram os “Guardas de Ferro” queriam o estado corporativista. O rei fez. Mas os guardas queriam esse negócio de corporativismo para eles. Isso o rei não quis. Então os “Guardas de

¹¹² O homem da rua, *Diretrizes*, n.1, abril 1938, p. 11.

¹¹³ Nascidas ao fim do século XIX, as três principais entidades carnavalescas que se destacam no carnaval carioca entre 1870 até o início do século XX. Ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 106.

¹¹⁴ A Guarda de Ferro foi um movimento fascista, ultranacionalista e anti-semita que existiu na Romênia, entre 1927 e o final da Segunda Guerra Mundial. O movimento foi fundado e liderado por Corneliu Zelea Codreanu até a sua morte, em 1938. O rei Carlos II, da Romênia, dissolveu o movimento e instituiu uma curta ditadura. A Guarda de Ferro teve grande penetração entre as camadas populares romenas, seus membros usavam uniformes verdes (considerados símbolo de rejuvenescimento) e, por isso, receberam o apelido de camisas verdes. O seu símbolo principal era uma cruz tripla, representando barras de prisão (como símbolo do martírio), às vezes chamada cruz do arcanjo Miguel.

Ferro” começaram a conspirar. O rei mandou prender. Todos os mais graúdos ficaram presos na “Casa Verde”, a sede do partido. É isso.¹¹⁵

Na *Revista Acadêmica*, no mesmo mês, foi publicado um curto texto sobre o *putsch*, ao lado de uma das crônicas de Braga. Sem assinatura, a nota intitulada *Na undécima hora* fez menção à visita de dois integralistas ao Palácio do Guanabara, que teriam ido cumprimentar Getúlio pela repressão ao movimento. É provável que o texto seja de Braga, pois, além de dividir a página com sua crônica, o escrito era dotado de estilo muito semelhante à crônica publicada no mês seguinte em *Diretrizes*, relativo ao mesmo assunto:

Os maiores integralistas Raul Leite industrial muito conhecido pelo seu modo de negociar segundo a fórmula “remédios para vender e não para curar” e o Sr. Mansueto Bernardi (o nome trai) compareceram ao palácio, afim de cumprimentar o senhor Getúlio Vargas por motivo de ter sido reprimida a intetona da véspera. Iam aderir calmamente na undécima hora. Mas a policia interveio. Polícia para impedir adesões.
116

Em *Diretrizes*, o cronista também ironizou o fato de os integralistas aderirem ao regime estadonovista:

Dois dias depois do golpe integralista foi preciso botar policia no Palácio Guanabara. Não era policia para impedir os integralistas de tomar o palácio. Policia para impedir os chefes integralistas de aderir. Dois deles, encontrados na sala de espera, prontinhos, para aderir, foram convidados a dar o fora e depois detidos. Esses deviam ser processados severamente. Afinal, também foram presos de arma na mão, como os outros. Os outros tinham metralhadores de “gângsteres” e bombas. Estes tinham os bolsos cheio de vaselina...(…) Na rua Sachet, numero 28, ha um casarão fechado. Pregado na porta, um papel selado. É um anuncio: aluga-se esse prédio... Quem quiser ver, vá lá. E quem quiser alugar, cuidado. O casarão é mal assombrado. De madrugada erram por ali, fantasmas verdes, magros, de punhal na mão, falando bobagens terríveis, e dizendo e vez em quando, com voz soturna:

- A-na-uuu-êêêê...¹¹⁷

Os símbolos e as imagens integralistas, essenciais para a identidade do movimento, eram alvos constantes do escritor:

Para o integralismo (...) tão importante quanto a ideologia defendida era o apelo à permanente mobilização por meio de desfiles minuciosamente coreografados, comícios disciplinados, símbolos, palavras de ordem, bandeiras, canções, discursos dramatizados,

¹¹⁵ O homem da rua, *Diretrizes*, n. 2, maio 1938, p. 9.

¹¹⁶ Na undécima hora, *Revista Acadêmica*, maio, 1938, p. s/n

¹¹⁷ O homem da rua, *Diretrizes*, n. 3, jun. 1938, p. 8. A Rua Sachet, hoje uma travessa da rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, costumava abrigar a sede da *Ação Integralista Brasileira*.

estandartes, uniformes, insígnias e rituais, que configuravam uma mística, um apelo messiânico que incitava à ação violenta.¹¹⁸

Nas crônicas publicadas no *Imparcial*, alguns meses depois do *putsch*, Braga ainda tratava do integralismo, dessa vez, aplaudindo a dissolução do partido e atacando diretamente Plínio Salgado. É sabido que, nos meses que antecederam o Estado Novo, o líder esteve ao lado do presidente Vargas, ao mesmo tempo em que tentava assegurar um lugar no regime.¹¹⁹ Para Carone, boa parte dos políticos envolvidos com o governo simpatizava com os ideais de extrema direita do AIB, entre eles, Filinto Muller, Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, fato que amenizou as perseguições aos principais líderes integralistas: “na verdade, grande numero de oficiais da Marinha, de oficiais das Polícias Militares dos Estados e de integralistas estava envolvido na trama, porém, as autoridades direitistas do governo nada fazem para atingir o âmago do problema”.¹²⁰

Após o fracasso do assalto ao poder, Plínio Salgado fugiu para São Paulo e, somente em janeiro de 1939, foi preso junto com outros líderes, como Miguel Arraes. Tal fato, aliado à dissolução do partido, agradou à oposição, entre eles comunistas e liberais, pois a atitude de Getúlio desestabilizou o movimento¹²¹, fato que se nota nas crônicas publicadas no *Imparcial*, que também comemoraram a dissolução do partido e criticavam a fuga de Plínio.

Esse conjunto também permite divisar a preocupação de Rubem com a aproximação entre integralismo e regimes nazifascistas europeus. Para Hobsbawm, a influência fascista europeia foi reconhecida tanto em vários políticos, quanto em governos, contando com simpatizantes em outros continentes:

(...) visto do outro lado do Atlântico, o fascismo sem dúvida parecia a história de sucesso da década. Se havia um modelo no mundo a ser imitado por regiões culturalmente hegemônicas, esses líderes potenciais de países sempre à espreita da receita para tornar-se modernos, ricos, e grandes, esse modelo certamente poderia ser encontrado em Berlim e Roma, uma vez que Londres e Paris não mais ofereciam muita inspiração política, e Washington estava fora de ação.¹²²

¹¹⁸ MAIOR, Marcos Chor.; CYTRYNOWICZ, Roney. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938) In: (org) DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. ; FERREIRA, Jorge *Op. cit.* p. 50.

¹¹⁹ *Ibidem* p. 48.

¹²⁰ CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976. p 21

¹²¹ *Ibidem*, p. 271.

¹²² HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 137.

A ideia do movimento integralista como um fascismo à brasileira ainda é uma problemática frequente na historiografia.¹²³ Na sua análise clássica, Helgio Trindade apontou o crescimento na presença de obras fascistas no período, fato que merece atenção:

Esse fato [a presença dos ideais de extrema direita] se constata pela presença nas livrarias de uma abundante literatura sobre o fascismo italiano e o novo Estado português. A publicação, neste período, de uma série de livros analisando a situação política brasileira numa perspectiva antiliberal, bem como o aparecimento de várias revistas e movimentos ideológicos de orientação política fascista, monarquista corporativista, comprovam a receptividade das idéias autoritárias na década de 1930.¹²⁴

No entanto, para Rubem e seus contemporâneos, a tendência fascista do integralismo aparecia como evidente e o cronista não se cansava de denunciar o perigo dessa presença entre nós, uma vez que os valores defendidos pelos regimes totalitários e os preceitos a respeito da raça pura não caberiam num país como o Brasil, razão pela qual os combatia, sem trégua, nas crônicas.

Em 23 de setembro de 1938, sua crônica inicia-se com comentário sobre artigo de Almir de Andrade¹²⁵ a respeito de Hitler. Para Braga, o fato de o intelectual mencionar o chanceler alemão não era surpresa, pois ele merecia a atenção de intelectuais e artistas em geral:

¹²³ Em artigo de Maior e Cytrynowicz tem-se um levantamento dos principais estudos que se debruçaram sobre o movimento integralista. Para os estudiosos, as análises sobre o integralismo se dividem em quatro vertentes. Aqueles que procuram mostrar a singularidade do movimento com relação ao fascismo europeu, como, TRINDADE, Helgio. *Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974; Os que recusam a ideia de associação entre fascismo e integralismo, como CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo hipertardio*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978 e RAGO, Antonio Filho. *A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. São Paulo: PUC, 1989; Aqueles que analisam o integralismo como expressão singular do fascismo dentro de um contexto de dependência capitalista, e a última vertente que analisa o movimento por meio das ideias de Plínio Salgado e sua forte relação com o totalitarismo. Ver: MAIOR, Marcos Chor.; CYTRYNOWICZ, Roney. *A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938)* In: (org) DELGADO, Lucília de Almeida Neves. ; FERREIRA, Jorge *Op. cit.* p. 45-46.

¹²⁴ TRINDADE, Helgio. *Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 111.

¹²⁵ Almir de Andrade foi uma importante figura do Estado Novo, responsável pela direção da revista *Cultura Política* (RJ, 1941-1945), principal porta-voz do regime. O projeto ideológico de Andrade atribuía papel de importância à cultura, ao buscar no passado das tradições culturais a legitimação para o novo regime. No periódico, cada seção apresentava um texto que mostrava o progresso das artes, da ciência e da literatura atribuindo as novas condições ao governo recém-instaurado. Dessa forma, o veículo aproximou importantes intelectuais daquela conjuntura, e permitiu que estes ocupassem posição de destaque no projeto político do regime. Para mais informações ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi.; VELLOSO, Mônica Pimenta. ; GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 e, GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Uma característica do fascismo é essa capacidade que ele tem em transformar políticos militantes os homens mais estranhos ou avessos a política. No Brasil, nos Estados Unidos, em todo o mundo, homens que vivem encerrados em seus gabinetes de estudo ou laboratórios de análises deixam por um momento os livros e as provetas, interrompem as suas pesquisas e as suas leituras para dizer duras palavras de reprovação ao fascismo. Sábios, estudiosos, artistas e intelectuais, todas as expressões mais puras e valiosas da cultura mundial acusam o fascismo.

Não é que esses homens sintam grande interesse pela política. É que o fascismo os obriga a reagir. **Escravizando homens, ele quer também escravizar a cultura, as ciências e a arte. É natural, portanto, que os homens que dão valor a essas coisas, que vivem para essas coisas, se irrite e se coloquem contra o fascismo.**

A crônica prossegue comentando sobre a incoerência de certos militantes integralistas mulatos, diante da noção de raça pura, uma estocada direta nos seguidores do sigma. Entretanto, tendo-se em vista o contexto e a conjuntura do recém-inaugurado Estado Novo, o texto também pode ser interpretado como uma crítica às incertezas do seu tempo, quando os caminhos que seriam seguidos pelo regime ainda eram marcados de incertezas:

No país como o Brasil, o nazismo só pode ser impopular. Aqui não há lugar para sudetos. Há, apenas, os sudetos morais, como os integralistas e outros rapazes, histéricos que vivem sonhando pecaminosamente com um “homem forte”. Esses masoquistas morais sentem espasmos quando os jornais contam uma nova façanha do belo Adolfo. Enfeitam o seu retratinho de flores e quase desmaiam de amor. Não sabem que este mundo é enganoso e que o amor é triste. A vida anda para frente: é este, um defeito de nascença. E a História tem o excelente hábito de sossegar os leões.¹²⁶

Rubem voltava ao mesmo tema sempre que tinha oportunidade, como quando comentou o artigo do chileno Ernesto Giudici, que alertava sobre os perigos do nazismo no seu no país: o cronista escreveu no mesmo mês sobre o *putsch* chileno. Braga aponta, mais uma vez, para a aproximação dos ideais integralistas com o nazi-fascismo:

A gente vê como andou certo o nosso governo dissolvendo o partido nazista que fazia seus desfiles em S. Paulo e os integralistas, que usavam camisa parda por baixo da camisa verde. Lá e cá, o mesmo. O último *putsch* chileno serve para nos instruir e nos por em guarda contra o “intercâmbio cultural” com os nazistas, contra os quistos nazistas do Sul, contra a penetração do imperialismo na vista e contra a inconsciência dos brasileiros que se desmancham em hinos à Alemanha. Somos gente que não vale nada. Tenhamos um pouco de cuidado com esses arianos puríssimos, raça de super-homens que pretendem civilizar este nobre país.¹²⁷

¹²⁶ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1022, 23 set 1938, p. 5.

¹²⁷ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1010, 9 set 1938, p. 5.

O antissemitismo também foi outro tema criticado por Braga em *O Imparcial*. Como se sabe, a Ação Integralista Brasileira propunha a instauração de um Estado genuinamente brasileiro, que tomaria para si a organização da política e da cultura, a partir da noção de cooperação entre as classes e as raças. No entanto, o projeto não era consensual, como bem ilustra o exemplo de Gustavo Barroso, que excluía os judeus, aos quais atribuía a responsabilidade pela submissão do país ao capital internacional. Em dezembro de 1938, Braga referiu-se à prisão de um indivíduo que fingira ser padre para arrecadar dinheiro dos católicos em benefício dos exilados pelo regime nazista. Segundo o cronista, a lista dos doadores lesados continha, majoritariamente, nomes estrangeiros, com destaque para os judeus:

Foi preso um homem que se vestia de padre para ganhar a vida. Chama-se Newton Lyrio dos Santos e arrecadou dinheiro para os católicos perseguidos e exilados pelo nazismo. Diz o jornal que o falso padre é bacharel, bacharel de verdade pela Faculdade de Niterói, o que não deixa de ser interessante. Pelo menos é preciso notar que até hoje nenhum padre se vestiu de bacharel para arranjar dinheiro – o que indica as pequenas possibilidades financeiras da classe dos homens de lei. Mais admirável ainda na história é a lista, que vejo no jornal, de algumas das pessoas que foram lesadas pelo homem: Hebert Bresler, em 3.500\$, Eric Dankerk, em 2.000\$, Augusto Loshenstein, em 2.000\$, A. Meyer em 700\$. Como se vê, são quase todos nomes estrangeiros – e desses cinco nomes citados – os três últimos – se poder dizer com segurança que pertencem a judeus. Assim o falso padre, querendo arranjar dinheiro para os católicos perseguidos, se dirigia aos judeus. Os outros nomes, caso não sejam de judeus alemães são, nitidamente de alemães. De onde se vê que os homens perseguidos pelo nazismo podem encontrar apoio entre os alemães.

E, continuava seus comentários, sem perder a chance de, mais uma vez, atacar os integralistas:

O integralismo, com seu espírito de imitação, conseguiu meter na cabeça de alguns ingênuos brasileiros o anti-semitismo, pintando o judeu como monstro sem entranhas, voraz usurário. Esse “conto do vigário” vem mostrar que estes “monstros”, embora completamente estranhos a uma religião – em nome da qual, aliás, já foram há tempos queimados vivos – levam seu instinto de solidariedade a ponto de auxiliar os homens dessa religião vitimados pela fúria reacionária de um governo pagão.

No final do texto, Rubem investiu contra o maior expoente do catolicismo e muito próximo de Gustavo Capanema, o poderoso Ministro da educação e Saúde, Tristão de Athayde, nos seguintes termos:

O Sr. Tristão de Athayde, que há poucos dias, querendo comprometer um congresso de estudantes, formado com o apoio oficial para discutir os problemas da classe, disse que se tratava de “semitismo” do mesmo homem que, como presidente do “Socorro aos Católicos Perseguidos” denunciou à polícia o falso padre. Lendo a lista dos donativos embolsados pelo bacharel de batina, o Sr. Tristão podia muito bem compreender que o “semitismo” muitas vezes pode ser sinônimo de “humanidade”. E, no momento em que o Papa com tanta veemência e coragem, profliga as desumanas perseguições de raça, podia ainda o Sr. Tristão esquecer o seu passado de amiguinho n.1 do integralismo nos meios católicos para compreender que religião não é isso que ele quer que seja. Religião é bondade, é amor pelo gênero humano: não é racismo, não é prepotência, não é perseguição. (...) É verdade que a mesma lição ele poderia beber nas palavras de Maritain, de quem se diz discípulo, ou de Pio XI, de quem se diz soldado. Mas para “idealistas” dessa espécie as lições dos que dispõem da força e dos bens materiais são as únicas realmente convincentes...¹²⁸

Nessa, que foi a mais longa crônica do ano, Rubem Braga não poupou esforços para atacar as ideias conservadoras e nem silenciou frente aos comentários do intelectual católico, figura alvo de críticas constantes em suas crônicas. Nota-se que o texto fazia referência a um rol de valores que Rubem repudiava – integralismo, catolicismo e ideias de extrema direita.

Preso o inimigo da Pátria

DETIDOS HENRIQUE SALGADO E LOUREIRO JUNIOR — TI-NHA DOIS LIVROS EM PREPARO —

A primeiras horas de hontem O IMPARCIAL recebeu, da Succursal de São Paulo, todo o noticiário que se prendia à prisão do Sr. Plínio Salgado, effectuada pela Ordem Política e Social do Estado bandeirante.

Em traços gerais, e em primeira mão, demos conta, ao povo carioca, do sensacional acontecimento, por intermédio do nosso “placard”.

Em consequência das constantes ligações que hontem mantivemos com São Paulo, podemos hoje, detalhar os factos de que se acentua a prisão do chefe da extinta Acção Integralista, nos seus mínimos detalhes.

COMO AGIU A ORDEM POLITICA E SOCIAL

Ha cerca de 3 dias a Ordem Política e Social, tinha promovido constantes diligencias no sentido de localizar o prelo em que ultimamente residia o senhor Plínio Salgado.



DR. PLÍNIO SALGADO

O PREDIO F

O prelo á rua ... e de propriedade de Vaz Guimarães e ... do ao Sr. Miguel ... ali que os homens da ... Policia encontraram o ... Plínio Salgado.

A prisão, entretanto, não se cercou de sensacionalismos. Apenas o delegado da ... Policia, e o chefe dos ... nomes, acompanhados de ... mens, se incumbiram de levar a effecto a diligencia, que se deu a 1 hora da manhã.

Cercado que fora o ... alguns homens ba ... do abrir o Sr. Henr ... Salgado, irmão de Plínio ... foi preso juntamente com Plí ... trando, então, no ... casa, os policiais en ... a prisão dos Srs. Plínio ... e Loureiro Junior.

QUIZ DESTRUIR AS PROVAS

Loureiro, que fora ... prendi ... (Conclue na p. 15)

¹²⁸ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1007, 31 dez 1938, p. 5.



Figura 11: *O Imparcial*, n. 1134, 27 jan 1938, p. 1 e 15.

Finalmente, em janeiro de 1939, Plínio Salgado foi preso e ficou alguns meses detido antes de seguir para seu exílio em Lisboa. No dia 27 de janeiro, *O Imparcial* publicou a nota *Preso o inimigo da pátria*, dando conta da prisão do líder e de outros integralistas. Informava-se que Plínio chegou à Delegacia de Ordem Política e Social (Deops) portando dois livros seus, um deles recém-terminado, e que, por sofrer do estômago, pediu uma xícara de chá e tempo para repousar. Braga, em crônica publicada dois dias depois, apegou-se a esses detalhes e ironizou as condições de Plínio, bem como sua declarada vontade de mudar-se para um convento ao deixar a detenção:

(...) chegando a policia o Sr. Plinio pediu um chazinho bem quente, que lhe foi servido. Depois pediu um rádio - que lhe foi emprestado - e começou a ouvir óperas. E assim está preso o Sr. Plinio encantando a policia com a sua mansuetude, encantando com as gentilezas da policia e tomando chazinho.

O Sr Plínio, agora mansinho, nem sempre foi assim. Era diferente. Já gostava de ópera e dirigia mesmo uma grande companhia de ópera buffa e sangrenta. O escritório da empresa era na Rua Sachet - exatamente onde hoje umas pobres mulheres bebem cerveja e dançam maquinalmente com os fregueses ao som de uma jazz desafinada. Esse 'dancing' é quase tão fúnebre quanto o integralismo - apenas um pouco mais familiar e bastante menos pernicioso. O Sr Plinio anuncia que quer entrar para um convento quando sair da cadeia, notícia, aliás,

que só interessa mais de perto a sua senhora. Tempos atrás o Sr. Plínio tropejava, dedo em riste, terrível, as palavras cheias de sangue – e queria tomar o Poder. Hoje quer tomar apenas um chazinho o Sr Plínio.¹²⁹

Embora reprimidos, quando das tentativas de golpe e com o partido dissolvido, Rubem sempre se preocupou em combater a AIB e seus militantes. A menção ao integralismo foi constante dos meses iniciais de 1938 até a prisão de Plínio. Somente no ano seguinte a questão deixou de figurar em seus textos. A crítica ao movimento também propiciou oportunidade para tocar em outras facetas da política e da sociedade, tais como os regimes nazifascistas e o conservadorismo católico, numa postura que evidenciava sua predileção pelo regime democrático, cujo exemplo paradigmático eram os Estados Unidos.

2.3 Crítica social

Estudos recentes sobre as crônicas de Rubem Braga, que privilegiam sua produção das décadas de 1960 e 1970, quando o país atravessou o período militar, têm insistido nos aspectos sociais de seus textos, num registro que vai além do lirismo e da conversa aparentemente fútil. No entanto, não se conta com pesquisas a respeito das publicações durante o período do Estado Novo, tampouco dedicou-se às crônicas publicadas fora dos livros.

O conjunto de crônicas, relativas aos anos 1938 e 1939, mostrou que as questões sociais foram outra constante nos seus textos: às injustiças sociais, ao cotidiano dos mais simples e humildes e às denúncias a respeito da hipocrisia social juntavam-se os comentários sobre a falta de infraestrutura e a pobreza nas cidades como já faziam outros cronistas.

Esses elementos integravam um rol de assuntos interditos pela censura, o que torna seus textos e o modo como foram escritos relevantes para o presente estudo.¹³⁰ A problemática da infraestrutura nas cidades, principalmente no Rio de Janeiro, foi tematizada por Braga, como se vê na crônica de maio de 1938, sobre as enchentes que assolavam a capital, na qual alfinetava:

¹²⁹ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1136, 29 jan 1939, p. 4 .

¹³⁰ Temas relativos aos problemas econômicos (transporte abastecimento, escassez e alta de preços dos produtos); divulgação de acidentes, desastres, catástrofes, naufrágios, queda de avião, incidentes como brigas, agressões, crimes, corrupção, suborno, processos, inquéritos, sindicâncias estavam entre os assuntos sistematicamente proibidos. Ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998, p. 75-76.

Muita chuva, nesse mês de abril. E o Rio é uma cidade que não acredita na chuva. Uma cidade sem abrigos, a não ser aqueles medonhos, de propaganda. Uma cidade de chapéu de palha, ou sem chapéu. Quando chove um pouquinho de mais, parece que ninguém previa que fosse possível chover. Os bueiros se entopem, o trânsito encenca, tudo fica insuportável, as poças são enormes, nada funciona. **Lembrete para os nossos urbanistas: existe a chuva. Quando fizerem qualquer coisa, uma rua, uma calçada, uma linha de bondes, lembrem isto: existe chuva.**¹³¹

Evidenciava-se a estrutura precária, as ruas alagadas, ou seja, a impossibilidade de circulação de carros, o funcionamento do comércio comprometido, a capital do Brasil Novo exibia suas fragilidades. No mesmo sentido, em crônica de outubro daquele ano, Chico comentava sobre as ruas do Rio e as iniciativas do governo de tapar buracos:

Uma primavera molhada. Dias de mormaço, noites nubladas, manhãs feias, tardes anêmicas. E, no lugar de melhorar, choveu. Felizmente o prefeito reuniu os homens da Light, da City, do Gás, do Telégrafo, e tratou da questão dos buracos. Funcionários diligentes andarão pela cidade lutando contra os buracos, impedindo os buracos, fiscalizando os buracos, mandando tapar os buracos. Se ninguém pode levantar uma casa sem licença da prefeitura, é justo que ninguém possa cavar um buraco sem licença. Os funcionários que dão o ‘habite-se’ darão o ‘esburaque-se’. **Como em regra os funcionários são lentos, e a burocracia custa muito tapar os buracos, é lícito esperar que ela custe também a mandar abri-los.** Teremos de modo geral menos buracos e os buracos serão mais rapidamente tapados. Ainda bem.

Interessante notar que a crítica e a ironia contidas no texto de Braga vinham mescladas às reflexões e divagações sobre o clima e o amor que sentia por Chiquinha:

É certo que há buracos que ninguém pode tapar. Buraco na alma, buracos no coração. Chiquinha anda inquieta e quer me abandonar. Seria um buraco medonho, um buraco sem fundo em meu peito. Nem o prefeito e nem o bispo me poderão valer. Há homens que possuem buracos na consciência: eu já os tive no coração e ficaria desesperado se Chiquinha me fugisse. (...) Ai não falemos dos buracos, nem os da rua, nem os financeiros, nem os sentimentais. Confiemos no prefeito e confiemos na vida. Eu por mim farei de tudo para confiar em nós, Chiquinha meu outeiro florido.¹³²

Críticas da mesma natureza também estavam presentes na *Revista Acadêmica*. Dessa vez, Braga escreveu uma espécie de despedida à linha de bonde Tamandaré, que deixou de circular pelas ruas de São Paulo naquele ano. Ele narrou os últimos momentos do bonde, dando vida e humanizando o meio de transporte, ao comentar a tristeza e a embriaguez dele diante da medida. Mais uma vez, Braga referiu-se à The

¹³¹ O homem da rua, *Diretrizes*. n. 2, maio 1938, p. 9, grifo nosso.

¹³² Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1031, 4 out 1938, p. 5. grifo nosso.

São Paulo Tramway Light and Power Company, empresa responsável pela distribuição de energia elétrica, transportes e instalação da iluminação pública.

Em meados de 1938, a companhia resolveu reduzir seus investimentos frente à aproximação do final do seu contrato com a prefeitura. A nova comissão formada para tratar do transporte na cidade decidiu substituir os bondes por trólebus, administrados por uma empresa criada pelo poder público. Testemunha dessas mudanças, Braga relatou o impacto no dia-a-dia dos trabalhadores e, de maneira poética, despediu-se dos bondes elétricos:

Foi na madrugada de uma segunda-feira – 6 de dezembro de 1937 – que a cidade de S. Paulo surgiu arrebatada e decomposta. A avenida São João apresentava um sistema terrível de fossos, montanhas, barricadas e trincheiras. A praça Ramos de Azevedo teve rasgado seu ventre betuminoso, e houve trilhos arrancados. Aconteceram muitas coisas estranhas. No bairro, as famílias acostumadas a dormir no maior silêncio, se ergueram aflitas, altas horas, com a rua invadida pelo estrondo de um bonde. Com outras famílias aconteceu pior, habituadas, através de intermináveis anos, a só dormir bem depois de passar o último bonde, não puderam dormir porque o último bonde não passou. O homem que esperava seu “camarão” foi informada de que seu “camarão” não existia mais. De acordo com a prefeitura, a Light havia cortado várias linhas de bonde. Os subúrbios distantes ficaram mais distantes, e a gente pobre daqueles subúrbios ficou mais pobre. Houve protestos, e houve, sobretudo confusão. Ninguém sabia onde tomar o bonde, nem se havia o bonde, nem o nome do bonde, nem o caminho do bonde. (...) E alguém murmurava, mas onde estais, onde estais, o bonde Brigadeiro Galvão, Brigadeiro Galvão? E o eco respondia: não sei não. E tu, ó tu, vila Clementino, em cujo terceiro banco em um dia chuvoso de 1933 certa mulher ruiva me sorriu...E tu Santa Cecília, e tu Vila Maria, e tu Jardim da Aclimação dos meus domingos de sol? E o infinito bonde Jabaquara? E o genial Campos Elíseos? Higienópolis também morreu. Mas quem morreu quem morreu e isso me custa falar, foi o bonde Tamandaré. Morreu o grande bonde Tamandaré, pai e mãe de todos os bondes. De acordo com as tabelas da Light e as indicações dos guias da cidade esse bonde tinha um itinerário e um horário. Mas, ele nunca soube disso, mesmo porque, é forçoso confessá-lo – o grande bonde Tamandaré era analfabeto. Era analfabeto e não funcionava muito bem da cabeça. Um dia eu o encontrei ao meio dia, sob um sol de rachar num estado lamentável, na praça do Patriarca, e não pude deixar de sorrir. Ele certamente percebeu porque no mesmo dia, as duas horas da tarde, quis me matar na praça da Sé. Uma vez, na praça do Correio, exatamente na praça do Correio, num noite de tempestade, exatamente ao passar junto ao monumento de Verdi, esse bonde parou, protestou, armou um escarcéu e fez um comício monstro, berrando por todos os balaústres, dizendo que aquela estátua era uma porcaria. (...) Tamandaré um belo bonde! muito bom mesmo! muito bom!¹³³

¹³³ BRAGA, Rubem. O bonde de Tamandaré, *Revista Acadêmica*, n. 34, abril 1938, p. s/n.

O cronista estava atento aos que se encontravam à margem da sociedade e, em diversas oportunidades, tratou dos simples e humildes sempre esquecidos. Na visão de Braga, os sujeitos anônimos eram os que maior valor tinham na sociedade, mesmo que os próprios não se dessem valor algum. Ele exemplifica sua opinião com o padeiro, que todos os dias bate à porta da casa de seus clientes e, para não incomodar, diz: “Não é ninguém, é o padeiro”. O cronista defende: “bem aventurado seja o padeiro, porque dele será o reino da terra. Bem aventurados sejam os que não são nada nem ninguém, porque em verdade, em verdade eu vos digo que eles são tudo”¹³⁴

Na crônica do dia seguinte, Braga insistiu na importância do cidadão comum, muitas vezes ignorado, e referiu-se a um inquérito que perguntava quem era o maior brasileiro de todos os tempos. Chamou a atenção do cronista o fato de nenhuma das respostas referirem-se ao trabalhador, o “anônimo”, daí seu esforço em mostrar que o anônimo era o verdadeiro vencedor, presente em todos os momentos da história do país, trabalhando incessantemente e, embora não dotado da inteligência e do conhecimento dos outros grandes homens, os primeiros a serem citados, a grandiosidade do anônimo estaria em saber viver: “Ele tem qualquer coisa a dizer, mas ainda não aprendeu a falar (...). Mas penosamente, rudemente ele aprende a pensar. Enquanto espera aprender, ele trabalha. E faz o Brasil”. Nota-se a insistência na necessidade de valorizar o trabalhador, parte principal da construção do país. Ao final da crônica, concluiu: “E no fim de tudo, quando se fala em Brasil o principal interessado é o anônimo”.¹³⁵ Não se pode menosprezar o tom de comprometimento de Rubem com o protagonismo do trabalhador, mas num sentido diferente daquele difundido pelo regime estadonovista.

Os questionamentos de Rubem dirigiam-se à existência do homem pobre, suas condições financeiras, patente no texto sobre o suicídio de um comerciante, Manoel, ocasionado pela falta de dinheiro, pagava muito e retirava pouco do seu comércio. A reflexão dava-se por meio de uma suposta carta de despedida em que Manoel admite ter se envenenado com cianureto e alude ao fato dele ser apenas mais um naquele bairro, uma “formiguinha preta residente neste subúrbio triste”.¹³⁶

Outro drama era o de uma mulher pobre que teve trigêmeos, o que motivou visitas de mulheres da elite carioca, que doaram alimentos e roupas. Braga vê nessa atitude certa hipocrisia, uma vez que várias crianças pobres nascem todos os dias, o que

¹³⁴ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1061, 9 nov 1938, p. 4.

¹³⁵ Grypho 7, *O Imparcial*, n.1062, 10 nov 1938, p. 5

¹³⁶ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1081, 2 dez 1938, p. 5

não mobilizava as ricas senhoras. Para o cronista, a ajuda vinha mascarada pela repercussão da atitude junto à imprensa, razão pela qual o cronista ironizava: quando a gravidez é de apenas uma criança, não havia razão para generosidade:

Diariamente, neste país numerosas mulheres pobres dão a luz. Em geral nasce apenas um menino – e diante deste fato banal ninguém se comove – Ninguém passa telegrama, não aparece nenhuma comissão de mulheres caridosas; não se fala no assunto. Maria, a lavadeira deu a luz. Nasceu um menino doente e magro, porque Maria não pode ter conforto nos últimos meses. O menino precisa de uma porção de coisas. Maria precisa de repouso, de remédio, de dinheiro. Se alguma senhora caridosa toma conhecimento deste fato, ela diz: - Coitada!¹³⁷

Em agosto do mesmo ano, o tema era a escassez e o aumento dos preços dos alimentos, que atingia o país como um todo. O texto iniciava-se com a história de Dadiani, preso sob a acusação de assassinar um escoteiro. Uma vez solto, jejuou por vinte e cinco dias e acabou internado em estado de inanição. O episódio serviu como intróito para tratar da situação dos cariocas:

Pelo menos aqui no Rio esse negocio de jejuar não é mais bom negócio. É um negócio excessivamente espalhado. **Ninguém paga para ver um sujeito fazendo uma coisa que milhares de pessoas podem assistir de graça dentro do seu próprio lar. O negócio aqui, e certos subúrbios, seria dar um espetáculo não de jejuar, mas de comer.** Inúmeras pessoas desse subúrbio dariam seus últimos tostões para ter o prazer de assistir a este milagre: um homem comendo, mas comendo de verdade, verduras, peixe, galinha, carne, ovos, pão com manteiga, arroz e feijão.¹³⁸

Em mais de uma oportunidade, o cronista fez referências às condições de vida na capital do país e ironizou ao afirmar que o maior espetáculo seria comer e não jejuar, crítica nada velada à carestia de vida. Nos meses seguintes, ele continuou a tratar da injustiça social e hipocrisia da elite, o que deslizava para a crítica ao poder. Constatava o abandono de crianças, tema que abordou ao elogiar um médico que decidiu criar um hospital-escola, enquanto indignava-se com a impunidade de outro doutor, que cometeu grave erro e que, vaticinava, acabaria ileso, já que pertencia à mesma classe social dos juízes.¹³⁹ A preocupação com aquelas pessoas, que se encontravam à margem da sociedade, acompanhou o cronista e seus textos durante toda sua carreira¹⁴⁰. No caso específico do Estado Novo, ele insistia no fato de as condições de vida dos mais pobres

¹³⁷ Grypho, 7, *O Imparcial*, n. 1088, 10 dez 1938, p. 5

¹³⁸ O homem da rua, *Diretrizes* n. 5, ago. 1938, p. 13, grifo nosso.

¹³⁹ Ver: Grypho 7, *O Imparcial*, 12 jan 1939, n. 1121, p. 4 e Grypho 7, *O Imparcial*, 15 mar de 1939, n. 1171, p. 4

¹⁴⁰ No livro de Carlos Ribeiro, o jornalista listou diversas crônicas dos livros publicados por Rubem que continham crítica social e defesa dos mais humildes. Ver: RIBEIRO, Carlos. *Op. cit*, p. 17-25

não se alterarem, a exemplo do que ocorria com a infraestrutura nas cidades, sempre problemática.

Na mesma perspectiva caminhavam as críticas ao quadro político. A incerteza diante do novo regime era expressa em suas crônicas, mensais e diárias, e Braga não hesitava em dar sua opinião diante de um novo decreto ou medida implementados. Cabe ressaltar que, nesse momento, as temáticas tratadas por Rubem eram as mesmas, independentemente do periódico, o que demonstrava, mais uma vez, o seu apego a certos temas, sem importar para que impresso escrevesse.

Em outubro de 1939, Rubem referiu-se ao salário mínimo e, como de costume, concentrou-se nos trabalhadores e pessoas humildes. Nas suas palavras, o salário mínimo era literalmente o mínimo que poderia ser feito pelo governo diante de tantos problemas enfrentados pelos trabalhadores, a exemplo das moças empregadas no comércio. O cronista dava um rol de dificuldades e obrigações que essas vendedoras eram submetidas, como dor nas pernas por passarem o dia de pé, a obrigação de estarem sempre bem vestidas e com um sorriso de felicidade como “princesinhas da Inglaterra” e, até mesmo, a humilhação das revistas na entrada e na saída do trabalho. Finaliza a crônica dizendo “sorridentes mártires do comércio, que Deus vos abençoe, que Deus vos abençoe”.¹⁴¹

Com a institucionalização do salário mínimo em 1940, Braga não deixou de mencionar o benefício no mês em que se comemora o dia do trabalhador. Tanto em *Diretrizes* como n’*O Imparcial* insistiu na mesma tecla: o trabalhador ganhava mal e o aumento no seu salário trazia melhorias básicas, como alimentar-se e viver de forma mais digna. Mais uma vez, nota-se que as reflexões de Braga estavam ao lado da população humilde.

Ao comentar a entrevista do Ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, afirmou:

(...) O ministro acrescenta que o governo vai instituir o salário mínimo. Os salários atuais terão de ser aumentados para que os trabalhadores possam ter um padrão de vida decente. O repórter perguntou se os patrões estavam em condições de aumentar os salários. O ministro respondeu que sim, podem perfeitamente pagar mais do que estão pagando. E serão convidados pelo governo a fazer isso. Ganhando mais os operários comprarão mais e, vendendo mais, os patrões terão mais lucros.¹⁴²

¹⁴¹ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1946, 21 out 1939, p. 5

¹⁴² O homem da rua, *Diretrizes*, n. 14, mai 1939, p. 17

No mesmo sentido, noutra crônica continuava: “O ministro do Trabalho não foi, certamente, o primeiro a ver isso. Mas, é quem vai fazer isso e, merece, portanto, todo apoio de toda gente.”¹⁴³

Muito embora não se referisse diretamente ao novo regime, é possível rastrear suas impressões das primeiras medidas implantadas após o golpe de 1937. O elogio ao salário mínimo ancorava-se na defesa dos direitos dos trabalhadores, assim como os elogios às decisões do governo quando da adoção de medidas anti-integralistas e anti-imperialistas.

Em 18 de abril de 1938, entrou em vigor um decreto-lei que proibia estrangeiros residentes no país de exercer qualquer atividade política e de participar dos negócios públicos, o que incluía a organização de desfiles, passeatas, comícios e, ainda, de serem proprietários de jornais, revistas e outras publicações.¹⁴⁴ A crônica, publicada no mês de maio, apoiava a medida:

O governo resolveu fechar, no Brasil, os partidos e as escolas, sociedades, jornais, que fazem propaganda estrangeira. Estrangeiro que quiser fazer política faça o obsequio de ir fazer lá na terra dele. Aqui não pode. Muito Bem.¹⁴⁵

A respeito do assunto, Braga encetou reflexão mais longa em dezembro daquele ano. Mais do que apoiar o decreto em si, sua maior preocupação parecia residir na voga dos ideais antiliberais que poderiam atingir o Brasil. A defesa da nossa especificidade era feita por meio da ironia:

Venham para cá os estrangeiros. Somos amigos de todas as raças. Achamos que todo bicho humano é mais ou menos igual a outro bicho humano. Mas aqui é Brasil. Não queiram nos ‘civilizar’. Isso aqui pode ser desorganizado. Pode ser que muita coisa aqui esteja errada. Pode ser que sejamos um povo mestiço e por este motivo nos chamam de inferior. Mas nós somos nós mesmos e isto aqui por enquanto é nosso. Isto aqui é Brasil. (...) Nós somos assim mesmo errados. Continuaremos errados...Graças a Deus.¹⁴⁶

Ao lado das preocupações políticas havia as de ordem econômica, tema abordado nas crônicas e no livro *A questão do ferro* de 1938, que veio a público com o pseudônimo de Roberto Miguel Couto. Excertos do último capítulo da obra foram publicados, em novembro, em *Diretrizes*, e, em setembro, na *Revista Acadêmica*. N’O

¹⁴³ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1212, 3 mai 1939, p. 5

¹⁴⁴ Trata-se do decreto-lei n. 383 de 18 de abril de 1938.

¹⁴⁵ O homem da rua, *Diretrizes*, n. 2, maio 1938, p. 9.

¹⁴⁶ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1092, 15 dez 1938, p. 5

Imparcial, o livro não foi mencionado, no entanto, na sua coluna *Grypho 7*, não se furtou a fazer referências críticas ao capital estrangeiro.

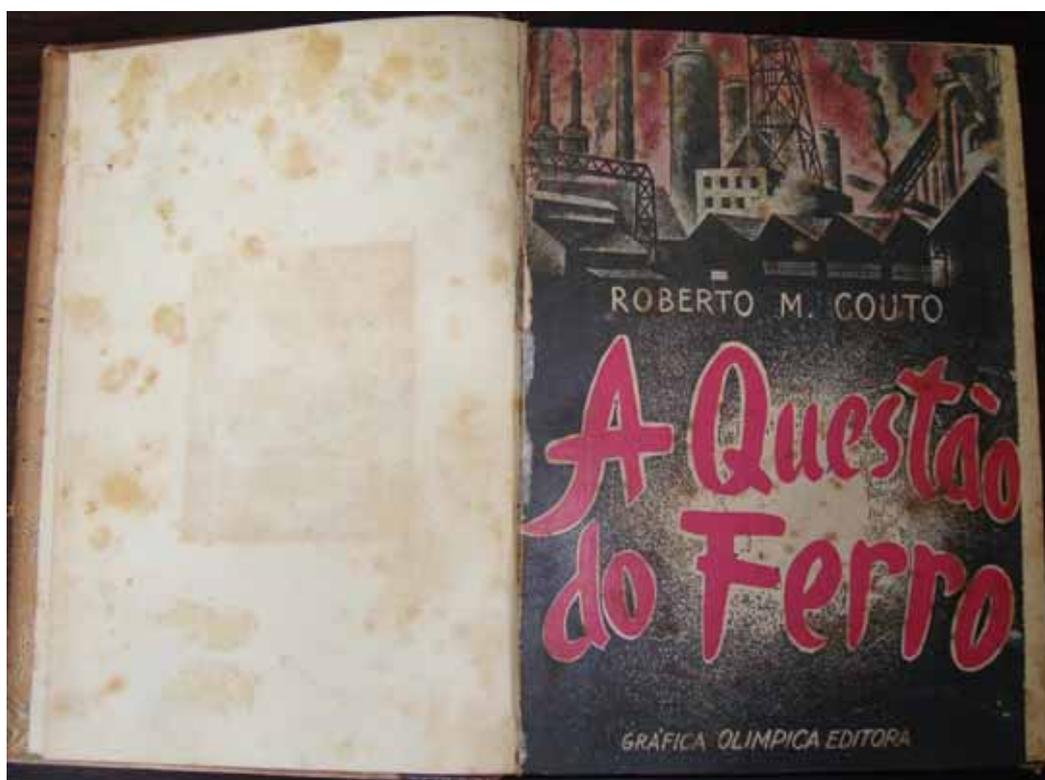


Figura 12: Roberto Miguel Couto – A Questão do Ferro, 1938.

Em *A questão do ferro*, de quase duzentas páginas, Braga analisou detidamente a mineradora inglesa *Itabira Iron Company*, que adquiriu, no Brasil, reservas no vale do Rio Doce (Mina Gerais) e o direito de monopolizar a extração de ferro, por seis anos (1922-1928). A mineradora tinha intenções de renovar o contrato, fato que chamou a atenção de Braga, que investiu contra o controle estrangeiro, num discurso envolto de nacionalismo.

Ele analisou o contrato da mineradora, item por item, e apontou as consequências da presença da empresa no país. Valeu-se de linguagem simples e, nas suas palavras, o livro “foi feito para qualquer brasileiro medianamente culto”, fato que também foi enfatizado em *Diretrizes*: “Esse livro tem um caráter popular bem marcado e se destina não só aos estudiosos do tema como, principalmente, ao grande público.”

¹⁴⁷ Em *Acadêmica*, o livro é apresentado como simples e claro “um livro feito para o povo ler e entender” ¹⁴⁸.

O debate em torno da política a ser seguida na exploração de recursos minerais era assunto candente na década de 1930, que mobilizava intelectuais, como Monteiro Lobato. A questão da extração do petróleo provocou particular discussão sobre sua produção:

Com o golpe do Estado Novo, os militares impuseram uma política mais nacionalista para o petróleo, pois tal situação colocava em evidência a total dependência do país em relação às companhias estrangeiras, o que estimulou o chefe do Estado-Maior do Exército, general Góis Monteiro, a propor, em fevereiro de 1938, a nacionalização da indústria do petróleo ou o seu monopólio pelo Estado, em nome da salvaguarda da soberania nacional. A proposta serviu de base ao Decreto-Lei número 395, de 29 de abril de 1938, que declarou de utilidade pública o abastecimento de petróleo e seus derivados, atribuindo à União exclusiva competência para regular a produção, importação, refino, transporte e distribuição dos produtos. Esse mesmo decreto estabeleceu que empresas de refino só poderiam ser constituídas por acionistas brasileiros e criou o CNP.¹⁴⁹

Para o cronista, o capital estrangeiro não era de todo indesejável, no entanto, caberia ao governo taxar, com os juros devidos, a empresa que vinha de fora e argumentava que uma indústria não poderia ser chamada de nacional, se estivesse

¹⁴⁷ O homem da rua, *Diretrizes*, n 7, out. 1938, p. 62.

¹⁴⁸ *Revista Acadêmica*, n.39, set 1939, p. s/n

¹⁴⁹ Como destaca CARVALHO JUNIOR, Celso. *A criação da Petrobrás nas páginas dos jornais O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras, Mestrado (História), 2005, p. 34-35

submetida a interesses estrangeiros que lucravam, mesmo estando longe do país, em detrimento dos operários nacionais, que recebiam “uma ninharia”.

Embora não cite a obra, *n’O Imparcial*, o cronista defendeu as mesmas ideias em texto, no qual expressou sua indignação com a situação no vale do Rio Doce, atingido por dura seca em 1939. Rubem aproveitou a situação para dizer que o motivo da seca não era tão somente a falta de chuva: “(...) percorri todo o vale do rio doce e não encontrei um só homem, letrado ou analfabeto, capaz de atribuir à seca a ruindade de Deus. Aqueles homens sabem perfeitamente porque não chove”. Na crônica, valendo-se de um trocadilho, Braga atribuiu a seca ao “mandachuva” local e defendeu: “A falta absoluta de uma política agrária no Brasil garante ao mandachuva seus privilégios de fato”.

Em outro trecho comentou que o presidente Vargas tinha conhecimento da exploração feita por esses “manda seca” e clamou pela intervenção do poder público, em prol da melhora nas condições de vida dos habitantes da região:

O Sr. Getúlio Vargas viu isso tudo com toda a clareza, e o disse na sua famosa entrevista em São Lourenço : Chega de fabricar desertos. Os ‘manda seca’ não podem continuar enriquecendo à custa da exploração do trabalho alheio, do protecionismo exagerado e da morte econômica de uma das principais regiões do país. (...) Só o que chove em Rio Doce é o dinheiro fácil para os burros dos “manda seca”¹⁵⁰

Essas constatações iam ao encontro da postura de Braga em *A questão do ferro*, no qual ele também fez referência aos problemas no meio-ambiente local, lembrando que era preciso reflorestar as áreas devastadas pelo uso da madeira, transformada em carvão vegetal pelas usinas, tarefa não cumprida pelas mineradoras.¹⁵¹

O discurso de Getúlio Vargas, em São Lourenço, foi mencionado por Braga em seu livro e, mais uma vez, nas crônicas d’*O Imparcial*. Em novembro de 1938, a crônica do *Grypho 7* citava trecho em que Vargas abordava o capital estrangeiro e, novamente, ele deixava claro que não era contra os investimentos, mas acreditava que o Brasil apenas avançaria, economicamente, se investisse nas indústrias nacionais, deixando de lado o título de país “semicolonial”. Na crônica de novembro, retomou o tema:

(...) precisamos de capital estrangeiro, mas não de qualquer capital estrangeiro. Não só pelo fato dele ser capital que o aceitaremos, nem só pelo fato de ser estrangeiro que o rejeitaremos. (...) Na sua

¹⁵⁰ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1177, 22 mar 1939, p. 4

¹⁵¹ COUTO, Roberto Miguel. *A questão do ferro*. Rio de Janeiro: Gráfica Olimpica Editora, 1938, p. 6. Edição consultada na Biblioteca Nacional que encontra-se no arquivo doado por Arthur Ramos.

entrevista, diz ainda o presidente Vargas que o Brasil não pode se enquadrar na classificação de país ‘semicolonial’. Essa afirmação envolve uma promessa de tal ordem que para nós é o que há de mais importante em toda a enorme entrevista. Realizar isso – mostrar que de fato o Brasil não é um país semicolonial – seria realizar uma revolução, a primeira revolução nacional na América do Sul.¹⁵²

Ele concluía, tal como no seu livro: “Tudo isso prova que o que há a fazer é construir a grande siderurgia, que possa servir de base para a reconstrução da economia nacional, para a libertação do Brasil, para a nossa afirmação como potência, como país forte e livre.”¹⁵³

No Estado Novo, a intervenção estatal na economia tornou-se ainda mais marcante, com restrição à presença do capital internacional em vários setores, ainda que não se deixasse de admitir sua presença. Do ponto de vista das trocas internacionais, entre 1937 e 1939, o país aproximou-se da Alemanha, política que contou com opositores, sobretudo por parte dos que advogavam a aliança com os Estados Unidos¹⁵⁴, que ganhou força no início de 1939, por meio da *Missão Aranha*.¹⁵⁵ Na crônica de *O homem da rua*, de março do referido ano, chama a atenção um trecho, em meio a várias notícias, sobre a visita do Ministro: “O Sr. Aranha está em Washington combinando coisas conversadas em Lima”. Mais à frente, destacou o posicionamento político do país:

O Sr. Oswaldo Aranha em entrevista disse que a política no Brasil, no tocante as potencias econômicas estrangeiras, é abrir as portas, mas ficar com as chaves na mão. **A respeito de algumas dessas forças estrangeiras creio que não seria mal se a gente ficasse também com a tranca da porta na mão.**¹⁵⁶

¹⁵² Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1063, 11 nov 1938, p. 5

¹⁵³ COUTO, Roberto Miguel. *Op. cit*, p. 10,11.

¹⁵⁴ “Em um contexto de relativa desarticulação da economia mundial e acirramento dos conflitos Inter imperialistas, a articulação de financiamento externo passava por alinhamentos políticos e ideológicos. (...) exportadores de algodão e do sul do país inclinavam-se por uma aliança com a Alemanha. Os industriais e os comerciantes ligados ao comércio de importações estavam divididos entre Alemanha e EUA. Os exportadores de café inclinavam-se para os EUA, assim como o setor financeiro. As forças armadas também estavam divididas entre Alemanha e EUA. No governo, Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, defendia uma aliança com os EUA, enquanto outros ministros preferiam a Alemanha. Essas divergências paralisavam o governo Vargas. (...) a política de Vargas encontrava-se em um impasse, o que levava o Estado Novo a oscilar entre os EUA e a Alemanha,” como bem assinala: CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo. In: *Locus, revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007, p.255-256.

¹⁵⁵ Em fevereiro daquele ano, o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, foi enviado a Washington com o objetivo de discutir as relações políticas entre os dois países. Num contexto de intensificação dos conflitos na Europa, o governo norte-americano preocupou-se em estreitar as relações com a América Latina e pretendeu assegurar o apoio político e ideológico destes países.

¹⁵⁶ O homem da rua, *Diretrizes*, n.12, mar. 1939, p. 09, grifo nosso.

Braga não escondeu sua inquietação frente à manutenção de relações com países de ideologias políticas tão distintas. O posicionamento a respeito de certas “forças estrangeiras”, referência muito pouco velada à Alemanha, atormentava o cronista, pouco afeito às posturas políticas de extrema direita. Ainda que não explicitamente, a aproximação com os Estados Unidos era apresentada como solução muito mais adequada. Assim, no mesmo mês, n’*O Imparcial*, Rubem continuava elogiando a atitude de Aranha, embora tenha se esquivado de descrever mais pontualmente o que se decidiu no encontro com o presidente norte americano:

(...) Já disse que não vou comentar o trabalho do Sr. Aranha, mesmo porque não entendo quase nada de muitos problemas que ele tratou. **O que acho que vale a pena acentuar é o sentido geral desse trabalho: o de nos aproximar dos Estados Unidos.** A velha Europa cada dia mais velha em seus problemas, e em suas aflições só nos fornece tristes exemplos de violências e angustias. A amizade da **grande democracia americana** nos dá mais segurança contra essas angustias e contra essas violências.¹⁵⁷

Sabe-se que a chamada *Política da Boa Vizinhança*, colocada em prática pelo governo Roosevelt, surgiu num contexto de instabilidade política e marcado pelo temor da presença e da influência nazista sob o continente sul americano. O Brasil, por sua posição estratégica – chega-se primeiro à Europa do Rio Grande do Norte do que dos Estados Unidos – dimensões e fonte potencial de matérias-primas essenciais para a guerra, como a borracha, era um aliado estratégico para os norte-americanos a ser conquistado.¹⁵⁸

Uma das expressões dessa política foi a *New York Worlds Fair*, inaugurada em abril de 1939, e que se constituía em testemunha eloquente da capacidade tecnológica do país. O Brasil também participou da Feira e, entre exposições de café e pássaros raros da Amazônia, apresentou, como atração, a cantora Carmem Miranda, símbolo das boas relações entre brasileiros e norte-americanos.¹⁵⁹ Na crônica de outubro, mencionou-se viagem da cantora:

¹⁵⁷ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1179, 24 mar 1938, p. 5, grifo nosso.

¹⁵⁸ A implantação da base militar em Natal, a divulgação do cinema, da indústria e principalmente do estilo de vida americano foram alguns dos artifícios forjados pelo governo norte americano para concretizar o projeto. Ver: TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁵⁹ Muito embora o visual de Carmem e algumas de suas características musicais não pudessem ser consideradas como típicas do Brasil: “(...) para os idealizadores e executores da Política da Boa Vizinhança, não importava a autenticidade da “cultura” das “outras Américas” difundida pelas duas maiores redes e pelos estúdios de Hollywood. O importante era que isso contribuía para o alinhamento do Brasil com o esforço de guerra dos Estados Unidos.” Ver: TOTA, Antonio Pedro. *Op cit.*, p. 118-119.

“Mulher eu sempre combati pela tua causa, eu defendi tuas cores” Estas palavras foi Murilo Mendes a Jeane D’Arc e possivelmente também a uma distinta senhora pelo qual o poeta é apaixonado. O mesmo posso eu mandar dizer para Carmem Miranda em Nova York. Sempre defendi rudemente a opinião que a Carmem era a tal. Apareceram muitas outras, esta com bossa, aquela com voz, aquela lá com sentimento. Mas quando vinham me falar dessas mulheres eu sempre redargui:

- Esta muito bem, eu também acho, mas no meio de tudo isso a Carmem é que é a tal.

Não sei se essa viagem da Carmem faz parte da política de boa vizinhança. Agora aquele pessoal lá de cima esta na estrita obrigação de retribuir. Mandem pra cá pelo menos a Bete Davis – e não se esqueça de dizer pra ela passar lá em casa na hora do crepúsculo.¹⁶⁰

É importante perceber a diferença entre as crônicas do início de 1939, quando não se sabia ainda para que lado o país penderia, com as dos meses finais, quando já era perceptível o peso adquirido pelos EUA, a despeito do fato de o governo ainda não haver tomado uma posição contundente. Nota-se, ainda, a simpatia de Braga por Carmem Miranda, o que aponta para a presença, cada vez mais constante, do sentimento nacionalista, já explicitado em outros textos.

Mesmo que não houvesse referências diretas ao regime em vigor, elas apareciam nas entrelinhas, nos comentários sobre economia e política externa do país, questões que interessavam ao cronista, que viva um tempo de incertezas, com uma nova guerra prestes a iniciar-se na Europa. Nesse sentido, as críticas em relação ao Estado Novo eram feitas, também, por analogias e comparações com outros governos ditatoriais latino-americanos, uma maneira de tratar o delicado assunto de forma indireta. Escolheu-se destacar dois exemplos sobre a América Latina, considerados paradigmáticos da postura de Rubem Braga.

Na América Latina, a penetração de ideais fascistas foi sentida na década de 1930 e, de acordo com Oliver Dabéne, a influência fascista deu-se principalmente por meio do comércio, mas foi sentida também via relações culturais e militares com os governos fascista e nazista.¹⁶¹ Na crônica de março, havia referência à política seguida

¹⁶⁰ O homem da rua, *Diretrizes*, n. 19, out. 1939, p. 11, grifo nosso.

¹⁶¹ “A Alemanha se fez presente no Brasil, no Chile, na Colômbia, na Argentina e no Uruguai, no Japão e principalmente no Paraguai e no Peru. (...) é certo que a Alemanha gozava especialmente no Chile e na Argentina de laços muito estreitos que foram sendo tecidos no final do século XIX, quando contribuiu para a modernização do exercito. Os oficiais alemães haviam instalados missões permanentes, e a indústria de armamento alemão, Krupp, em particular dominava a região.” Ver: DABÉNE, Oliver. *América Latina no século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. Na página 111, tem-se um quadro que ilustra a política dos países latino-americanos, destes o Chile, a Costa Rica, a Colômbia, o México, o Equador e o Uruguai tinham governos ditos democráticos, mas obtidos por meio de eleições marcadas por irregularidades.

pelo Peru, presidida pelo general Benavides, que chegou ao poder por determinação de uma Assembleia Constituinte, que lhe concedeu plenos poderes e que foi, logo em seguida, por ele dissolvida:¹⁶²

Em Lima, o general Benavides foi passar o Carnaval fora. Um outro general chamado Rodrigues foi a estação, se despediu do Benavides, depois mandou o carro tocar para o palácio, tomou conta do palácio, disse que o governo era ele. Levou seis horas. Depois os soldados do general Benavides tomaram o palácio e mataram o general Rodrigues. O telegrama diz que o general Rodrigues era fascista, o que não é vantagem porque o general Benavides também é. Em todo caso, sem querer comprometer absolutamente a tradicional amizade que nos liga ao povo desejo externar a minha simpatia pelo general **Rodrigues, o único chefe fascista cujo governo teve pelo menos uma qualidade boa, inegável: durou apenas seis horas, e não chegou a governar. Não conseguiu nem mesmo atrapalhar o Carnaval.**¹⁶³

É perceptível a semelhança entre essa crônica e a publicada em abril de 1938, que tratou da tentativa de *putsch* integralista no Brasil. O golpe do General Rodrigues era, para o cronista, indiferente, posto que o governo do outro general, o Benavides, também era considerado uma ditadura fascista. A analogia com a situação brasileira fica ainda mais evidente no trecho subsequente, no qual Rodrigues é parabenizado por não ter conseguido seu intento e, assim, não atrapalhar o carnaval. Não custa lembrar que o primeiro *putsch* integralista, que completava um ano naquele mês, também ocorreu durante os festejos do Carnaval.

Em maio, foi a vez da Bolívia. A derrubada do coronel David Toro e a subida do poder do general Gérman Bush¹⁶⁴ chamou a atenção do cronista:

A ditadura do general Bush não é da direita nem da esquerda. Ele alegou que os conservadores haviam formado uma espécie de partido chamado “rosca” da qual faziam parte os ricos bolivianos sabotava todos os esforços do governo a favor da economia popular. Por outro lado certos grupos esquerdistas queriam levar o governo a tomar atitudes extremadas, e certos grupos direitistas queriam estabelecer o racismo na Bolívia. O general Bush acabará com isso. Pena de morte para os defraudadores de fundo público. **O governo da Bolívia será**

¹⁶² AVNI, Haim. Peru e Bolívia e os refugiados judeus durante a era nazista. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: memória e história*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2007, p. 696.

¹⁶³ O homem da rua. *Diretrizes*. n. 12, mar. 1939, p. 9, grifo nosso.

¹⁶⁴ A queda nos preços do estanho, principal fonte econômica da Bolívia, fato diretamente relacionado à crise econômica norte-americana de 1929, causou o fechamento de várias minas e desestabilizou a política do país. A nomeação de Daniel Salamanca, candidato único à presidência, além de sua administração conturbada, que levou o país em 1932 à *Guerra do Chaco*, incitou o crescimento da juventude rebelde reformista, cujos representantes mais destacados eram o coronel David Toro e o tenente coronel Gérman Bush. Estes tomaram o poder em 1937 e Toro foi nomeado. No entanto, para Bush, após um ano de governo, as reformas econômicas e sociais não teriam avançado suficientemente, o que o levou a dar um golpe contra o antigo aliado. Assim, em abril de 1939, Bush tomou o poder, dissolveu o Congresso Nacional e instaurou uma ditadura.

“bolivianista” e, por meio da ditadura absoluta, pretende chegar em alguns meses a democracia perfeita. Como se vê, tudo isso pode não ser muito claro, mas é bastante sulamericano. Como já ficou estabelecido, a Bolívia será “bolivianista”, o que não deixa de ser sensato, embora não queira dizer precisamente alguma coisa. **Entre mortos e feridos não houve ninguém, pois a América do Sul é um continente muito chuvoso e confuso, mas sempre muito amorável.**¹⁶⁵

No trecho, há referências, bastante irônicas, à forma como as questões políticas eram encaminhadas na América Latina. A instauração da democracia, em alguns meses, assume um tom burlesco, como se observa nos trechos destacados. O que acontecia na Bolívia era a repetição, com alguma cor local, de um padrão que imperava nessa parte do continente e, por certo, também entre nós. Para Braga, o fato de o governo se tornar “bolivianista” não ofereceu alterações significativas na política, valendo destacar o tom nacionalista, que também impregnava os discursos em âmbito local.

Crônica de outubro de 1938 pode ser, no entanto, considerada a mais enfática e o maior exemplo de defesa de um regime democrático. O tema foi a Revolução Mexicana, de Lázaro Cardenas, elogiado por vir do povo e não se valer de artifícios para conquistá-lo:

Na América Latina há poucos homens tão simpáticos como Lazaro Cardenas, esse general com cara de índio que é presidente do México. Ele não é um desses que organizam formidáveis paradas em uniforme e governam em machado na mão. É um democrata. Democrata de verdade vindo do meio do povo. Não se considera semi-deus nem pensa que tem qualquer missão divina a cumprir. Sua missão é humana e ele a cumpre: melhorar a vida do povo mexicano. **Longe de tratar o povo como um padrinho ou um tutor.** Cardenas não tem o habito de fabricar a opinião pública de cima para baixo. Ele educa e obedece. Ensina o povo e aprende com o povo.

Braga continuou salientando as características democráticas do chefe político:

Homem simples e audacioso ele executa um programa corajoso de governo. E para executá-lo não abusa do poder. Por isso mesmo a estupidez reacionário tenta, de vez em quando derrubá-lo. (...) Sob seu pulso firme – e, entretanto leve – o México se transforma. Ele dá a toda a América um grande exemplo de democracia¹⁶⁶

Nota-se, mais uma vez, a alusão a movimentos de direita, como o nazismo e, no caso brasileiro, o integralismo, com seus desfiles, aparatos e a missão divina ao governar. Braga elogiava a forma como Cardenas governava, seu devotamento ao povo

¹⁶⁵ O homem da rua, *Diretrizes*, n. 14, mai. 1939, p. 17, grifo nosso.

¹⁶⁶ Grypho 7, *O Imparcial*, 18 out 1938, n. 1043, p. 5. grifo nosso.

mexicano e, ao mencionar que o governante é um grande exemplo de democracia para a América, explicitava sua posição política. Muito embora não trate diretamente do novo regime imposto, tampouco faz comentários diretos sobre o presidente Getúlio Vargas. As temáticas tratadas revelam as preocupações e posições adotadas por Rubem Braga.

A defesa da população humilde, que sofria com as consequências de decisões governamentais, foi frequente nas crônicas publicadas nos três veículos analisados, sem diferença na forma ou conteúdo dos textos que pareciam independentes do periódico. Já os comentários sobre a política econômica defendiam a nacionalização, investimento nas indústrias, a exemplo da mineração, tal como tratou no seu livro. As incertezas que rondavam o nosso possível alinhamento com a Alemanha, além de medidas governamentais antidemocráticas, foram temas muito presentes em seus textos, que se valeram de referências veladas para criticar e denunciar a realidade local.

2.3. Acontecimentos do pré-guerra

Nos anos iniciais de colaboração em *Revista Acadêmica*, *Diretrizes*, e no jornal *O Imparcial* foram marcados pela instauração do Estado Novo e por eventos que culminaram na Segunda Guerra Mundial. As expectativas, frente à situação na Europa, foram comentadas em muitas oportunidades e tornavam-se mais frequentes à medida que a eclosão do conflito parecia mais próxima.

Não somente as decisões políticas e diplomáticas do pré-guerra foram comentadas, mas também as consequências do conflito para a população europeia, a exemplo do texto publicado fora da seção *O homem da rua*, intitulado *Meninos massacrados do mundo*, apresentado pelos responsáveis da revista como “uma de suas páginas mais fortes contra o bombardeio das populações civis e de cidades abertas.”¹⁶⁷ Ele comentava a condição de populações civis, especialmente crianças e jovens, que viviam em países envolvidos em conflitos armados. O mote inicial foi o incidente

¹⁶⁷ No dia 10 de abril de 1938, durante a apresentação do filme *Criminosos do ar*, alguém gritou “fogo”, durante a última cena, na qual dois aviões trocavam tiros com outro aparelho comandado pelos bandidos. Imediatamente os espectadores, em pânico, começaram a correr para a saída. Na escada estreita, que dava acesso à rua, as pessoas acabaram pisoteadas. Houve trinta e uma mortes, a maioria de jovens entre oito e dezesseis anos. Entre os adultos, apenas uma mulher, que tentou proteger seu filho, faleceu. A criança salvou-se. O Oberdam tinha 1600 lugares e sistemas de segurança, considerados superiores aos de outras salas contemporâneas. Apesar da tragédia, o cinema voltou a funcionar e sobreviveu, ainda, por muitos anos. Em: <http://www.almanack.paulistano.nom.br/brascine.html>, ou, ainda: <http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano30.htm>, acessos em 21/07/2013

ocorrido no cinema *Oberdam* (São Paulo), em abril de 1938, quando trinta crianças morreram pisoteadas por conta de um falso alarme de incêndio.¹⁶⁸

A crônica prosseguia traçando um paralelo entre a tragédia ocorrida em São Paulo e a vida de crianças em países afetados por guerras. Na imagem do escritor, todos os pequenos se encontrariam no céu e partilhariam suas experiências, intermediadas por “um anjo intérprete”. As crianças brasileiras interagiriam com outras provenientes da Espanha, China e Abissínia, ou seja, países atingidos por movimentos de direita ou por ações de cunho imperialista. Fica claro, portanto, que as escolhas não eram feitas ao acaso, antes resultavam de cuidadosa seleção do escritor.

A primeira referência de Rubem Braga foi às cidades da Espanha, vítimas dos bombardeios das tropas de Franco, apoiadas pelo governo nazista de Hitler, no contexto da Guerra Civil (1936-1939):

No céu os trinta meninos do Braz vão se encontrar com os meninos que o fascismo brutal matou na Espanha. Os pequenos espanhóis contarão coisas da guerra aos trinta garotos brasileiros. E eles ficarão contentes, ouvindo as histórias como se estivessem assistindo a outro filme. Um filme que podia ter o mesmo nome daquele do Cine Oberdam: ‘Criminosos do Ar’. Mas, que nos jornais de Salamanca, de Roma, de Berlim, têm outro nome: ‘Heróis do ar’. (...) ¹⁶⁹

A crise das relações internacionais, a fraqueza da política externa da França e da Inglaterra, que cederam a todas as solicitações alemãs – os sudetos, a Áustria, a Tchecoslováquia – e silenciaram diante do desrespeito aos tratados internacionais, tudo em prol de garantir uma paz cada vez mais frágil. Afigurava-se ao expectador contemporâneo, como um atestado da força das ideologias de direita, que se expandiam para além da Europa.¹⁷⁰

O autor também colocou em contato os meninos do Brás e os garotos da China, que “contarão como são lindos os aviões japoneses e como é doce a música dos canhões despejando fogo sobre as cidades pobres da China”, em óbvia referência à Guerra Sino Japonesa (1937-1945). Por fim, os pequenos topariam com crianças da Abissínia (na África, atual Etiópia) que, de acordo com Rubem, “contarão lindas histórias de bombardeio de aldeias e palhoças”. Cumpre lembrar que o país foi vítima das tropas da

¹⁶⁸ *Diretrizes*, n. 2, mai. 1938, p. 2.

¹⁶⁹ *Meninos Massacrados do Mundo*, *Diretrizes*, n. 2, maio 1938, p. 14

¹⁷⁰ (...) as linhas cruciais nesta guerra civil não foram traçadas entre o capitalismo como tal e a revolução social comunista, mas entre famílias ideológicas de um lado, os descendentes do Iluminismo do século XVIII e das grandes revoluções, incluindo, claro a russa; do outro, seus adversários. Em suma, a fronteira passava não entre o capitalismo e comunismo, mas entre o que o século XIX teria chamado de “progresso” e a “reação”. Ver: HOBBSAWM, Eric J. *Op. cit.*, p. 145-146.

Itália fascista em outubro de 1935. Por fim, a figura do “anjo intérprete” torna-se desnecessária, uma vez que “todos os meninos massacrados do mundo conversarão a mesma língua, a língua dos meninos massacrados do mundo”. É clara a preocupação de colocar em evidência a violência das guerras, que vitimava indiscriminadamente os civis.

No mesmo número que acolheu a crônica de Braga, em outro texto, *A psicose da guerra*, de responsabilidade da redação e publicado na seção *Instantâneos*, denunciou-se o crescimento do poder bélico nos países europeus e destacou-se o volume de dinheiro gasto por países como Itália, Alemanha e Rússia, atitude que foi caracterizada como um “ato de pura insânia política”, já que estes países enfrentavam dificuldades econômicas. Afirmava-se que havia uma “epidemia da mania de guerra”, que se espalhava por “países totalitários”. O artigo alertava para um provável conflito, em escala mundial:

Quem deseja a guerra? Ninguém o sabe ou pelo menos finge sabê-lo. Todos, ditadores ou parlamentares, soldados ou civis, todos proclamam a necessidade de paz. Mas os orçamentos crescem para a necessidade da guerra! Até os países mais pacifistas do mundo estão agora incrementando a sua indústria.¹⁷¹

A crônica de Rubem Braga e o artigo complementavam-se de maneira a suscitar questionamentos quanto à situação política do momento, além de evidenciarem o constante diálogo entre os textos que compunham a revista.

Os textos de Braga dialogavam e articularam-se para além dos limites de um único periódico. Assim, a primeira crônica do *Grypho 7* também tratava da violência dos conflitos que atingiam as crianças na Europa. Braga inflamava-se com a morte de crianças inocentes em nome de uma suposta limpeza étnica e do estabelecimento de uma raça pura. Da mesma forma, comentou a respeito dos aviões que disparavam suas armas sobre as crianças:

Que fazem os aeroplanos? Eles não são como colibris que beijam as flores, nem como os urubus que procuram carniça. São estranhas aves. Na Espanha desvairada eles salvam a civilização ocidental matando crianças e arrebatando os subúrbios pobres. Um técnico alemão escreveu, numa revista, que o bombardeio aéreo, tal como se faz na Espanha é muito higiênico. Visando os subúrbios pobres, como fazem os aviões estrangeiros nas cidades democráticas da Espanha, esses bombardeios matam a parte mais pobre da população. (...) O aviador alemão se esquece de que a parte mais pobre da população é

¹⁷¹ Sessenta e um países gastaram, em 1936, \$10.730.000.000 com armamentos. Na Europa, 29 países despenderam mais de \$8.880.000.000, ou seja, mais de três quartos do total geral. Deste valor, apenas Itália, Alemanha e Rússia aplicaram \$6.434.000.000 com armamentos, ou seja, 72% do total europeu. Ver: *A psicose da guerra*. Seção *Instantâneos*. *Diretrizes*, n.º 2, maio 1938, p. 40.

exatamente a que sustenta a mais rica. (...) Os aviões que civilizam a infância chinesa e a infância espanhola, quem os derrubará? ¹⁷²

Talvez um dos textos mais líricos e que evidenciam o compromisso com a denúncia da violência e da estupidez seja a crônica *Franco e Deus*, publicada em julho de 1938, na *Revista Acadêmica*. A aproximação do Papa Pio XI com o espanhol Franco indignou o cronista e acusou o religioso de omitir-se diante das ameaças de guerra. O cronista, que nunca escondeu seus problemas com a Igreja Católica, manifestava seu despreço à instituição. O mote foi o encontro entre José Janguas, embaixador da Espanha no Vaticano, com Pio XI. Vale reproduzi-la, apesar de longa:

Sua Santidade o Papa Pio XI, recebeu na sala do Trono, a visita de sua excelência, o Dr. José Janguas, embaixador junto ao vaticano do governo do excelentíssimo Senhor General Francisco Franco.

O representante Franco e o representante de Deus trocaram amenidades. Houve palavras de ternura. Nessa conversa, entre Franco e Deus, este último se portou de tal maneira que quando Janguas voltar a Espanha e Franco lhe perguntar: - Então, que tal Deus? Janguas responderá: Deus? Uma dama. De fato, se Deus não é uma Dama, o Papa e Ele “manifestou a sua simpatia pelo general Franco”. Ficou muito agradecido, pois Franco prometeu fazer reparações dos danos causados a Igreja na Espanha”. Disse que “ansiava pela paz” acrescentando logo , para evitar mal entendidos, que “o general Franco deveria certamente sentir um enorme prazer em marcar esse dia”.

Para que o Papa não morra de ansiedade, Franco, bom católico, pedirá a Mussolini mais canhões, a Hitler mais aviões de bombardeio, a Juan March mais dinheiro. Assim a paz virá mais depressa.

É preciso matar com velocidade, matar tudo o que for possível, assim virá a Paz. É preciso matar não só os operários que defendem a República, mas também as mulheres e os meninos. Com as mulheres pobres gritando, com os meninos chorando, não haverá paz. E o Papa quer a paz. (...) Acaso haverá paz enquanto houver o povo? É preciso massacrar o povo. Os que sobraem ficarão calados, absolutamente calados, e assim haverá Paz. O Papa suspira e geme pela Paz. O Papa pela paz geme e suspira. Nos hospitais há homens gemendo, urrando de dor. Bombas sobre os hospitais! Terá paz o mutilado e terá paz a enfermeira, e assim também o Papa terá paz. (...) ¹⁷³

Correspondência da Itália, outra crônica publicada fora da seção *O homem da rua*, veio a público em setembro de 1938 e transcrevia suposto telegrama, que dava conta de uma cerimônia de juramento da bandeira tricolor do Partido Nacional Fascista, que contou com a presença de quinze mil jovens. A solenidade foi comandada pelo secretário do partido, Achille Starace, que “incitava os jovens a amar as armas, para

¹⁷² Grypho 7, *O Imparcial*, 1 set 1938, n. 1003, p. 5

¹⁷³ Franco e Deus, *Revista Acadêmica*, n. 37, jul. 1939, p. s/n.

poder usá-las mais tarde”. Starace, de acordo com a crônica, aproximou-se de Mussolini quando este lhe ofereceu uma gravata. O presente foi aceito e teria motivado a seguinte declaração: “Essa nossa vida em comum – (...) – sob a tenda, fortalecerá os músculos e, se isso for necessário tonificará o **espírito**.”¹⁷⁴

De fato, Rubem retomou a frase de Starace para questionar a forma como o termo espírito era mobilizado pelo regime fascista:

Não, não creio que seja necessária, nem mesmo conveniente. O melhor é deixar de lado esta questão do espírito. Para bombardear aldeias de negros na Abissínia, ou cidades abertas na Espanha, o espírito não faz grande falta, e talvez mesmo chegue a atrapalhar. Para levantar o braço direito também não é muito necessário o espírito; bastam alguns músculos. Para gritar “eia, eia, alalá”, bastam algumas cordas vocais. (...)

Em evidente contradição com o discurso do regime, o cronista prossegue:

Onde o espírito faz efetivamente falta é na questão do amor. Se mandam um jovem amar o mar, as flores, a beleza da terra, o movimento da vida, ele não precisará de espírito. Basta-lhe ser jovem. Se mandam um jovem amar uma jovem ele também não precisará de espírito. (...) No que se refere aos homens, eles amam também muitos sentimentos, que acham belos tais como o desprendimento, a audácia, a bondade, a justiça. Para isso não necessitam de grandes doses de espírito.

A reflexão termina, de forma contundente:

E quando acabar a pantomima talvez falte espírito para olhar de frente a tragédia. E quanto mais arredarem os olhos dela, mais visível ela será. Mais os canários e os elefantes continuarão, e o homem também continuará, porque a vida salta sobre tudo e avança. A vida não olha as bandeiras nem ouve os discursos: ela marcha debaixo do sol, da lua, da chuva, das estrelas e dos bombardeios.¹⁷⁵

O tom de denúncia era perceptível no comentário sobre a consolidação do movimento fascista na Itália, o que pode ser entendido como uma forma de alertar, de modo indireto, para os perigos desse tipo de regime, com o qual o país flertava.¹⁷⁶ Vale ressaltar, ainda, uma charge reproduzida no final da página que continha o texto de

¹⁷⁴ Sabe-se que, na década de 1910, o filósofo Giovanni Gentile escreveu a respeito do idealismo atualista, que tinha como pretensão superar dialeticamente todas as oposições políticas, sem suprimi-las. Estas reflexões estiveram na base, posteriormente, do pensamento fascista e influenciaram diretamente Mussolini na elaboração dos fundamentos do movimento, que abraçava uma concepção religiosa de vida, portanto, espiritualista, antiindividualista e totalitária.

¹⁷⁵ Correspondência da Itália, *Diretrizes*, nº 6, set. 1938. p. 21.

¹⁷⁶ Com relação à influência do regime em países fora do continente europeu, Hobsbawm afirma que: “Se havia um modelo no mundo a ser imitado por políticos promissores de um continente que sempre recebera inspiração das regiões culturalmente hegemônicas, esses líderes potenciais de países sempre à espreita da receita para tornar-se modernos, ricos e grandes, esse modelo certamente podia ser encontrado em Berlim e Roma, uma vez que Londres e Paris não mais ofereciam muita inspiração política, e Washington estava fora de ação.” Ver: HOBBSAWM, Eric J *Op cit.*, p, 137.

Rubem e, na qual, Mussolini dizia a Hitler: “A melhor camuflagem, meu caro Adolf, ainda é o ramo de oliveira...”; alusão à religião como forma de legitimação do regime fascista. Além disso, a charge evidencia outra maneira de se criticar o regime. Dessa vez, por meio da caricatura e do humor, que, entretanto, não diferia do conteúdo do texto de Rubem Braga.

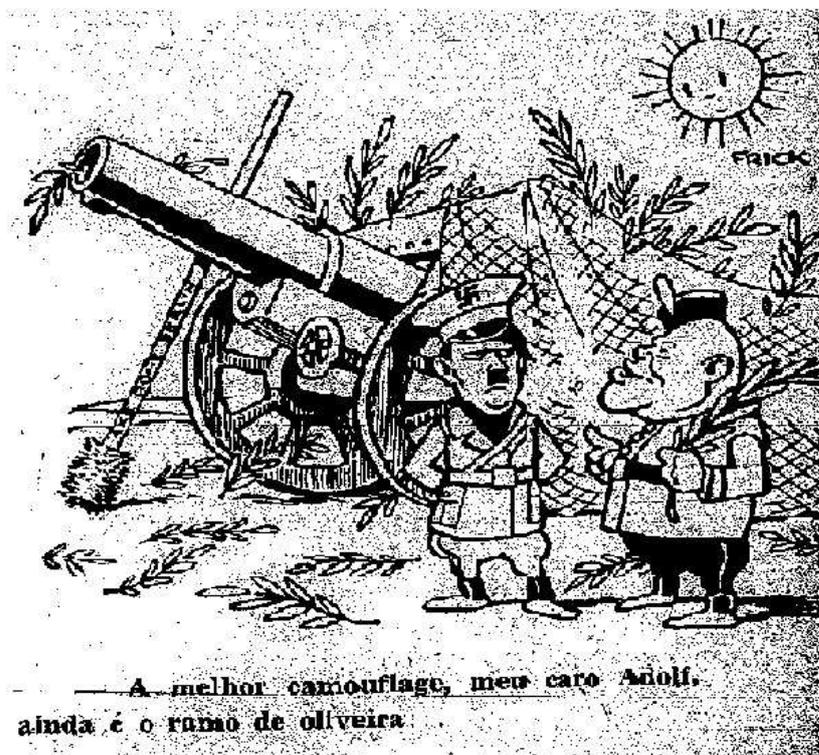


Figura 13. Correspondência da Itália, *Diretrizes*, n. 6, set. 1938. p. 21.

Assim, logo na primeira crônica do ano de 1939, evidenciava-se a preocupação diante das querelas européias:

No Brasil, segundo o Barão de Itararé, quem não chora não mama. Na Europa é diferente: quem não berra não mama. Hitler não berrou e não mamou? Pois então Mussolini esta berrando e quer mamar. Quer mamar na França. É grave! Está fazendo igualzinho ao outro: fechando a cara, mostrando os dentes e falando em guerra. A Inglaterra pode ficar com medo, a França pode fazer um “sacrifício pela paz” em qualquer munich. Essa gente é assim: se faz de louca para ganhar a vida. Pode ser que outra gente resolva se fazer de louca para não perder a vida. O Duce já vê o biquinho rosado no seio branco de Marianne se aproximar da sua bocarra. Até quando berrarão os mamarões e até quando mamarão os berradores?¹⁷⁷

¹⁷⁷ O homem da rua, *Diretrizes*, n. 10, jan. de 1939, p. 7.

É evidente a posição contrária ao pacto de Munique, sobretudo porque o acordo ocorreu entre países que não professavam as mesmas posições políticas. Mais especificamente, a crítica era dirigida aos líderes políticos da França e da Inglaterra, aspecto abordado em várias oportunidades como se vê no texto de abril:

Ah! Mas isso não fica assim! O Sr. Daladier recebeu plenos poderes! Assim ficou com a mais ampla liberdade de movimentos para quem bem entender. O que o Sr. Daladier entende fazer é o seguinte: cruzar os braços.¹⁷⁸

No entanto, o tom mais ácido foi reservado ao chanceler britânico, Chamberlain, defensor de uma política de apaziguamento em relação à Alemanha, postura que ele julgava capaz de assegurar a paz. Em janeiro, sátira d'*O homem da rua* provocava o Chanceler:

Na Argentina apareceu um engenheiro que diz que pode fazer chover. Ele tem um aparelho que atrai as ondas eletromagnéticas. Não sei o que essas ondas arranjam no ar e nas nuvens que la vêm água. Ele já fez chover num lugar do interior. O diretor de Meteorologia de Buenos Aires caçoou dele e disse que é mentira. Agora ele vai a Buenos Aires fazer chover lá. Se o negocio der certo eu vou comprar um aparelho desses e vou para Londres, só para me divertir com o Sr. Chamberlain e seu guarda-chuva. Mando uma chuvinha; ele abre um guarda-chuva; mando um chuvisco enviesado e ele vira o guarda-chuva; ordeno uma boa tempestade. Quando ele abrir depressa o guarda-chuva em posição de defesa desvio a chuva para frente. Depois eu desligo o tempo suficiente para ele tornar a fechar e mando um temporal concêntrico, por traz, pela frente e pelos lados, e assim por diante até o guarda-chuva enguiçar e o Sr. Chamberlain ficar nervoso.¹⁷⁹

No número seguinte, Rubem voltou à carga e explicitou a verdadeira opinião do Chanceler frente a um possível conflito:

O Sr Chamberlain fez um discursos citando Shakespeare um pedacinho que diz assim: “Levantem-se em armas contra nós Os quatro cantos da terra. E destroçalo-emos” Isso foi o que escreveu Shakespeare que não tem culpa nenhuma de ser citado pelo Sr. Chamberlain. Na intimidade o Sr. Chamberlain recita: “Levantem-se em armas contra nós Os quatro cantos da terra. E nós faremos os quatro cantos de Munich (com cada um deles)”¹⁸⁰

N'*O Imparcial*, a crônica também criticou Chamberlain e valeu-se dos mesmos artifícios para ironizar o acordo:

¹⁷⁸O homem da rua, *Diretrizes*, n. 13, abr. 1939, p. 7.

¹⁷⁹O homem da rua, *Diretrizes*, n. 10, jan. 1939, p. 7.

¹⁸⁰O homem da rua, *Diretrizes*, n. 11, fev. 1939, p. 7.

O Sr. Chamberlain abriu o guarda-chuva – e o Sr. Daladier correu para se abrigar. Deixaram no meio da tempestade o Sr. Benes. O Sr. Hitler coloca na testa os chifres do deus Wotan: e lança coriscos sobre o mundo. Nem o Sr. Chamberlain nem o Sr. Daladier se lembraram de meditar que um Wotan de bigodinho pode não ser exatamente um Wotan. E, além do mais, guarda-chuva não é para-raios. Eis aqui um pensamento grave que vou botar num envelope e mandar para Dowing Street, 10. (...) O Sr. Chamberlain se encolhe sob seu guarda-chuva. Eu me recolho a Chiquinha. Até amanhã senhores.¹⁸¹

Noutra crônica do mesmo mês, Chico criticou o pacto e, mais uma vez, recorreu à metáfora das oliveiras, tal como na crônica publicada no mês anterior em *Diretrizes*:

(...) Mas tratados são farrapos de papel e palavras são farrapos de som. O papel virá e o som se perde no ar. Porque a paz e a guerra nem sempre são uma questão de boa vontade: e frequentemente não são sequer uma questão de vontade. (...) O medo fecha as bocas e faz cruzar os braços. Mas de boca fechada e braços cruzados a humanidade apodrece. E mesmo sem apodrecer ela reage, mesmo sem pensar nisso, porque as forças da vida são maiores do que qualquer força. **A democracia não é apenas um ideal de vida: é principalmente uma condição de vida.**

E, então, continuava:

Vamos beber alegremente cerveja em Munich. Bebamos e cantemos, que foi feita a paz. Mas, não bebamos demasiado: não nos embebedemos com chá de oliveiras. Que na verdade o que bebem aqueles homens não é cerveja: é chá feito com raminhos de oliveira que a pomba da paz levou no bico. Mas, não esqueçamos a grave advertência que nos fez ontem o Sr. Barão de Itararé: a pomba da paz é uma galinha morta.¹⁸²

Em mais de uma oportunidade, o cronista também expressou sua posição em face dos regimes de extrema direita, geralmente por meio de comentários que ironizavam os preceitos dos regimes nazifascistas. Em agosto de 1938, escreveu:

Agora ficou resolvido que italiano não é mais latino: é ário-nórdico. Está certo. Passe bem. E divirtam-se. Nós por aqui continuamos meio latinos, meio pretos e meio índios. Apenas pedimos aos senhores ário-nórdicos que não se metam mais aqui, cavando concessões e ajudando ‘putsch’. Somos uma raça misturada e inferior. Tenham a fineza de não de misturarem conosco. Vão para o diabo ário-nórdico que os carregue.¹⁸³

Nota-se que o cronista enfatizava a heterogeneidade da raça brasileira e ironizava, ao apresentá-la como inferior, sem deixar margens para dúvida de que da

¹⁸¹ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1019, 20 out 1938, p. 5

¹⁸² Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1029, 1 out 1938, p. 5 grifo nosso.

¹⁸³ O homem da rua, *Diretrizes*, n. 6, ago. 1938, p.7.

ideia de que toda a população alemã compactuava com os preceitos nazistas. Em setembro de 1938, exatamente um ano antes do conflito mundial, Braga brincava com o relato de um suposto amigo que afirmava que todo o alemão é nazista:

O Sr. Schultzwzhzscheizurz pai de família ultra-nazista , ensina ao filho o que ele deve dizer depois do almoço:

- Diz assim meu filho: ‘Graças a Deus e a Hitler comi este almoço’

- E depois do jantar, papai?

- Diz assim meu filho: ‘Graças a Deus e a Hitler comi este jantar’

- E depois do café, papai?

- Diz assim meu filho: ‘Graças a Deus e a Hitler bebi este café’

O garoto pensou um pouco e depois perguntou:

- E quando Hitler morrer?

-Ai, meu filho, você diz apenas: “Graças a Deus!”¹⁸⁴

Por fim, vale ressaltar a constante preocupação de Rubem em exaltar a democracia e os Estados Unidos. Favorável ao alinhamento do Brasil com os irmãos do norte, ele não se furtava a arrolar as vantagens do regime democrático, que aspirava ver implantado aqui:

Os governos cuidam de incrementar a produção de utilidades, de garantir a expansão da indústria, do comércio e da lavoura. E cuidam também de fazer justiça social, defendendo a grande massa do povo contra a exploração dos ‘trusts’. Promovem a educação de toda gente, a higiene, a segurança, o bem estar. E deixam as coisas do espírito a cargo dos espíritos. Pode ser que isso seja materialismo. Antes esse materialismo que aquele idealismo que consiste em avançar na terra dos outros em arrebanhar o palácio dos arcebispos, em impor crenças e opiniões com machados e fuzil. (...) **Sem perder sua liberdade de pensar e agir , os americanos alegremente construíram um país forte- exatamente o mais forte do mundo. Seus homens do governo não precisam esbravejar como loucos , nem se dar ares de deuses, nem massacrar inimigos políticos, e hipnotizar as multidões uniformizadas e escravizadas.**¹⁸⁵

Os textos sobre essas temáticas evidenciam a constante preocupação e receio do cronista com as consequências da ascensão de regimes de extrema direita. Por meio de crônicas que criticavam a posição de países democráticos, passivos diante das investidas alemãs, espanhola e italiana, e a omissão da Igreja Católica, representada pelo Papa Pio XI, é nítida a forte oposição de Braga à posição política dominante.

A defesa da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, país democrático por excelência, para Rubem Braga, apareceu não somente em crônicas que tratavam da

¹⁸⁴ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1017, 17 set 1938, p. 5

¹⁸⁵ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1038, 12 out 1938, p. 5. Grifo nosso.

guerra, mas em todas as oportunidades que o cronista teve de abordar o assunto. A preocupação com a situação brasileira é evidente, especialmente naquele momento em que o regime, recém instalado, exibia características que o aproximava dos governos antidemocráticos.

A inquietação – e mesmo consternação – do cronista, diante do primeiro ano de vigência do Estado Novo, pode ser avaliada no seguinte trecho:

Ando meio desconfiado com esse Ano Novo de 1939. Afinal de contas ele é filho do ano de 1938. Vamos ver si é um pouco mais decente do que o pai. Porque o pai – francamente! Um turista impertinente que foi a Belo Horizonte disse que a melhor coisa que existe lá é o trem das 7 – o trem que vai para o Rio. Injustiça. **Justiça é dizer que o melhor dia de 1938 é o dia 31 de dezembro.** Em todo caso, como sou um rapaz bem educado desejo a todos um Feliz Ano Novo, com muita saúde, muitas viagens, muito vinho e muito amor. É o que sinceramente desejo a todos. Isto é: a todos não. Não é possível. Naturalmente alguém tem de se estrumbicar. Que se estrumbiquem meus inimigos. Antes eles do que eu, que já vivo bastante estrumbicado. Que a mais negra estrumbicação atinja meus adversários.¹⁸⁶

Diante de tais considerações, pode-se concluir quais eram as suas principais inquietações e os caminhos que Braga escolheu para tecer críticas em suas crônicas. Seus textos, muito ligados aos acontecimentos de seu tempo e produzidos no calor dos fatos, permitem elucidar o que mais chamava a atenção de Rubem Braga. No início de 1938, os assuntos selecionados eram o movimento integralista e as duas tentativas de golpe. A sua reação, patente nas crônicas publicadas nos três veículos, permite dimensionar a insegurança e a instabilidade do momento, bem como a importância que o cronista deu ao tema, tanto que a última crônica que tratou da AIB foi escrita em janeiro de 1939, após a prisão de Plínio Salgado e dos líderes integralistas - quase um ano depois da tentativa de *putsch*, os camisas verdes ainda o preocupavam.

Além disso, durante o ano de 1938 e parte do seguinte, a situação social e econômica foi tema frequente nos seus textos, muitos dos quais se esforçavam por trazer ao centro da cena os humildes, os trabalhadores e todos os que viviam à margem da sociedade. Nessa toada, evidenciou as condições de vida e de infraestrutura nas cidades, sobretudo a capital do Brasil Novo. Esses tipos de críticas tinham que ser feitas por meio de subterfúgios, criando personagens e situações, que o afastavam da objetividade, mas criavam a possibilidade de tomar posição, ainda que essa aparecesse no meio dos textos, entre assuntos aparentemente banais.

¹⁸⁶ O homem da rua. *Diretrizes*, n. 10, jan. 1939, p. 7. grifo nosso.

Ao longo de 1939, ganhou força a inquietação diante do cenário internacional, que parecia tornar inevitável um conflito de grande envergadura. Esses textos mostram, com clareza, o posicionamento político do literato, uma vez que ele procurou explicitar, constantemente, suas diferenças em relação aos regimes nazifascistas. Inúmeras vezes, atacou-os e a situação vivida em países da América Latina, como no caso da Bolívia. Ao mesmo tempo, não escondeu a simpatia pela democracia e os preceitos liberais, ao elogiar a aproximação do Brasil com os Estados Unidos e sua política da boa-vizinhança, sempre que se apresentava a oportunidade.

Por fim, é necessário ressaltar que, mesmo colaborando em periódicos de linhas editoriais diferentes, Rubem Braga seguiu e manteve coerência em suas crônicas, muitas vezes abordando o mesmo assunto, mas que nota-se diferença na forma de abordá-las, por meio da construção dos textos. Além disso, a crítica ao regime e a Vargas, mesmo não sendo explícita, efetuava-se nas entre linhas, via crítica à situação internacional.

CAPITULO 3

Conselhos de Braga: intelectuais, literatura e imprensa no Estado Novo.

(...) Escolheste paraninfo um homem sem partido, sem religião, sem profissão de fé, um desses franco atiradores fora de moda a que os de direita chamam, com respeito, de literato anarcoide, e os da esquerda chamam, com desprezo, de individualista pequeno burguês; uns e outros provavelmente com razão; o que vos trago, não é, portanto, orientação. Nem conselhos.¹⁸⁷

¹⁸⁷ Rubem Braga *Apud* RIBEIRO, Carlos. *Rubem Braga um escritor combativo. A outra face do cronista lírico*. Rio de Janeiro: Booklink, 2013, p. 77.

Os questionamentos levantados por Braga, durante os anos de 1938 e 1939, permeiam diversas temáticas políticas, sociais e culturais. No entanto, o assunto que mais chamou atenção e que apareceu em maior quantidade nas crônicas, em geral, foi aquele voltado ao papel dos intelectuais, da imprensa e da literatura no contexto do início do Estado Novo.

Em *Diretrizes*, o assunto foi abordado durante praticamente seis meses, na *Acadêmica*, apareceu sob o formato de respostas a inquéritos e, n'*O Imparcial*, foi o veículo em que esse assunto teve maior frequência, totalizando trinta e três crônicas.

Interessante ressaltar que, embora tenha escrito durante o mesmo período nos três veículos, notou-se que, durante o ano de 1939, o cronista diminuiu, significativamente, sua colaboração nos periódicos, sobretudo n'*O Imparcial*, em que colaborou diariamente. Ao compararmos com o primeiro ano de colaboração no jornal é possível notar a diferença: enquanto publicou no ano de 1938, um total de 4 meses, Chico ficou apenas 22 dias sem escrever, já em 1939, quando colaborou por 6 meses, o cronista ficou 58 dias sem escrever.¹⁸⁸ Na *Acadêmica* notou-se, claramente, a diferença: enquanto publicou quatro crônicas, um trecho de *A questão do ferro* e respondeu a dois inquéritos, no ano de 1939, Braga colaborou com duas crônicas, sendo uma inacabada e apresentada pela redação, além de apenas uma resposta a inquérito. Foi somente em *Diretrizes* que o cronista colaborou, interrompemente, nos dois anos.

Sabe-se que Rubem Braga deixou o Rio de Janeiro com destino a Porto Alegre, em julho de 1939, encerrando sua colaboração nos três veículos, mas não se tem certeza o motivo pelo qual o cronista mudou-se tão abruptamente.¹⁸⁹ A análise detida das fontes mostrou que boa parte dos textos do ano de 1939 concentraram-se no papel do intelectual e da imprensa, bem como a situação do campo literário naquele momento.

Tais preocupações eram temáticas constantes e relevantes, pois se inseriam no calor do momento, em que o papel do intelectual era questionado diante de uma nova política cultural. Nesse sentido, tratou-se de analisar essas crônicas de forma a mapear a concepção de Braga de intelectual, engajamento e o lugar do jornalis(ta)mo.

¹⁸⁸ Maio de 1939 foi o mês em que Chico menos colaborou no jornal, ficando 17 dias sem escrever. Vale ressaltar que estes dias se alternavam e somente algumas vezes foram dias corridos sem crônica. Ver Anexo III.

¹⁸⁹ Na biografia de Braga *Um cigano fazendeiro no ar* o motivo foi da ida à Porto Alegre foi a gravidez de Bluma Wainer, a mulher de Samuel Wainer. No entanto, dicionários literários afirmam que Braga estaria fugindo da polícia política. Fato é que o cronista foi detido ao chegar na capital, como relata seu colega, o jornalista Carlos Reverbel na introdução do livro *Com a Feb na Itália*.

3.1 “Extraordinário automatismo”: o ofício do jornalista e a censura no Estado Novo.

Embora tenha escrito por menos vezes no ano de 1939, as crônicas deste período carregam crítica mais ácida e pesada à conjuntura que envolvia a imprensa e os intelectuais ao seu redor. Nota-se que estes textos testemunharam a intensificação da censura e pareceram demonstrar certa indignação de Braga com a condição do jornalista, escritor, enfim, do intelectual, em si, naquele contexto.

Em maio de 1939, a crônica de Braga apareceu como uma espécie de depoimento sobre sua concepção a respeito do que era a imprensa e qual era seu papel. Interessante notar que, embora a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda date de dezembro de 1939, o descontentamento com a situação na qual se encontravam os impressos em geral ficou claro em seu texto:

Escrevendo outro dia para um jornal que fazia anos, andei falando do mistério específico do jornal. Em tempos de crise, de agitação, de desorganização à vezes acontece que até a meia noite não existe na redação de um matutino uma só nota redigida e nas oficinas não há um só operário. Surge a pergunta: - Como é que o jornal vai sair amanhã?

Não há dinheiro, não há papel, não há tinta, não há gente. Entretanto, eu já conheci várias destas situações como outros jornalistas conheceram. E nós sabemos por uma estranha experiência que no dia seguinte o jornal sai!

Depois que vive um certo tempo o jornal adquire um extraordinário automatismo. Dir-se-ia que sobre as personalidades dos redatores, dos revisores, do secretário, dos linotipistas, dos distribuidores, de toda a gente, fica existindo a personalidade do jornal, e que ele se faz por si mesmo. Às vezes o diretor, com o apoio de todo o pessoal quer modificar o feitio ou a orientação do jornal e “ele” resiste. Quando um jornalista se apaixona por um jornal, pode ser inimigo de seus proprietários, de seu redator chefe, de toda a turma, mas persiste preso ao jornal, ganhando pouco ou nada por uma espécie de amor mais absurda que qualquer outra. (...) Em nenhuma outra profissão, como nessa de homens sépticos existe um misticismo tão profundo – misticismo que se disfarça sob o nome de cachaça – a cachaça do jornal.

Ora, eu creio que a origem de todos estes e de muitos outros tão grandes mistérios do jornal é que o jornal não é apenas a associação dos que o fazem e das coisas materiais necessárias para fazê-lo. Pela sua própria natureza ele participa também da existência geral, do sentimento do povo, que o penetra, que o impressiona, que faz parte dele. É uma coisa pública, propriedade de comum ao moleque de rua e ao gerente ao ladrão de galinhas e ao arcebispo. Do jogo de ação e reação entre o pessoal do jornal e o público que se alimenta essa personalidade superior do jornal, composta tanto pelos que o fazem como pelos que leem. E “ele” existe em virtude desse compromisso. Daí seu inelutável destino democrático.

Controlar inteiramente um jornal, mesmo para o mais poderoso homem ou grupo de homens, só deixa de ser impossível quando começa a ser útil – quero dizer, quando o jornal deixa de ser jornal para ser um papel escrito, um boletim, qualquer coisa triste e sem alma, sem essa estranha alma de jornal feita de amarguras e aleluias de todos e ninguém.¹⁹⁰

Nota-se que, para Braga, a paixão e o comprometimento pelo jornal, veículo autônomo das posições de seus integrantes, justificava a permanência num empreendimento contrário à posição política de um jornalista, por exemplo. Nesse trecho é possível pensar que o cronista faria referência a sua situação n’*O Imparcial*. Mais do que isso, o texto apresenta crítica direta à ideia de imprensa instituída a partir do golpe de 1937.

Os efeitos da censura são notados pela falta de crônicas, especialmente em *Grypho 7*. No mesmo mês o cronista justificou-se:

Tenho escrito poucos grifos ultimamente. Agora acontece que uma senhora reclama: e como essa senhora nada possa negar, cá estou eu. Trata-se de uma senhora bem poderosa em meu coração; pois não é pouco poder me obrigar a escrever no presente momento. No fundo esse pobre Chico, como qualquer outra pessoa que escreve gosta de ser lido, mas não gosta de escrever. E isso por aquele mesmo motivo pelo qual gosta de ganhar dinheiro, mas não ama trabalhar. Não é propriamente preguiça. É uma convicção íntima de que afinal de contas neste mundo há tanta e tanta coisa para se fazer que pouco adianta o trabalho de mais um Chico ou menos um Chico. (...) ¹⁹¹

O texto irônico, como de costume, buscava atribuir a pouca contribuição no jornal a certa falta de vontade de escrever. Em depoimento, quatro anos depois, ainda sob o governo estadonovista, Braga comentou sobre a dificuldade dos intelectuais em exercer seu ofício:

Pergunta-se se “a nova geração encontrou grandes problemas não solucionados pelas gerações passadas” e se eles “são de molde a dificultar e impedir a atividade intelectual da nova geração brasileira”. Sim, dificultam muito, e, em certos casos, impedem. No meu caso pessoal, se essas dificuldades não conseguiram alterar o espírito geral dos meus escritores, tiveram, entretanto, uma profunda influência sobre o desenvolvimento de uma obscura carreira. **Há vinte e cinco anos passados os moços do modernismo escreviam praticamente tudo que lhes dava na telha (...) eles viviam na Pasargada. Muitos moços de hoje não podem dizer o que querem com a clareza que estimaram. Em certos casos, para poder dizer uma pequena coisa que sentem necessidade de dizer, são obrigados a fazer rodeios penosos e às vezes mesmo a dizer, sem sinceridade, outras coisas,**

¹⁹⁰ *Grypho 7*, *O Imparcial*, n.1213, 4 mai 1939, p. 4.

¹⁹¹ *Grypho 7*, *O Imparcial*, n. 1136, 31 mai 1939, p. 4

acessórios. Isso é mau. O recado fica pela metade e às vezes não pode ser entendido ou, o que é pior, mal entendido. E quando não se pode dizer o que se quer, resta o consolo de não se dizer o que não se quer. Isso mesmo demanda um pouco de heroísmo, tratando-se de pessoas cuja profissão consiste exatamente em dizer coisas, e não satisfaz, porque, no meio dessa barulheira de hoje, ninguém escuta o silêncio. De resto os oços são de natural tagarelas.¹⁹²

Ainda nessa perspectiva o escritor relembrou, na década seguinte, a situação dos escritores no Estado Novo:

De seis crônicas que eu fazia por semana não pareciam mais que duas, ou três. E estas eram fracas e mofinas, pois a censura tem isso de odioso e degradante, que ela acaba se instalando dentro da gente. Se a liberdade é coisa tão preciosa, e vasqueira e delicada que mesmo dentro de nós cada um deve conquista-la, nada me parece mais monstruoso e me repugna com mais força do que suprimi-la com a censura. **Para outros isso pode ser uma questão teórica, e há quem se deleite em comparar o valor da liberdade com o da justiça ou da ordem; para quem escreve liberdade é ar de respiração, é água de beber, é tudo.**¹⁹³

Os relatos mostram o pessimismo e o desânimo diante da situação vivida pelos intelectuais e, principalmente, pelo próprio Rubem naquele contexto. Escrever sob a pressão da censura e ser contrário ao governo causava desconforto ao cronista, fato que refletia em seus textos.

Os apontamentos de Braga se estenderam, também, com a situação da profissionalização do jornalista. Essa ideia veio acompanhada da crítica à ética dos profissionais, talvez já indicando a condição pouco dotada de regras específicas.

A exemplo, tem-se crônica publicada, em dezembro de 1938, na revista *Diretrizes*. A crônica iniciou-se com o relato da história de um português, João Abreu, morador do Bangu, cuja mulher deu à luz a quatro crianças. O acontecimento chamou a atenção da imprensa, por se tratar de um fato inusitado. No entanto, com o passar do tempo, a notícia foi desmentida e o grande evento resumiu-se a um mero boato que ganhou as páginas dos jornais. A crônica prossegue, com ironia:

(...) Aliás, o pior dos nossos jornais não esta propriamente nas mentiras que eles dizem. Está nas verdades que eles não dizem.
(...)

¹⁹² NEME, Mário. *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre: Livraria O Globo, 1945, p. 95. Grifo nosso. Trinta depoimentos dados ao intelectual Mario Neme e publicados no jornal O Estado de S. Paulo foram reunidos posteriormente em livro em 1945. Neste inquérito, Neme questionou alguns literatos e intelectuais a respeito da situação intelectual do país, da cultura e a expectativa para o futuro da literatura, das artes e das ideias.

¹⁹³ *Apud* RIBEIRO, Carlos. *Op. cit*, p. 160. Crônica de maio de 1951. Grifo nosso.

Entretanto a gente entra num jornal e encontra, mais do que qualquer outro lugar, um grupo de homens reais e realistas, que sabem as coisas que acontecem e estão mais perto da verdade que o resto da população. Mas quando esses homens trabalham e saem do jornal, o jornal sai como aqueles quatro gêmeos do ventre da mulher de João Abreu. De quem é a culpa? Ponhamos a culpa na cachaça. Pois o profeta Isanduel disse: **“Os filhos desta geração são tal como perus aos quais deu o dono a beber cachaça, e se embebedaram e se fizeram prisioneiros de um círculo riscado no chão e se movem tontamente esperando o sacrifício. Assim são os filhos desta geração tais como perus bêbados.”** Se o profeta Isanduel não disse isso, a culpa é dele. E se algum leitor versado na Bíblia obtemperar que não exista um profeta Isanduel, então eu sou obrigado a responder: - Ah, muito bem! Faça o favor de ler a bíblia outra vez, e beba menos. E se não achar o profeta Isanduel, não vá ficar desesperado por causa disso. Continue a ler a Bíblia, continue a ler a Bíblia. Tem menos boatos que os jornais meu amigo, tem menos boatos! ¹⁹⁴

Questionava-se o papel dos jornalistas, uma vez que, por ocuparem posição privilegiada, próximos das notícias e dos fatos, não cumpriam sua função de mediadores entre a esfera política e as pessoas comuns. O tom de crítica ficou claro frente às analogias entre a sua geração e os “perus bêbados”, ou seja, que se curvaram à linha político e ideológica adotada pelo governo.

Ainda nesse sentido, criticou-se mais uma vez a falta de compromisso dos jornalistas. O escritor usa como mote a publicação de um artigo num jornal sobre jogadores de futebol que eram destaque naquele momento. A questão proposta por Braga foi de que, para um leitor menos avisado, o conteúdo do texto dava a entender ter sido escrito pelos próprios jogadores. Chico então ironiza dizendo que tanto o jornalista, quanto o jornal e os jogadores sabiam quem realmente foi o autor do texto e defendeu que os jogadores não tinham a obrigação de escrever bem. Aproveita da situação para criticar a condição dos jornalistas:

Um jornal teve uma ideia - que na linguagem familiar se chama ideia mãe – de publicar colaborações dos craques de futebol. Todo ou quase todo o dia aparece o retrato de um desses craques muito compenetrados junto de uma máquina de escrever. Por baixo, o artigo do homem, em linguagem correta com os pronomes bem policiados. E mais em baixo o clichêzinho da assinatura. Ao mesmo tempo que oferece aos seus leitores a colaboração, o jornal parece ter o pressentimento de que o leitor não acredita que o artigo tenha sido escrito pelo articulista e procura convencê-lo publicando a assinatura dele, palavra de honra que foi ele mesmo quem escreveu! Não foi. O leitor sabe que não foi. O articulista sabe que não foi o jornal sabe que não foi, e sabe que o leitor sabe que não foi. Já defendi aqui o ponto de vista segundo o qual a honorabilidade de um jogador de futebol

¹⁹⁴ O homem da rua, *Diretrizes* n. 9, dez. 1938, p.5, grifo nosso.

está em jogar futebol, é uma honorabilidade específica, profissional, tão respeitável como a do juiz, que consiste em ser imparcial. Ora, os jogadores de futebol não tem obrigação de saber escrever crônicas esportivas, nem mesmo de escrever coisa alguma, exatamente pela mesma razão que os cronistas esportivos não têm a obrigação de jogar futebol nem de jogar coisa alguma. Portanto, esse espetáculo literário dos craques interessa muito pouco. Não creio que me valha a irritação que já notei em alguns colegas de imprensa. (...) **Se toleramos com frequência certos figurões absolutamente analfabetos das altas rodas se deixem passar por jornalistas ou “antigos jornalistas” como gostam de ser chamados alguns políticos, não vejo em que aceitemos de bom grado também esses novos colegas de classe. Sejam todos jornalistas, com a graça de Deus!**¹⁹⁵

Noutra oportunidade, o cronista, também, valeu-se da crítica à postura dos jornais por meio da notícia sobre a morte de Lampião e seus comparsas em 1938. Os cangaceiros, bandos armados, liderados por um chefe e que vivam da prática de crimes, surgiram no final do século XIX, mas ganharam fama particular no início do século XX, com o bando de Antonio Silvino, o Lampião. Segundo os especialistas, esses grupos teriam surgido como uma espécie de reação às alterações introduzidas pelas relações capitalistas, que incluíam transformações nas relações de trabalho. A crise econômica e o descaso pelo qual passavam as populações sertanejas do nordeste, deixadas ao acaso pelas autoridades competentes, também contribuíram para o aparecimento desses bandos, que invadiam as cidades e povoados, saqueando-as e impondo suas próprias leis às regiões. Para a fama do bando de Lampião, contribuíram a ousadia e a violência de que se utilizavam, pois chegaram a saquear cidades importantes, como Mossoró, no Rio Grande do Norte, Limoeiro do Norte, no Ceará, e Queimadas, na Bahia. No entanto, a partir da década de 1930, quando foram organizados, pela polícia estadual, os chamados ‘volantes’, comandados por policiais e soldados temporários, os bandos foram sistematicamente perseguidos. À imprensa coube um papel importante, pois divulgava o combate ao cangaço em suas páginas diárias, dramatizava e consolidava o medo em relação aos bandos. No decorrer de 1938, o governo de Alagoas empenhou-se em capturar Lampião e seus homens e conseguiu encontrar o bando no interior do estado de Sergipe, quando iniciou-se um tiroteio que culminou com a morte de onze cangaceiros, entre eles Lampião e sua companheira Maria Bonita. Os jornais da época reagiram de maneiras diversas ao fato, já que os mortos foram todos decapitados e suas cabeças expostas. A fotografia oficial foi amplamente divulgada. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou artigo oito dias após o massacre, no qual criticava a maneira como a questão

¹⁹⁵ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1208, 27 abr 1939, p. 4. Grifo nosso.

foi tratada pela imprensa sensacionalista que, segundo o matutino paulista, teria intensificado o mito do cangaço, além de transmitir ao exterior uma imagem de atraso e barbárie do país.¹⁹⁶ A crônica de Braga, também, evidenciou sua insatisfação em relação à divulgação, pelos jornais, da citada fotografia:

(...) Uns publicaram o retrato das cabeças dos cangaceiros. Todos arrumadinhos numa prateleira, com os chapéus ao lado, fazendo ‘pendant’ para acertar a paginação. Estava lindo arrumadinho e comovente como um soneto. Havia mesmo uma graça feminina, um jeito de ternura naquela arrumação. Os jornais que publicaram esse clichê elogiaram os soldados autores da façanha. Uns heróis. Todos foram promovidos.

O cronista valeu-se, portanto, da ironia para comentar a maneira como a foto foi explorada e complementou lembrando que os responsáveis foram promovidos, pois obedeciam às ordens do governo. Mais à frente, Braga atacou os periódicos que estamparam fotografia:

Os outros jornais não publicaram a fotografia. Talvez porque não a receberam em primeira mão. Esses jornais xingaram os primeiros por dois motivos: – a) porque publicaram a fotografia – b) porque chamaram os soldados de heróis. Eles são uns bandidos, tão ruins quanto os cangaceiros, ou piores. Eu concordo com a letra ‘b’ e discordo da letra ‘a’. Acho que a fotografia devia ser publicada. **Ela não tem, como se diz , o defeito de mostrar o nosso grau de civilização. Tem, exatamente, a virtude de mostrar o nosso grau de civilização. Ela é a expressão, poética e gentil, de um crime praticado por homens que agiam em nome do governo. Publicar a fotografia é mostrar, documentar o crime. Esconder a fotografia seria esconder o crime, ser cúmplice dos criminosos. (...)**

Vê-se, portanto, que, na opinião do cronista, a fotografia deveria ter sido publicada por todos, uma vez que não atestava a incivilidade do povo brasileiro, mas o grau de civilização no qual nos encontrávamos, ou seja, inseriu os volantes, os cangaceiros no mesmo patamar, algo que não fora feito pelo colaborador do *Estado de S. Paulo*, por exemplo. Para Braga, a morte dos cangaceiros e a maneira como ela foi divulgada nos jornais seria o documento de um crime. Vale acompanhar o argumento do cronista:

Estou de acordo, como se percebe, com a letra ‘b’. E a tal ponto que sugiro, caso haja facilidade, que sejam também cortadas as cabeças de diretores de jornais que chamaram os cortadores de cabeças de heróis. Creio mesmo que se poderia aproveitar a oportunidade para fazer um

¹⁹⁶ O artigo teria sido publicado, primeiramente, no Rio de Janeiro, pelo colaborador de nome F., e reproduzido pelo *OESP*, em 09/08/1938. Ver: FREITAS, Ana Paula Saraiva. *A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940)*. Assis: FCL/Unesp, Dissertação (História), 2005. p. 69-72.

serviço mais amplo cortando mais algumas milhares de cabeças que há por aí e que não fariam falta nenhuma ao país, embora muitas delas se julguem indispensáveis e sejam importantes.¹⁹⁷

A crítica de Braga tinha direção certa: para além da questão política e social do cangaço, a ideia do papel dos jornais, naquele momento, era crucial e serviu de exemplo para a ideia do cronista de que o jornal era veículo de informação. Portanto, tinha um dever ético e político para com seus leitores.

Diante desses questionamentos, a crônica, de junho de 1939, demonstra, ainda, fragilidade da regulamentação da profissão do jornalista. No texto, o cronista comentou que, a partir daquele momento, tinha registro em carteira. No entanto, é possível notar ao longo do texto, que a mudança ainda não estava totalmente firmada e não atingia todos os profissionais:

Quis Deus que eu fosse jornalista - e quis o governo que eu me registrasse em minha profissão. Estou registrado meus senhores. Tenho uma carteira no bolso - e o nome desse pobre Chico está assentado no Ministério. Não foi fácil. Antes de tudo me pediram certidão de nascimento - naturalmente porque duvidavam que um homem de tão feia e triste figura tivesse nascido. Pois nasci, e provei ser filho de um homem, concebido, gerado e dado a luz por uma mulher. Pediram-me folha corrida e atestado do Tribunal de Segurança. Virei "suplicante" e em vários papeis fartamente e onerosamente espalhados supliquei essas coisas. Limpo na Polícia e nos tribunais sai vitorioso depois de umas tarde de luta insana. Na A. B fiz outros requerimentos e me borraram os dedos. (...) ¹⁹⁸

O processo de regulamentação do jornalismo iniciou-se na década de 1930 e, até esse período, quem estabelecia horários e salários era a própria empresa. Durante o período do Estado Novo, a primeira legislação foi criada em 30 de novembro de 1938. O decreto lei número 910 estipulava uma jornada de trabalho de cinco horas, tanto de dia, como durante a noite, além disso, estabelecia que o jornalista deveria ser brasileiro, não ter antecedentes criminais, nem estar com processos na justiça. No decreto, também

¹⁹⁷ O homem da rua, *Diretrizes*, set 1938, grifo nosso. Em seguida, o cronista reforça sua crítica: "Para evitar qualquer dúvida aproveito a ocasião para declarar que, se em qualquer época alguém tiver a lembrança de me cortar a cabeça ficarei muito grato a quantos publicarem na imprensa o retrato de minha cabeça cortada e o nome do cortador. Assim haverá a feliz possibilidade de um amigo ou parente meu numa tarde em que estiver aborrecido e sem o que fazer, cortar a cabeça do cortador da minha cabeça, o que me será muito agradável, e me será ainda deveras instrutivo para meu filho e outras criancinhas brasileiras. Acho que o Ministério da Educação devia se entender com o Ministério da Justiça para que fossem cortadas as cabeças dos soldados, mandando depois que elas fossem artisticamente arrumadas numa prateleira e fotografadas. Essa fotografia, juntamente com a já publicada, deveria ser distribuída pela infância das escolas, pela juventude dos ginásios, e pela mocidade das academias. Desde, porém, que haja alguma dificuldade em cortar a cabeça dos referidos soldados, o que é lamentável, serviram para o mesmo fim as cabeças cortadas por 'Corisco'."

¹⁹⁸ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1138, 2 jun 1939, p. 4

foi reconhecida as funções dos jornalistas como, redator-chefe, secretário, chefe de redação, chefe de ilustração etc.

Com o objetivo de registrar e cadastrar os profissionais vinculados à imprensa, sob o apoio do Ministério do Trabalho, era possível, ao governo, o maior controle daqueles que desempenhavam atividades ligadas aos meios de comunicação. Nota-se, pelo texto de Braga, o esquema burocrático em torno do registro.

Muito embora as crônicas, aqui mencionadas, mesmo não sendo em grande quantidade, os textos são de suma importância diante do contexto da imprensa no Estado Novo. Por meio desses, notou-se que a preocupação de Rubem foi constante. Para o cronista, o jornalista era dotado de um espírito livre e independente e, mesmo que não tivesse boas relações com seus colegas de trabalho, tampouco com a linha seguida pelo jornal, a paixão pela função de jornalista prevaleceria – o que pode ser considerado também menção direta ao que o cronista vivia no jornal *O Imparcial*.

Mesmo ao defender essa autonomia do jornalista, o cronista não deixou de cobrar, sempre que tivesse oportunidade, seus companheiros de trabalho. A cobrança era não somente de uma posição ética, mas de atenção aos acontecimentos. O jornalista era o intelectual mais próximo da população e tinha o dever de trazer as informações de maneira responsável.

Ainda nesse sentido, o cronista mostrou-se, por vezes, preocupado com a situação do profissional jornalista e, diante do processo de regularização da profissão, não deixou de tecer comentários sobre aquela situação. A quem e para que se estendia essa nova regulamentação eram os questionamentos do cronista. A ambiguidade desse processo foi sentida a partir de comentários sobre a censura a suas crônicas.

Rubem deixou de escrever por muitos dias em dois veículos aqui analisados, a *Acadêmica* e o *Imparcial*. Mesmo nessas condições, o escritor não deixou de justificar-se, a fim de explicitar que o ocorrido era contra sua vontade. Os depoimentos de Braga, para além do Estado Novo, são documentos que explicitam como essa condição afetou sua vida. Diante disso, cabe analisar se essa condição o impediu de se manifestar e quais estratégias foram utilizadas para tratar a respeito da situação dos intelectuais de seu tempo.

3.2 “A arte da Compreensão”: intelectuais e literatura

Temos agora no Rio um café literário: **O Amarelinho**, na Cinelândia. Ali toda tarde se juntam jovens poetas, romancistas, pintores,

escultores, homens entendidos em cinema, em teatro, ensaístas, críticos, filósofos, gente assim. Ali tomam cafezinho ou bebem Chopp, às vezes média com pão e manteiga. Ali formam rodas de pequeno consumo, mostram seus inéditos, desenrolam seus sonhos, sobre as mesinhas amarelas, falam de poesia olhando as mulheres que passam formam vaquinhas para a despesa e para as obras de arte, contam anedotas, discutem livros, falam mal uns dos outros, elogiam-se, exaltam-se, sorriem melancolicamente, ferem duelos de ironias, passam as tardes. Às vezes há rodas ilustres com romancistas de nome feito, pintores conhecidos, poetas considerados. Às vezes há rodas de infra-literatos, velhos fracassados, mocinhos tímidos e frementes que sempre querem ser apresentados a alguém. O prestígio de o Amarelinho ficou provado quando um bloco dissidente se retirou e estabeleceu seu quartel general no Angrense. Há também os literatos que combatem o Amarelinho, que desprezam os fregueses do Amarelinho, as suas rodinhas, as suas piadas, as suas tardes perdidas. Combatem a “vida de café” que chamam de dispersiva, inútil, cabotina e improdutiva. Pode ser que estes tenham razão. Mas, não se trata de ter razão. O Amarelinho é um fato. Quem quer, vai lá; quem não quer, não vai. O que realmente é dispersivo, não é o amarelinho, é a vida. É a vida que obriga tantos homens a fazer ao mesmo tempo tantas coisas como, trabalhar, amar, ler, comer, brigar, beber, ir aos encontros, ser patriota, respeitar as leis, etc, etc. Está visto que em geral tudo fica mais ou menos confuso. Não é possível. O melhor é dormir durante a noite, descansar na parte da manhã e passar a tarde no Amarelinho.¹⁹⁹

O texto de Braga descreve, de forma detalhada a dinâmica, as relações entre os literatos e intelectuais que participavam do ciclo de amizades do cronista, bem como ilustra um importante espaço de sociabilidade da década de 1930.²⁰⁰ Interessante notar que o cronista não deixou de alfinetar aqueles que contrariavam o círculo literário, no qual o escritor estava envolvido e no qual participava, assiduamente, de encontros no café, bem como das convenções sociais exigidas pela conjuntura – o patriotismo e o respeito às leis.

Essa crônica pareceu se complementar a um texto, do início do ano de 1939, na medida em que Braga deu, à sua maneira, panorama mais detido sobre da literatura brasileira:

As letras nacionais estão vivendo um momento de cansaço. Há muito tempo não aparece nada realmente bom. Em romance passou a fase aguda do nordestino e não apareceu nada melhor. Em poesia, tudo mais ou menos medíocre. Em contos, nada. Os literatos deixam se

¹⁹⁹ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1068, 17 nov 1938, p. 5 . Grifo nosso.

²⁰⁰ Em depoimento Joel Silveira conta como foi a sua primeira vez no Amarelinho, apresentado por um amigo: “- Este é o famoso café Amarelinho, você já deve ter ouvido falar dele. (Tinha sim). Ponto de encontro dos literatos e também quartel general dos intelectuais comunas. O Álvaro Moreyra que você tanto admira, é presença diária. Aposto que ele e sua mulher, Eugenia, estão lá dentro. Vamos dar uma espiada. – Entramos no Amarelinho (e quantas vezes, no meio século seguinte, eu ali iria voltar? Centenas, milhares?) (...)” Ver: SILVEIRA, Joel . *Op.cit.* p. 75.

seduzir por outras coisas. Uns – como no poema de Carlos Drummond – uns amam. Outros apreciam o futebol e outros jogam “sinuca”. Creio mesmo que estas são as duas únicas escolas literárias do momento: a do futebol e a da “sinuca”. No futebol, quem mais brilha, é sem favor, José Lins do Rego, já perfeitamente integrado na massa da torcida, tendo levado cachações da polícia durante um incidente, etc. Na sinuca o líder é Genolino Amado.

Com a interrupção da Copa Roca creio que o partido da “sinuca” ficará mais forte. Os diretores e parte do Conselho Diretor da “Revista Acadêmica” jogam “sinuca”. Osório Borba é de todas as noites. Otávio de Faria está viciadinho. O senhor gerente da Livraria Editora José Olympio passa suas horas de lazer entre bolas e carambolas. O desenhista Augusto Rodrigues e o diretor de Diretrizes vivem de taco na mão. Graciliano Ramos afirma que não há nada como o velho poker marcado com grãos de milho e o cacife baratinho. Jorge Amado, no interior de Sergipe, joga damas e sete e meio. Outros preferem a roleta, mas não convém dizer o nome. A pesca atrai alguns, o mar quase todos. Marques Rebello continua fiel ao futebol e, além disso, sabe de cabeça todos os recordes mundiais, municipais de natação, salto em altura, etc.(...) ²⁰¹

A sátira, em torno dos literatos, concentra-se, sobretudo, naqueles cuja colaboração nas revistas, aqui analisadas, era frequente, a incluir o próprio cronista, que figurava como membro do Conselho Diretor da *Acadêmica*. A desconfiança e, até mesmo, o certo pessimismo, sobre a literatura nacional, foram a tônica das crônicas de Rubem naqueles dois anos e, nesse sentido, o sentimento abrangia a vida intelectual como um todo.

Partes dos seus pensamentos, sobre a situação da literatura nacional, foram feitos numa sequencia de crônicas publicadas *n’O Imparcial* em fevereiro de 1939. O mote para os comentários foram os inquéritos e concursos de melhor conto da literatura nacional promovidos pela *Acadêmica*, pela livraria José Olympio, pelo jornal *Dom Casmurro* e o jornal *Boa Nova*.

No caso da *Acadêmica*, o inquérito sobre os dez melhores contos da literatura brasileira fazia parte de um conjunto de diferentes inquéritos, entre eles, o mais famoso, sobre os dez melhores romances brasileiros, feito entre junho de 1939 a junho de 1941. O referido inquérito de contos iniciou-se em agosto, de 1938, e foi finalizado em abril, de 1939, e contou com a opinião de grandes nomes da literatura brasileira. Notou-se, por meio do anúncio feito por Murilo Miranda, em fevereiro de 1939, que o inquérito foi muito comentado entre o meio literário:

Indiscutivelmente o grande acontecimento do momento literário foi este inquérito. O ambiente não era e continua não sendo nada propício

²⁰¹ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1132, 25 jan 1939, p. 4.

as letras. Mas, se aconteceu alguma coisa, foi isto aqui. E podemos vaidosamente dizer: o conto está reabilitado. Depois de tantas iniciativas em favor do conto, visivelmente decorrentes da influência do inquérito que estamos fazendo, a revista *Boa Nova* acaba de instituir o “Concurso do pequeno conto” com quatro prêmios. (...) ²⁰²

Rubem também participou dando sua opinião e também recebeu alguns votos por conto escrito cinco anos antes, *Eu e Bebu na hora neutra da madrugada*. Como de costume, Rubem ironizou o fato e brincou dizendo que, provavelmente, nenhum daqueles que votaram no conto tinham realmente o lido:

Desafio qualquer um dos votantes a dizer quem é Bebu e o que ele fez em minha companhia na hora da madrugada. A única pessoa que pode informa isso é Lucio do Nascimento Rangel, que tenha o conto guardado, embora jamais o tenha lido até o fim. O desenhista que ilustrou esse conto foi Santa Rosa, que para ilustrá-lo não leu sequer as 15 primeiras linhas, pois a ilustração destoava violentamente do texto. (...) Isto posto retiro minha candidatura, , minha e do meu pobre amigo Bebu. Um sargento da força pública de Minas Gerais, em um momento grave de minha vida, declarou que eu tenho muita simpatia pessoal. Peço licença a atribuir esse fato a votação que recebi, e que me desvanece até o fundo do meu coração. ²⁰³

No relato sobre os inquéritos, Chico pede para que o leitor faça seu conto para os jornais, pois acredita que os contos brasileiros estão cada vez mais impopulares:

Parece que foi o concurso dos “dez melhores contos brasileiros” feito pela *Revista Acadêmica*. O certo é que agora os contos estão em plena moda. Além do concurso de livro de contos da José Olympio Editora, há dois concursos de contos: um de *Dom Casmurro* e outro de *Boa Nova*. Este último é para o pequeno conto, o que não exceda de uma página à máquina ou a duas ou três manuscritas. Os prêmios são regulares, constando, sobretudo de livros ou coleções de livros caros. O da José Olympio que é o premio Humberto de Campos, já está encerrado, esperando julgamento, que, aliás , está demorando demais. O de *Dom Casmurro* se encerra no dia 10 de abril e o de *Boa Nova* em 15 de março. Estamos em 4 de fevereiro. O leitor, portanto tem tempo o bastante para se inteirar direitinho desses concursos e fazer o seu concurso para tentar a sorte. Porque não tentar? No Brasil o numero de contistas é pequeno, principalmente o numero de contistas bons. O que falta aqui é alguém que faça um tipo de conto menos literário, mais simples, mais com enredo, mais emocionante que o geral dos contos brasileiros. Temos uma espécie de preceito contra o conto de ação . São numerosos os contos brasileiros em que não acontece nada ou acontece pouca coisa: o autor passa a maior parte do tempo dizendo o que foi que o personagem pensou ou sentiu coisas que ele se lembrou , como é que ele é, etc. Detalhes, finuras, etc. Seria de maneira geral, preferível dizer, que foi que o homem fez , as coisas que aconteceram e dizer isso com o máximo de simplicidade, sem procurar muitos floreios de estilo, sem esmiuçar muitos sentimentos

²⁰² MIRANDA, Murilo. Quais os dez melhores contos brasileiros?. *Acadêmica*, n. 42, fev 1939, p. s/n

²⁰³ BRAGA, Rubem. Carta à redação. *Acadêmica*, n. 42, fev 1939, p. s/n .

ou intenções. Enfim, contar um conto. E não a respeito de um determinado caso. , desenhar retratos psicológicos. Os americanos são especialmente, mestres nestes contos em que os personagens são tratados com ação. Natural que tudo não pode ser uma narrativa absolutamente seca, mas isso é melhor do que nenhuma narrativa, como às vezes acontece. **Creio que esta tendência para o conto brasileiro de uma introspecção é um dos mais fortes motivos de sua escassa popularidade. Não temos ainda, salvo uma ou outra exceção, um bom tipo de conto popular, legível pelo leitor médio. Em geral o conto brasileiro ou está abaixo ou acima desse leitor médio: ou é para semianalfabetos ou para literatos.** Vamos ver se nestes três concursos sai esse tipo de conto popular, capaz de concorrer com os traduzidos. Será uma grande coisa.²⁰⁴

Interessante notar as colocações do cronista diante do contexto da literatura, mais especificamente do romance literário na década de 1930. Primeiramente, notou-se o diálogo entre os veículos nos quais Rubem colaborou, a exemplo da já citada *Acadêmica* e do jornal *Dom Casmurro*, jornal literário em que Braga escreveu esporadicamente naqueles anos.

No entanto, nota-se que o ponto central foi a crítica aos contos que Braga considerava demasiado introspectivos, alfinetada nada velada à literatura dita intimista que tinha como expoente maior Lúcio Cardoso.²⁰⁵ A crítica ao estilo intimista se colocava num contexto de preocupação de uma escrita literária que representasse a sociedade brasileira. Predominavam o romance social em detrimento do romance psicológico ou intimista que, a exemplo dos romances feitos por Lúcio Cardoso, foram considerados “displícites e mal arranjados” pela crítica.²⁰⁶

Em análise de Luís Bueno sobre o romance de 1930, o autor contextualiza a situação do romance psicológico ou intimista, que foi, segundo ele, deixado de lado pelos romancistas contemporâneos e, posteriormente, pela crítica literária:

Constatar que um caráter empenhado impregna nossa tradição literária não significa postular a superioridade da literatura empenhada sobre uma outra não empenhada ou desinteressada – até porque mesmo o alcance social de uma obra não se separa do problema de fatura do texto em si. É claro que, no decorrer do século XX, os regimes políticos fechados de direita levaram a uma reação por parte da intelectualidade de esquerda, muitas vezes hegemônica, cuja tendência foi a de sobrevalorizar a literatura empenhada. Um efeito claro desse fenômeno, relativo aos anos 1930, é o apagamento a que foram

²⁰⁴ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1142, 5 fev 1939, p. 4. Grifo nosso.

²⁰⁵ Joaquim Lúcio Cardoso Filho nasceu em Minas Gerais em 1912. Colaborou no jornal *A Bruxa* no qual publicava romances policiais, no entanto, iniciou sua carreira como romancista em 1934 quando da publicação de *Maleita*. Em 1935 publicou *Salgueiro* e em 1936 *A luz no subsolo*. Pela temática de suas obras foi considerado romancista “intimista”, ao lado de literatos como Cornélio Pena, Augusto Schimdt. Seu romance mais popular foi *Crônica da Casa Assassinada*. Faleceu em 1968.

²⁰⁶ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 1930*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 19

condenados outros autores ditos intimistas que surgiram daquele momento.²⁰⁷

Para o estudioso, tanto os críticos contemporâneos, quanto a crítica literária posterior, desconsideraram o “romance psicológico” feito por Lúcio Cardoso no momento de seu florescimento. E, embora escritores como Clarice Lispector e Guimarães Rosa terem sido elevados ao cânone como expoentes desse tipo de romance, não foi levado em consideração o ambiente literário que já existia para que os escritos de ambos pudessem vigorar.²⁰⁸

Interessante notar, ainda, que a principal crítica de Rubem àqueles contos ou romances foi da falta de ação no enredo, além da descrição excessiva, fato que também chamou a atenção dos críticos contemporâneos como Álvaro Lins:

(...) não é coincidência que o crítico tenha apontado a ausência de ação como a grande deficiência de *O Desconhecido* (...). O aparato verbal de Lúcio Cardoso, que se apoia, para construir sua intensidade febril, nos adjetivos e nos advérbios e nas repetições constantes de certas palavras-chave, pode ser considerado por quase todo mundo mais grosseiro do que o de Clarice Lispector, mesmo porque remete (embora também as extrapole) a experiências muito pouco significativas aos olhos dos leitores de hoje, como a de Augusto Frederico Schmidt.²⁰⁹

Rubem escreveu dois dias depois respondendo à repercussão dizendo que sua intenção não era “dar receita” para os contistas, mas de defender uma literatura popular:

Já falei aqui da falta de contistas e pintores que equilibrem o moderno e o bom e o popular. O que eu penso é uma classe de artistas que homens exigentes poderão, quando estiverem aborrecidos, chamar de medíocres, mas que nem por isso deixarão de serem bons queridos pelo povo – e que afinal de contas não serão absolutamente medíocres. Não peço meus senhores, gênios. Somos ainda um país muito jovem: podemos perfeitamente ir usando os gênios alheios e esperar mais 200 ou 1000 anos pela aparição de gênios locais. Também quero esclarecer que não tenho nenhuma questão com nossos pintores e contistas, mortos ou vivos. Há alguns, entre eles, que eu admiro intensamente. Não ofereço nenhuma receita a esses bons artistas, porque é hábito dos bons artistas não seguir receitas.

E se fossem seguir não seguiriam receitas minhas que não sei pintar corretamente uma banana, nem contar decentemente uma anedota. Quanto aos maus artistas também não ofereço nada. Faço votos para que eles morram eis tudo. **Apenas penso que para os artistas novos é bom insistir nesse fato de que estamos quase completamente sem uma boa arte popular. Como já compreenderam alguns artistas, é preciso que nas pesquisas não se perca de vista o elemento público. Reclamo afinal de contas, de todos, uma certa humildade**

²⁰⁷ Ibidem. p. 17

²⁰⁸ Faz parte de sua ideia central na Introdução. BUENO, Luís. *Op. cit.* p. 11-27.

²⁰⁹ Ibidem. p. 20 e 21.

perante o povo como perante a própria arte. Não se trata de adular o povo, mas de respeitar um pouco o seu instinto e acreditar, apesar de tantos equívocos nas suas virtudes. **Penso que velha uma fórmula boa, tanto para o artista quanto para o político sincero, é educar o povo, aprendendo com o povo.** Tenho pena do artista que faz uma obra que não sente e a entrega ao público dizendo aos íntimos: é disso que “eles” gostam. Também tenho pena do artista que diz “eles” não vão gostar disso porque não entendem. Esse artista não gastou um minuto para refletir que ele não está condenando o povo, mas a si próprio. Se ele não procura compreender o povo como ele quer ser compreendido? **Arte é compreensão, uma alta e pura forma de compreensão; arte é linguagem, uma profunda e clara linguagem.**

210

Aquela não era a primeira vez que Braga chamava atenção para o povo, preocupação constante em suas crônicas, que buscavam evidenciar aqueles à margem da sociedade. Dessa vez, evidenciava-se o protagonismo do povo por meio das artes, seja na literatura ou na política, o cronista defendia a aproximação do intelectual com o povo – tanto para falar por ele quanto para ouvi-lo. Essa foi uma constante no romance feito naquela década. Mais uma vez, explica Bueno:

A incorporação dos pobres pela ficção é um fenômeno bem visível nesse período. De elemento folclórico, distante do narrador até pela linguagem, como se vê na moda regionalista do início do século, o pobre, chamado agora de proletário, transforma-se em protagonista privilegiado nos romances de 1930, cujos narradores procuram atravessar o abismo que separa o intelectual das camadas mais baixas da população, escrevendo uma língua mais próxima da fala.²¹¹

É preciso ressaltar que, mesmo fazendo parte desse grupo de romancistas que buscavam a aproximação com o popular, Braga não deixou de criticá-los quando a aproximação com o povo soasse demagogia, a respeito do que, para o cronista, era feito pelos autores integralistas e católicos. Em 1937, também na *Acadêmica*, o cronista faz uma reflexão a respeito do recém-lançado livro de Jorge Amado, *Mar Morto*:

A Fundação Graça Aranha errou quadradamente dando seus dois contos destinados ao melhor livro de 1936, a *Mar Morto* de Jorge Amado. Jorge Amado havia errado escrevendo *Mar Morto*. Livro que pode ter páginas de beleza poética, mas que é, de modo geral, meloso e reacionário. Dizem que Jorge ficou furioso porque esse livro foi elogiado em *A Ofensiva*. E o pior é que o livro mereceu esse elogio. **A poetização da vida miserável é bem demagogia verde.** Plínio aconselha: sofri sonhadores do bem! E Ribeiro Couto, aquele meigo poeta integralista, acha que é um crime tentar acabar com os mocambos miseráveis do Recife, porque são muito poéticos. Que apodreçam na miséria e na lama 250 mil criaturas humanas:

²¹⁰ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1145, 9 jan 1939, p. 4. Grifo nosso.

²¹¹ BUENO, Luís. *Op cit.*, p. 23.

apodrecerão poeticamente. E quando o menino ultra subalimentado do mocambo morre, é ótimo. Ribeiro Couto faz um poemazinho bonitinho sobre o enterrozinho do anjinho. Jorge é moço, tem cérebro no crânio e tutanio moral. Reagirá, apesar do prêmio.²¹²

É interessante notar que, na própria *Revista Acadêmica*, existiu certa polarização a respeito do papel da literatura naquele contexto. Para seu rol de colaboradores, incluindo Rubem Braga, o sentido das artes e da literatura estava envolvido por um projeto de ação político, enquanto que para Mario de Andrade, um de seus principais redatores, a arte de ação estaria no plano estético.²¹³

A instauração do Estado Novo e o novo contexto pelo qual o país passava, porém, carregou algumas crônicas com certo pessimismo, como pode ser notado nos textos já citados. Ainda respondendo a repercussão de suas crônicas, Chico escreveu sobre literatura no dia seguinte. A sátira ficou por conta de ter sido chamado por seus leitores de *Conselheiro Chico* e, adverte que, naquele dia, seus conselhos foram voltados aos poetas:

Já me chamaram de Conselheiro Chico, tantos conselhos que tenho dado, e com frequência tão banais. Peço licença para dar mais conselhos hoje: de amanhã em diante prometo parar com isso. Eis que hoje me dirijo aos poetas e para confessar que não estou satisfeito com eles. Não creio que nenhum se suicide por causa disso; pode acontecer, todavia, que algum fique levemente aborrecido ou um pouco indignado se eu sugerir que o público em geral é mais ou menos da minha opinião.

Uma coisa que distingue a chamada poesia moderna é sua falta de popularidade. Dos poetas vivos os mais populares são alguns que decentemente não podem ser chamados de modernos hoje em dia. E esses mesmos são menos populares hoje que há anos atrás. **Por exemplo: Guilherme de Almeida, Menotti del Pichia, Olegário Mariano, já foram mais lidos que hoje. É verdade que estes homens já envelheceram um pouco, e não fazem mais o que faziam; mas é preciso não esquecer a verdade mais importante, que a poesia deles também já envelheceu um pouco.** No lugar deles que há? **Temos hoje uma classe de poetas mais ou menos livres, poetas líricos ou irônicos que aceitamos chamar de modernos. Temos ainda, os poetas de intenções sociais, poetas políticos. Temos ainda os poetas de intenções religiosas, os poetas mais ou menos bíblicos. Vemos aí bastante arbitrariamente três classes.** É na primeira classe que indiquei de maneira tão vaga, que encontramos seguramente os melhores poetas modernos do Brasil, os poetas mais necessariamente poetas. **Nenhum deles, todavia, é popular.** Entre estes e os que chamei de religiosos há uma classe intermediária de

²¹² BRAGA, Rubem. *Luís da Silva e Julião Tavares. Revista Acadêmica*, n. 27, maio de 1937, p.3. grifo nosso.

²¹³ A tal constatação chegou Luís Bueno que procurou analisar as distâncias entre a geração modernista e a geração de intelectuais dos anos 1930, que se diferenciam entre o projeto estético e ideológico. Para o estudioso é necessário pensar o romance de 1930 como uma arte pós-utópica.

poetas que falam em estrelas , em caminhos perdidos, às vezes em anjos, raramente em Deus, mas sem acreditar n'Ele. São poetas que fazem questão de um pouco de “mistério” na poesia e consegue esse mistério da maneira mais fácil, dizendo por exemplo, que, “as intenções se dissolvem na sombra das palavras que talvez não fossem proferidas” , etc. Os religiosos propriamente ditos, alguns de talento real, manifestam uma certa tendência pecaminosa pelo velho testamento, falam muito no Senhor, confessam abundantemente seus pecados, tratam as coisas e pessoas divinas com uma intimidade que às vezes encabula os religiosos que não são poetas, se é que existem. Os versos assinados pela senhora Adalgisa Nery criam discípulos, como também os de Schmidt, do irregular Murilo Mendes, e outros. Os poetas políticos são mais políticos em seus sentimentos (quando os possuem e não apenas intenções) que na maneira de exprimi-los, o que é lamentável e nenhum ainda fez qualquer coisa parecida de longe com Castra Alves. Também entre estes há alguns poetas bons, mas não populares. Muito bem: e os Conselhos que lá em cima ameacei dar? Desculpem mas escrevo para “O Imparcial” e não para o “Jornal do Comercio”. Desculpem e tenham paciência, mas os conselhos ficam para amanhã.²¹⁴

O cronista não perdeu a oportunidade de deixar claro sua posição contrária a poetas que chamou de religiosos, dessa vez, por meio da crítica a Murilo Mendes, Augusto Schmidt e Adalgisa Nery. Ao ironizar que esses autores tinham a religião apenas no discurso e na poesia, Braga fez uma crítica direta aos católicos, o que não era novidade em seus textos.

Mesmo considerando pertinentes as obras de autores da primeira geração do modernismo, como Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia, é nítida a crítica a falta de compasso desses autores naquele momento. Para o cronista, a geração contemporânea de poetas políticos e sociais era a mais adequada classe de poetas. O elogio pode ser encarado como feito direto aos romancistas da geração de 1930, sua geração. Muito embora tenha feito tais colocações, a crítica central de Braga, de que não havia uma literatura popular no Brasil, estendeu-se a todos os intelectuais literatos de sua geração.

No dia seguinte, para encerrar seus apontamentos, Braga continuou a comentar sobre a literatura nacional de sua época:

Um conselho que eu daria aos jovens poetas do Brasil é que eles não deixassem de ler os velhos poetas. Os velhos poetas possuem uma qualidade que os novos ainda não mostraram: a qualidade de agradar ao público.

É por causa do metro? É por causa da rima? Eis um problema de técnica bem grave que eu não enfrento, mas simplesmente proponho. Em outros países há alguns poetas que já acharam o caminho do

²¹⁴ Grypho 7, *O Imparcial* , n.1146, 10 fev 1939, p. 4. Grifo nosso.

público sem ter de voltar aos moldes antigos. Não se pode. Talvez se possa procurar, entre os velhos ritmos, se não há alguns que sejam mais ou menos necessários a arte poética popular. Não se trata de contar rimas nem contar as sílabas nos dedos: o público nunca fez questão disso; os poetas e os críticos é que faziam. **O público fazia questão de sentimento de som. , quer dizer, de poemas onde houvesse poesia, mas não apenas poesia, é também o mínimo de arte poética.** O público ama versos que pode decorar que soam bem aos seus ouvidos, porque não faze-los? Eu estimaria se um poeta moderno começasse suponhamos, a fazer quadrinhas como as do povo, belas e fáceis com poesia. Não vejo porque cargas d'água um poeta moderno não pode fazer quadrinhas. Está visto que estou falando em quadrinhas como exemplo.

Quanto aos poetas que fazem questão fechado do mistério ou da profundidade na poesia, eu os aconselho a fazer charadas sem conselhos ou a fazer charadas sem chave. O mistério da poesia não pode ser buscado, está nela mesma, e não lhe pode ser acrescentado como se acrescenta um pouco de sal numa sopa. Aos poetas religiosos eu pediria que não estragasse a Bíblia com “pastiches” de mau gosto, o que teria a vantagem de livrar seus poemas de um certo ar de falsificação que neles acontece tanto. Também proporia que eles fossem mais humildes em suas palavras dirigidas a Deus e sobretudo que não abusassem da linguagem divina para dizer coisas demasiadamente humanas ou animais. **Aos poetas políticos eu pediria que só escrevessem versos quando não precisassem escrever, quando sentissem necessidade sentimental de escrever versos. Também lhes faria a velha recomendação de que poema não é manifesto, embora um poema possa ser mais eficiente como manifesto que um manifesto, manifesto mesmo.** Em outras palavras a poesia política só merece fé quando é antes de tudo poesia. Nenhuma importância se pode dar a quem diz que a poesia política é incompatível com a poesia. **A política hoje enfrenta as coisas humanas de maneira tão aguda e sensível, tão total, que ser político é apenas uma forma superior de ser humano.** Aos poetas em geral o que pedimos é que façam com que as suas vozes possam ser entendidas e amadas pelo maior número. Amai para entendê-las, dizia um poeta sobre estrelas. Façam-se entender para serem amados, digo eu aos poetas. E mais não digo.²¹⁵

Diante do texto, é possível notar as estratégias usadas por Braga para pontuar suas ideias e considerações. A crônica inicia-se de maneira quase inocente, pontuando, mais uma vez, a crença de que a literatura deveria ser feita para os populares, portanto, a escrita deveria ser simples, com rimas fáceis de memorizar, tais como as quadrinhas incentivadas pelo escritor. Ao final do texto, Rubem desvia suas considerações para uma literatura que enfrente os problemas contemporâneos, sem deixar de ser literatura.

Como na crônica do dia anterior, Braga deu importância aos poetas de outras gerações, mas, logo nota-se que a crítica direta veio aos poetas ditos religiosos. A insistência do cronista nessa classe de poetas serve de mote para que ele dê sua opinião

²¹⁵ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1147, 11 fev 1939, p. 4. Grifo nosso.

sobre a função da poesia, ao afirmar que essa pode ser tão ou mais importante que um manifesto, além de deixar claro que a poesia é inerente à política.

Essa sequência de crônicas mostra que a literatura estava intimamente articulada à situação de indefinição política. Os diferentes expoentes como, o romance engajado, o proletário, os romances intimistas e, por fim, os romances religiosos, tendo como expoente principal os católicos, davam o tom dos questionamentos sobre o posicionamento dos intelectuais nesse contexto tão conturbado.

É nítido o sentimento de distância do cronista com relação à geração anterior a sua, representada pela geração de 1922. Ao analisarmos o depoimento dado a Mario Neme, em 1943, sobre a situação das letras e o papel da “geração dos moços”, o cronista afirmou:

(...) Outras perguntas versam sobre os problemas que preocupam a nova geração. Creio que são principalmente problemas políticos, os outros aparecem em segundo plano. Há, nessas perguntas, por exemplo, uma referência ao problema da estética. Naturalmente, ele tem sua importância, mas cuidar dele como principal é um trabalho estéril e em certas circunstâncias os efeitos são daninhos. De resto a geração modernista cumpriu nesse terreno as tarefas mais urgentes. **Sejamos-lhes gratos por este motivo, e dediquemos mais tempo a outros assuntos.** (...) ²¹⁶

Diante desses apontamentos, constantes, feitos por Rubem, é possível afirmar que, para o cronista, a literatura nacional passava por um momento delicado e que, embora fosse pertinente creditar à primeira geração modernista benefícios à literatura, o contexto contemporâneo não dava abertura para a preocupação estética: os tempos eram outros e exigiam da geração dos moços novas iniciativas.

Nesse mesmo sentido, foi inaugurado, em julho de 1939, na revista *Diretrizes*, inquérito de suma importância a respeito da situação dos intelectuais no Brasil, intitulado *Os Intelectuais e os Problemas da cultura no Brasil*. O inquérito anunciava ser relevante, na medida em que, após 1930, o intelectual e a literatura havia ganhado grande espaço, tornando-se respeitado no país. Participaram das entrevistas diversos intelectuais do período, especialmente aqueles ligados à esquerda, tais como Jorge Amado, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, entre outros. O poeta Carlos Drummond foi um dos entrevistados e, em seu depoimento, deu conta de assuntos sobre a poesia contemporânea e também tratou a respeito da popularização da poesia. Interessante notar que a ideia do poeta ia ao encontro àquela dada por Rubem

²¹⁶ NEME, Mário. *Op. cit.*, p.97-98. Grifo nosso.

n' *O Imparcial* e mostrava o clima dos intelectuais neste sentido. A este assunto a revista questiona: “A que atribui a pequena popularidade dos poetas modernos? Isso não será devido aos poetas terem se afastado demasiadamente do povo nos seus versos?” e a resposta de Drummond é categórica:

Sim em grande parte. O afastamento do povo importa em uma debilidade enorme para a poesia, como, aliás, como para qualquer gênero de produção literária ou artística. (...) de um modo geral a poesia brasileira contemporânea, em flagrante desarticulação com o romance, a pintura e a música, não se interessa pelo povo nem recolhe deste o material imenso, de um colorido e uma substancia tão variados, que ele pode oferecer como elementos para a criação poética. Hermetismo, individualismo, misticismo, infantilismo, desconhecimento do poder de irradiação e comunicação da poesia são males que roem a nossa vida poética. (...) **Acho que o poeta deve aparecer diante do povo com o máximo de sinceridade, sem nenhum ar superior, mas igualmente sem nenhuma simpatia artificial.**

Ao final de seu depoimento, Drummond salienta que, a exemplo do que fez Castro Alves, a poesia atual deveria captar os acontecimentos contemporâneos:

Nossa preguiça, nosso requinte, e nossa sensibilidade de câmara nos conduzem ao poema curto de metro curto. Falta-nos o folego de um Castro Alves, de um Varela, que se espraivavam em longos e patéticos poemas. **Falta-nos de resto, a própria substancia poética, pois que nos recusamos a entrar em contato com a corrente de acontecimentos aparentemente não-poéticos, que nos circunda, e que supomos traduzíveis apenas pelo panfleto político, pela pesquisa sociológica ou pela verificação estatística.**²¹⁷

Nesse clima, a ideia de que a poesia e a literatura, em geral, deveriam se tornar popular foi explicitada noutra crônica de *O Imparcial*. Para Rubem, a publicação de uma antologia de poesias, a preço relativamente baixo, era fato que deveria ser elogiado:

O Ministério da Educação encarregou Manoel Bandeira de fazer antologias. Uma compreende os poetas românticos. A outra os parnasianos. Todas as duas já apareceram E eu quero elogiar esse trabalho, que é exatamente uma das raras coisas que tenho vontade de elogiar nesse momento. Os velhos poetas do Brasil andavam por aí esquecidos e, às vezes inatingíveis. Era uma dificuldade para a gente ler esses velhos poemas. Hoje podemos comprar todos os melhores poemas de todos os românticos brasileiros pela importância de cinco mil reis. Só mesmo para Manoel Bandeira, que além de poeta é técnico em versos e, além disso, é um conhecedor metuculoso da nossa história literária podia fazer um serviço destes. O preço da vida está caro, cada vez mais caro. Abaixar o preço da poesia já é alguma coisa. Por cinco mil reis temos hoje os mais raros berros justiceiros e os mais ardentes cantadas amorosas de Castro Alves; uma linda série de

²¹⁷ Os intelectuais e os problemas da cultura no Brasil, *Diretrizes*, n. 18, set 1939, p. 112. Grifo nosso.

suspiros de Casimiro; o melhor de Gonçalves Dias com seus índios espantosos; o melhor Alvares de Azevedo; o melhor Fagundes Varella. Concito meus leitores a gastar cinco mil réis com esse abastecimento poético. Meio quilo de manteiga de qualidade não muito boa custa o mesmo preço. Entre a manteiga e os canhões há quem escolha os canhões.

O Sr. Gustavo Capanema que mandou fazer este livro, devia mandar fazer propaganda dele. O povo está vivendo mal. A poesia pode melhorar um pouco. Com esse livro na mão aprendemos muita coisa. Amaremos mais a nossa amada; e se a amada não nos amar; teremos uma certa compensação na tristeza poética. Salve a poesia, a poesia que por cinco mil reis enfeita a vida de flores de tristezas e explica os inexplicáveis. (...)

Ainda no inquérito de *Diretrizes*, Jorge Amado engrossou o coro a respeito dos preços das publicações:

Como quer você que um homem de classe média possa comprar um romance brasileiro que custa hoje em média 10\$? Basta você fazer um ligeiro confronto com o livro na Argentina, nossa vizinha do sul. Dou-lhe o exemplo do meu romance “Cacau”. A terceira edição brasileira (a mais barata) custa 7\$000. A edição argentina de Claridad desse mesmo livro custa 50 centavos, ou, ao cambio atual, 2\$500. Já vendi muito mais exemplares de “Cacau” na América Espanhola do que no Brasil (...). Caímos num círculo vicioso: não há grandes edições porque não há público comprador grande. Não há público comprador grande porque não há livro barato.²¹⁸

O depoimento de Jorge Amado dava a dimensão da situação editorial naquele período e mostrou a reivindicação constante da popularização da literatura pelos intelectuais da geração de 1930.

Mais adiante, na crônica de Braga, a defesa por uma literatura popular e acessível tornou-se mais lírica e combativa:

Comprem os dois livros e se embebedem da poesia. Bebam meus amigos, bebam à vontade. Tomem grandes bebedeiras. Depois vocês ficaram um pouco mais lúcidos. Mais lúcidos: compreenderão que a vida não é tanto assim como dizem. Compreenderão que o fato de nascer um lírio na campinas é um fato grave; e que contra o fato de um lírio que nasce ou de uma adolescente que treme não preponderam nem a maldade nem a tristeza de nada. **Nada prepondera contra a poesia.** Nada nem os canhões. Os canhões serão arrebatados e abandonados; e por eles subirão nascidas da terra eterna e jovem, trepadeiras, trepadeiras com flores azuis.²¹⁹

A incorporação do popular na literatura também foi comentada em crônica sobre o novo dicionário de língua portuguesa, lançado pela editora Civilização Brasileira.

²¹⁸ Os intelectuais e os problemas da cultura no Brasil, *Diretrizes*, n. 18, set 1939, p. 113.

²¹⁹ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1045, 15 out 1938, p. 5. Grifo nosso.

Nela, Rubem elogia a inserção de palavras mais ligadas ao cotidiano e a eliminação de outras que considerava arcaicas, que não eram usadas aqui, tampouco em Portugal:

Apareceu um dicionário brasileiro da língua portuguesa, lançado pela Civilização Brasileira. Já tive nas mãos esse novo dicionário. Novo realmente porque trás uma porção de palavras que a gente fala todo dia e o dia inteiro e que ainda não haviam conseguido lograr em nenhum dicionário. Palavras brasileiras perfeitamente dignas, conceituadas pelo uso que até agora eram verdadeiras párias do vocabulário e que foram se juntar às suas irmãs mais antigas. Nesse livro está a língua portuguesa do Brasil, a língua de sempre e a de hoje. Não é um dicionário bom para charadista. É um dicionário moderno, útil e eficiente. Os vocábulos são apresentados nas duas ortografias, coisa excelente para pessoas como eu, que esqueci a antiga e não aprendi a nova.

Vale a pena notar que foi evitado o exagero. Não entraram as palavras de gíria, essas de existência curta, graciosas e efêmeras, que fazem furor e passam da moda. É de louvar esse equilíbrio e esse bom gosto em deixar do lado de fora muitos arcaísmos que nem aqui nem em Portugal ninguém usa mais e esses neologismos de um minuto que envelhecem tão depressa quanto qualquer marchinha de Carnaval. De certo é difícil esse trabalho. A língua está sempre morrendo e nascendo, pelo próprio fato de que é uma língua viva. Talvez no futuro exista um verbo “amarar”. Até hoje só ouvi esse verbo no bairro do Catete; esse e o verbo “serer”. Nunca me esquecerei daquelas mulatas que cantavam assim: “nunca mais amarerei...” Também vi o homem que cantava assim “sererás minha rainha...” E o outro que dizia “tererei um novo amor...” Confesso que fiquei impressionado. Há amores tão longos e tão belos, tão longos e puros feito o mar, amores tão infinitos que exigem talvez essas palavras novas. Esse verbo “amarar” que as mulatas descobriram uma tarde na rua do Catete.

A doçura da língua esta nessa incessante invenção. Esse dicionário novo rende homenagem merecida – e não excessiva ao gênio do povo que vai transformando, sem respeitar a gramática, a língua que, afinal de contas, não foi inventada pelos gramáticos, nem pelos nem para.²²⁰

Trata-se do *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, de 1938, que dentro da perspectiva da edição de dicionários que continham o português do Brasil, foi um dos pioneiros nesse sentido:

As obras efetivamente brasileiras constituem outro ciclo, cujo pioneirismo cronológico (1938) pertence ao Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, que, no próprio nome, contém a indicação de nacionalidade. Publicado pela Editora Civilização Brasileira (Rio de Janeiro/São Paulo), dominou com grande sucesso editorial a cena lexicográfica do país, chegando ao número de treze edições, sendo a última de 1980. Costuma ser identificado como o “Pequeno Dicionário” sem menção a sua autoria que é da responsabilidade de uma equipe. Contou com a colaboração de nomes

²²⁰ Grypho 7 *O Imparcial*, n. 1109, 4 jan 1939, p. 5

como Hildebrando Lima, Gustavo Barroso, Antenor Nascentes, Manuel Bandeira, José Baptista da Luz, Antenor Nascentes e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, cuja missão era a de registrar os brasileirismos. A inclusão de brasileirismos é formalizada pela abreviatura “bras.” logo após a palavra-entrada. Dados de estudos sobre esta inclusão indicam um percentual estimado em torno de 25% das entradas da obra²²¹

Assim, como em outras oportunidades, Braga deixou transparecer um sentimento nacionalista, ao mesmo tempo em que pontuava a necessidade de aproximação com o povo, tanto por meio da arte, como por meio da literatura e da linguagem. Além disso, o uso da língua portuguesa do Brasil também entrava no terreno da legitimação dos literatos da década de 1930. A geração dos moços reconhecia o modernismo da semana de 1922, no entanto, reafirmava, sempre que tivesse oportunidade, que a mudança havia sido incompleta:

O principal, no entanto, é a ideia repetida até à náusea pelos escritores de 30, do caráter destruidor do movimento incapaz de construir o que quer que fosse. Os verdadeiros construtores da arte nova, capazes de afrontar os preceitos da “nobre arte da escrita” ou ainda aqueles que fugiram das convenções linguísticas redutoras não foram os participantes do movimento modernista, mas os autores do romance de 30. A visão que confere aos modernistas o modesto papel de destruidores é aceita de forma geral ainda no decorrer da década de 1930. É certo que o maior gesto de recusa ao modernismo parte da direita, através do famoso número 4 do boletim da sociedade Felipe D’Oliveira, a revista *Lanterna Verde*, organizado em 1936 por Tristão de Athayde. Mas não só: intelectuais de várias direções artísticas e ideológicas a manifestaram- os comunistas, os regionalistas do Recife, escritores do Rio Grande do Sul, muita gente enfim. (...) para a geração de autores de 30, o modernismo foi muito incompleto, sem chegar à universalidade das coisas espirituais, básicas para uns, nem à consciências dos nosso graves problemas sociais, fundamentais para outros.²²²

²²¹ “O século XX representa um marco histórico na lexicografia brasileira. É neste período que surgem os nossos primeiros dicionários, editados seja em coedição com Portugal, seja exclusivamente por editora nacional. É também no século XX que a Academia Brasileira de Letras vê concretizar, mesmo que tardiamente, seu projeto de publicar um Dicionário da Língua Portuguesa. É, pois, somente nesse período, ainda recente, que é interrompido um vazio de quatro séculos com o efetivo nascimento da lexicografia nacional, definida mais pelos registros do Português do Brasil (PB) do que pelo lugar geográfico de publicação. O dicionário de língua – a mais prototípica das obras lexicográficas – constitui-se no único lugar que reúne, de modo sistemático, o conjunto dos itens lexicais criados e utilizados por uma comunidade linguística, permitindo que ela reconheça-se a si mesma em sua história e em sua cultura. Além de se constituir em espelho da memória social da língua, o dicionário desempenha o papel de legitimar o léxico. E, como tal, alcança o estatuto de um código normativo que define parâmetros orientadores dos usos lexicais”. Ver: KRIEGER, Maria da Graça; MULLER, Alexandre; GARCIA, Andrea Roberta da Rocha; BATISTA, Rosinalda Pereira. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil In: *Alfa*, São Paulo, n. 50, 2006, p. 173-187.

²²² BUENO, Luís. *Op. cit.*, p. 48e 49.

Essa concepção de literatura para Braga esbarra noutras reflexões feitas pelo cronista nos seus textos publicados entre 1938 e 1939. A ideia de uma literatura cada vez mais próxima do povo e que fosse utilizada para fazer refletir, em meio a um contexto tão incerto e difícil como o Estado Novo, foi defendida em muitas crônicas. Num texto em que utiliza como mote a crítica de Genolino Amado sobre a obra *Nada de Novo no Oeste*, do alemão Erich Remarque²²³, o cronista demonstrava, com clareza, seu ponto de vista sobre a força da literatura naquele contexto. O livro de Remarque, publicado pela primeira vez em 1929, foi de grande sucesso editorial, no entanto, com a ascensão do Partido Nazista ao poder, o escritor teve de deixar o país, já que sua obra havia sido proibida por contrariar a ideia da guerra como um mal necessário e expor as mazelas do conflito:

Genolino Amado escreveu num domingo destes, um artigo sobre o soldadinho de Remarque. Falou do soldadinho que saiu contando para o mundo sobre a guerra. E exaltou o valor da literatura, como essa de “Nada de Novo no Oeste”, que mostra a humanidade o que é a guerra, com todo seu horror, sua tristeza, sua porcaria, sua desumanidade. Depois, em vista destes telegramas que dizem que a guerra vai voltar, Genolino concluiu amargamente que a literatura não vale nada. Porque a humanidade não se emenda. Ela se comoveu com os livros de Remarque. Amaldiçoou a guerra. E se prepara outra vez para outra guerra.

Ora Genolino não tem razão. **Na verdade a literatura não tem força para mudar o destino dos povos, que são dirigidos pelas encrências econômicas ou sociais. Mas pode torcer um pouco esses caminhos.** E essa guerra nova, que vem aí, oferece prova disso. Remarque não evitou Hitler, isto é, não evitou a guerra. Mas, é preciso não esquecer que Hitler para fazer o que está fazendo teve de proibir Remarque. Expulsando da Alemanha o grande romancista de “Depois” e os nomes mais brilhantes e poderosos da literatura e da cultura de seu país. Hitler sabia o que fazia. Ainda agora na Áustria uma plêiade de escritores e cientistas, os maiores da Europa incluindo três detentores do prêmio Nobel, foram presos, expulsos ou suicidados. Porque diabos o fascismo tem tanto medo desses homens que escreves historietas ou se trancam em laboratório para estudos intermináveis? É exatamente porque ele reconhece que a literatura vale alguma coisa. É porque Hitler teme hoje ainda o soldadinho de Remarque. Sim o soldadinho de Remarque irá para a trincheira. Mas os homens e as mulheres que leram Remarque não o esquecerão. A humanidade não é tão estúpida como se parece. (...) ²²⁴

²²³ Erich Maria Remarque (1898-1970) nasceu na Alemanha. Quando completou 18 anos juntou-se ao exército alemão na Primeira Guerra Mundial na qual lutou por dois anos. Gravemente ferido, Remarque retornou a Alemanha ao final da guerra e passou a colaborar em alguns jornais locais. Em 1929 lançou *Nada de Novo no Front*, narrativa na qual explicitou os horrores vividos pelo conflito que participou. Em 1933 seus livros foram queimados e o autor se exilou nos Estados Unidos.

²²⁴ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1014, 14 set 1938, p. 5

Para Braga, a crítica de Genolino não se sustentava, pois o próprio fato da obra ter chamado a atenção de Hitler, para que a proibisse, já demonstrava o poder do escrito de Remarque. Para o cronista, mesmo que a literatura não evitasse o real conflito, sua função havia sido cumprida: a de se fazer refletir, por meio do soldadinho, personagem principal do romance, sobre as questões pertinentes daquele contexto.

No mesmo sentido, caminhou a crônica de fevereiro, de 1939, sobre a estreia do filme *O Grande ditador*, de Charles Chaplin. O elogio ao ator e a ideia do filme, que fazia clara sátira a Hitler, também se concentrava no poder de fazer refletir àqueles que os assistissem:

(...) Há uns nove anos atrás escrevi numa revista que a bengalinha de Carlitos derrubava arranha-céus. Passaram-se nove anos, e os arranha-céus estão de pé. Não a bengalinha não os derruba. Mas derruba, com um golpe de ridículo, de um ridículo carregado de força emotiva, tabus e preconceitos usados para tornar mais confusa e triste a vida do homem. O pequeno vagabundo sentimental, inocente como um anjo, pobre de pobreza mais humilde, já foi chamado de D. Quixote tímido. No lugar da lança heroína, a bengalinha; no lugar dos estribos firmes, os sapatões tortos. E no lugar do cavalo, nada. Nem mesmo em um cavalo. Seria absolutamente inconcebível montado em um cavalo: mais aceitável um pouco montado por um cavalo.

Agora ele vai começar a filmar “Os ditadores”, filme falado. O diretor da United Artists declarou a uma agencia telegráfica que o filme “será exibido onde quer que o povo possa ter senso de humor”. O pequeno homem sem propriedades, sem dinheiro, sem emprego fixo, sempre perseguido pelos guardas, o pobre mulambo de gente vai falar dos tropejantes e calamitosos senhores dos povos, vai dizer em um filme o que pensa dos donos da vida. **A bengalinha de Carlitos, que não derrubou os arranha-céus, também com certeza não derrubará os canhões. Mas poderá emocionar e fazer refletir os homens atrás dos canhões.**²²⁵

Embora tenha defendido, em várias crônicas, a ideia de que a literatura não estava isenta de função política, o cronista não deixou de explicitar que as artes, em geral, não deveriam estar ligadas a partidos ou correntes ideológicas. Naquele contexto, o escritor referia-se, acima de tudo, às ideologias de extrema-direita, alvo de ataques constantes em seus textos. Em maio de 1939, o cronista comentava sobre a vinda do pianista Alexander Brailowsky²²⁶ ao país para se apresentar no Rio de Janeiro. Vindo de uma turnê nos Estados Unidos e indo para a Suíça, o pianista disse, numa entrevista, que não tinha intenções de retornar a Alemanha. Novamente, a crônica de Braga usa de

²²⁵ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1144, 8 fev 1939, p. 4

²²⁶ Alexander Brailowsky (1896-1976) nasceu em Kiev na Ucrânia e tornou-se pianista com 18 anos. Tornou-se conhecido por interpretar diversas peças de Chopin no período entre guerras, além de fazer diversas turnês nos EUA, Argentina e França.

estratégias: nota-se que, no início do texto, o cronista comentou a vinda do pianista e, ao final, utilizou, como mote, o comentário de Brailowisky sobre a Alemanha:

Chegou Brailowisky , para alegria de tanta gente e principalmente das senhoras e senhoritas. Porque esse artista é antes de tudo para as mulheres que sentem melhor que os homens sua arte feita de sonhos e delicadeza.

Interprete por excelência do febril Chopin, portador de uma doença romântica, distinto e elegante, Brailowisky pode muito bem acontecer que seja um gênio. Mas, é um gênio bem penteado, um gênio que sabe escolher muito bem uma gravata para uma camisa.

(...) Vem dos Estados Unidos. E desmente, com o seu caso, aquele velho boato do “materialismo” americano. Em nenhum outro país do mundo como os “materialistas” dos Estados Unidos um artista como Brasilowisky ou um cientista como Einstein – qualquer grande homem voltado a qualquer coisa de espírito e de sentimento – tem uma liberdade mais ampla e uma vida mais confortável. Vai para a Suíça. E não irá mais – disse-o ontem numa entrevista a um matutino – não irá nunca mais à Alemanha. Vou transcrever aqui ontem o trecho da entrevista publicada:

- O fato de eu não ir a Alemanha implica tão somente uma questão de solidariedade artística. Na nossa opinião, a arte deve estar à margem de toda e qualquer corrente ou cogitação política.²²⁷

Nesse sentido, foi insistente a crítica de Rubem àqueles intelectuais que estiveram, de alguma forma, atrelados ao Estado Novo. Em todos os veículos Rubem teceu comentários sobre tal condição e não deixou de atacar, mesmo que de forma velada, aqueles que compactuavam com a política cultural exercida pelo governo.

Sabe-se que o Estado Novo propunha um projeto político que desse suporte a diferentes esferas da sociedade. Saúde, educação, cultura, entre outras foram direcionadas, por uma nova política centralizadora, que tratou de cooptar diferentes especialistas e intelectuais para cada situação: “A construção de uma sociedade estava pendente da ideia de construção de um Estado que a incorporasse e que sustentasse seu voo em áreas e espaços fundamentais da convivência social.”²²⁸

Tal cooptação foi capaz de reunir, em seu bojo, diferentes tipos de intelectuais que, durante os anos que precediam o golpe, estiveram, muitas vezes, em oposição:

O Estado Novo em sua complexa trama de “tradição” e “modernização” exerceu um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. Figuras egressas do modernismo tanto os que ingressaram nos movimentos radicais dos anos 1930, quanto os que se mantiveram ligados aos partidos tradicionais foram desembocar numa corrente

²²⁷ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1.222, 14 mai 1939, p. 4. Grifo nosso.

²²⁸ BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: Helena Bomeny (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001, p. 19.

comum que se insere no projeto de construção do Estado Nacional. Literatos, modernistas, políticos, integralistas, positivistas, católicos, socialistas são encontrados trabalhando lado a lado.²²⁹

O caso do meio literato não foi diferente. Foi grande o número de escritores que participaram dos mecanismos propiciados pelo Estado, caso mais emblemático foi de Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde, a convite de seu colega de infância, o Ministro Capanema.

A participação de intelectuais que faziam oposição ao governo estadonovista e participavam de sua política cultural é enfrentado com frequência pela historiografia²³⁰. Sabe-se que a cooptação desses não foi uma via de mão única e torna-se importante considerar a conjuntura pela qual esses escritores estavam enfrentando. A ideia do “escritor funcionário” não deve ser encarada com maniqueísmos, tampouco deva se considerar como heroica a atitude daqueles que não se inseriam nesse meio.²³¹ Em livro sobre a política cultural do Estado Novo, o historiador americano Daryle Willians analisou a participação dos diferentes intelectuais no aparato estatal e chamou a situação do duplo vértice, entre o Estado e o campo cultural, de “culture wars”. Willians concluiu que, embora o estado tivesse centralizado a questão cultural em suas mãos, tal condição ecoou noutros períodos da história do país:

All post Estado Novo constitutions have mandated that the state protect and promote culture, authorization the state to maintain institutions of cultural management. Cultural management, virtually unknown at the federal level before 1930 is now fully recognized area of public policy, thanks to Vargas regime.

E concluiu:

It is clear that the Vargas Era, and most especially the Estado Novo, stood for a time and place in which the federal government established itself as a center of cultural authority. During the first Vargas regime, the state turned towards the cultural field to shape a regenerated national political culture. The culture field, in turn, turned to the state to try to resolve intense differences over the aesthetics of renewal, Brazil's place in international culture, and the meaning of Brazilianness.²³²

²²⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELOSSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro e. *Op. cit.* p. 11

²³⁰ Ver: GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001; PÉCAULT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990; WILLIAMS, Daryle. *Culture wars in Brazil. The first Vargas Regime, 1930-1945*. Durham: Duke University Press, 2001

²³¹ Ver : MICELI, Sérgio. *Op. cit.*, 2001.

²³² WILLIAMS, Daryle. *Cultura Wars in Brazil. The first Vargas regime, 1930-1945*. Duke University Press: 2001, p. 89 e 259.

Dessa forma, ao analisarmos as crônicas de Braga que criticaram, diretamente, os intelectuais atuantes no governo, será necessário ponderar algumas questões. Mesmo o escritor que criticou esse posicionamento, também foi participante, nesse sentido, das esferas do governo. Em 1940, após retornar a São Paulo, foi convidado, pelo interventor Adhemar de Barros, a colaborar no *Estado de S. Paulo*, nesse momento, sob tutela do regime. Além disso, em 1943, foi convidado, novamente, pelo político a chefiar o setor de publicidade no Serviço Especial de Saúde Pública.²³³ No entanto, cabe questionar qual a posição de Braga naquele momento e como o cronista fazia tais críticas tão contundentes.

Em tom de denúncia, o cronista expôs a subserviência dos homens de letras:

Foi preso um sujeito que avançou contra um carro que passava o presidente Roosevelt. O sujeito declarou que queria engraxar os sapatos presidenciais. Foi metido na cadeia. Coisa esquisita. **Conheço pelo menos um país no mundo onde engraxar os sapatos do presidente não é crime. Pelo contrário, é profissão importantíssima, para altos intelectuais.**²³⁴

O ocorrido nos Estados Unidos é o mote para criticar a situação vigente no Brasil que, na avaliação de Braga, era marcada pela falta de autonomia e disposição para colaboração. Já noutra crônica, cobrava-se o compromisso dos escritores:

A poetisa argentina Alfonsina Storni²³⁵ andava muito triste. De noite ia para a praia e passava horas olhando para o mar. Na noite de 24 de outubro ela saiu e não voltou. Seu corpo foi achado no dia seguinte flutuando no meio das ondas. Alfonsina se jogou no mar, de noite, porque andava muito triste. No Brasil as poetisas também olham o mar de noite e vivem tristes. Pelo menos é o que elas dizem. Mas no lugar de tomar uma atitude decente, continuam vivendo e fazendo versos. Os poetas procedem da mesma forma. Não digo nada a respeito do Sr. Augusto Frederico Schmidt²³⁶, o Gordinho Sinistro,

²³³ Em termos de criação institucional, os marcos [das reformas na saúde] foram as Delegacias Federais de Saúde, os Serviços Nacionais e a instituição das Conferências Nacionais de Saúde. A criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942, por meio de um acordo com o governo norte-americano, é outro marco importante. Ver: HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005.

²³⁴ O homem da rua, *Diretrizes*, n. 5, ago. 1938, p.13. Grifo nosso.

²³⁵ Alfonsina Storni nasceu na Suíça em 1892, mas mudou-se para a Argentina com seus pais ainda pequena, onde passaram por dificuldades financeiras. Suas obras tinham como característica o empenho contra a injustiça social. Aos 43 anos, descobriu que estava com câncer de mama. Abalada pelo suicídio do amigo e escritor Horacio Quiroga em 1937, no ano seguinte enviou um soneto para o jornal *Mar Del Plata*, intitulado *Voy a dormir* e cometeu suicídio. A respeito, ver: <http://www.lospoetas.com/j/bioastorni.htm> acessado em 10/05/2013

²³⁶ Augusto Frederico Schmidt, poeta, prosador, ensaísta e cronista nascido no Rio de Janeiro, então capital da República, conhecido como o *gordinho sinistro*, poeta da segunda geração do *Modernismo* e um dos primeiros poetas brasileiros a usar o soneto sem atender a nenhuma de suas regras internas. Publicou seu primeiro livro, *Canto do brasileiro* (1928). Como empresário fundou uma editora e tornou-se um dos grandes divulgadores do *modernismo* e editor responsável pelo lançamento dos primeiros romancistas nordestinos, editando, entre outros, Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, Gilberto Freyre e Jorge Amado. Com *Pássaro cego* (1930), iniciou uma fase de dúvida metafísica, marcada pela meditação

que fala da morte o tempo todo e não age. Esse é melhor continuar por aí. Apesar de suas safadezas, dizem que tem bom coração; e é, de verdade, um bom poeta. Além disso, se ele se jogasse na Guanabara poderia obstruir a entrada na barra. Mas há outros que são irritantes. **Afinal de contas esses cavalheiros soluçam e gemem, suspiram e choram, arranjam um bom emprego público e no fim quem se mata é a senhora do ‘goal keeper’.** Batatais. Não é direito.²³⁷

Nesse mesmo sentido, notou-se que o grande alvo das críticas de Braga foi o escritor Machado de Assis, usado como meio de criticar aqueles intelectuais cooptados pelo Estado. O ano de 1939 marcava o centenário do nascimento do autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e, não por acaso, seu nome configurava nas crônicas de Rubem.

Diversas homenagens foram organizadas pelo governo, entre elas, a exposição *Machado de Assis*, organizada pelo Instituto Nacional do Livro (INL), além do filme *Um apólogo – Machado de Assis*, de Humberto Mauro, realizado pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), órgãos vinculados ao Ministério Educação e Saúde. O centenário do escritor pareceu providencial para o governo estadonovista, pois sua trajetória intelectual foi usada como exemplo:

A vida de Machado de Assis, sua origem e obstáculos, foi realmente desafiadora. Mas na leitura do centenário essa vida sofrida atingiu uma dimensão quase fabular: Machado, de acordo com tal leitura, concentrava em si e em sua trajetória tudo de problemático, triste e acabrunhante que um homem do século XIX poderia ter. Negro, pobre, órfão, epilético, feio, gago. No entanto, essa é a principal lição de vida tirada pelo Estado Novo, ele venceu. Menções que valorizavam o autodidatismo de Machado de Assis, sua conduta irrepreensível como funcionário público, um autêntico cumpridor de regras, se tornariam praticamente obrigatórias em qualquer notícia biográfica do escritor²³⁸

Essa situação foi motivo pelo qual, em alguns textos, Rubem fez questão de afirmar que não concordava com a ideia de “intelectual modelo” que o Estado Novo tentava, por meio de suas homenagens, transmitir. Dessa vez, o mote para a crítica foi a recusa do secretário de educação do Rio Grande do Sul, Coelho de Souza, para dar o nome do escritor a uma escola. Num primeiro momento, *Chico* afirmou que o escritor de *Dom Casmurro* e outros escritores da mesma época o influenciaram, no entanto,

sobre o tempo e a morte, de profunda melancolia e pessimismo em relação à transitoriedade da vida. Com *Mar desconhecido* (1942), atingiu o máximo do seu prestígio junto a crítica.

²³⁷ O homem da rua, *Diretrizes*, nº 8, nov. 1938 p. 5. Grifo nosso.

²³⁸ FERREIRA, Gabriela Manduca. *A crítica Machadiana durante o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH, USP. 2011, p. 113

ponderou que não simpatizava com Machado. Em seguida, teceu comentários ásperos e irônicos sobre a trajetória do escritor:

Não adiantou nada a Machado de Assis viver afastado da política. Nada lhe adiantou ser eternamente respeitoso com as autoridades. Toda sua carreira de funcionário exemplar de burocrata obediente e caladinho acaba de ser condenada pelo Sr. Coelho Souza, secretário de educação do Rio Grande do Sul. Seu nome foi declarado inconveniente para um grupo escolar. O Sr. Coelho de Souza respondendo uma sugestão de uma professora, disse que o melancólico Machado, o frio e séptico Machado não deve ser posto diante dos olhos da novas gerações, porque é um mal exemplo. Como o próprio Sr. Coelho de Souza confessa que Machado é seu autor de cabeceira, talvez se possa concluir que ele respondeu assim menos por amor às crianças que por amor à Machado. Como todo brasileiro de minha idade, também eu, pobre Chico sofri a influencia de Machado. Isso não me impede de sentir certa antipatia por esse velho de espírito sutil, mas curto. Essa antipatia tem talvez da mediocridade de Machado de Assis e de todos os seus discípulos, mediocridade sentimental, mediocridade vital. Porque afinal todo o fundo do machadismo é a incompreensão mais triste da vida, da luta e do amor. Machado não tem culpa porque era um homem doente. Ainda outro dia ouvindo uma bela conferencia feita pelo jovem Clovis Ramallete sobre Eça de Queiroz , uma conferencia que a crítica no fim, cedia lugar a emoção, ao amor pelo velho Eça a saudade pelo seu muito humano e fraternal de João da Ega ou do velho Affonso , fiquei pensando que Machado nunca há de merecer de um moço, tão comovida homenagem. O grande escritor era um pequeno homem. Seu papel tem servido de refugio para homens inteligentes e covardes. Seu mérito é todo negativo, é o mérito de defender o leitor contra a estupidez cavalariça de certas ideologias para os quais a cultura é um caso de puxar o revólver e a inteligência deve ser posta a serviço da força animal, da injustiça e da exploração. Mas quanto vício para destruir esse mérito! Apanhem por aí um jovem inteligente, honesto, um rapaz com algum tutano no cérebro e na moral. Arranje-lhe um emprego público. Ele começará a ler Machado e conseguirá se acomodar na vida graças a Machado. A literatura de Machado é o tipo de literatura ideal para formar excelentes oficiais de gabinete e cômodos burocratas. Portanto, se faz questão de ordem , de bom comportamento – e o bom comportamento é cada vez mais a suprema virtude – ninguém melhor que Machado para exemplo dos moços. Creio que o Sr Coelho tira às instituições pacatas uma excelente ajuda atrapalhando a carreira do machadismo. Ele até pode servir de exemplo do meninos, numa aula assim: **“Vejam como um mulatinho, filho de uma lavadeira, foi tão obediente e tão direitinho que chegou ao posto de diretor geral!”**.²³⁹

À ironia foi acrescida a crítica direta a intelectuais e escritores que usavam do espaço público em seu benefício e, por consequência, não o confrontavam diretamente. Para Rubem e outros intelectuais de seu tempo, o escritor e sua torre de marfim não

²³⁹ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1129, 21 jan 1939, p. 4 . Grifo nosso.

representavam a literatura contemporânea. Nesse sentido, é interessante notar que as críticas a Machado de Assis vêm acompanhadas de ataques à Academia Brasileira de Letras.

Na *Revista Acadêmica*, a indignação do cronista era conhecida pelos literatos reunidos ali. Em abril de 1939, ainda comentando sobre o inquérito de contos da revista, Murilo Miranda afirmava que a ABL estava publicando na França uma antologia de contos brasileiros. Ironizando, Miranda avisou que o organizador da antologia foi Mucio Leão, que não respondeu ao inquérito da *Acadêmica*, por considerá-lo muito difícil, enquanto que organizar uma antologia acadêmica era bem mais simples. A esta afirmação Miranda respondeu: “Sem dúvida, porque escolher o pior é uma questão de vacuidade”. (...) Por isso mesmo, Rubem Braga, quando lhe perguntaram qual a melhor maneira de se comemorar o centenário de Machado de Assis, saiu com essa “Acabando com a Academia”.²⁴⁰

A semelhança com o discurso em *Acadêmica* foi nítida em texto publicado n’*O Imparcial*. Em crônica de abril, o cronista atacou a instituição e atribuiu essa frase a outra pessoa:

Há uma comissão encarregada de organizar as homenagens oficiais de Machado de Assis. E há um inquérito, num vespertino, sobre o melhor meio de prestar essas homenagens ao grande escritor. Numa roda em que se discutia o assunto houve quem sugerisse que se desse o nome de Machado de Assis a Academia Brasileira de Letras que ele fundou. Mas logo outra pessoa afirmou:

- “Seria, na verdade, uma boa homenagem. **Mas, proponho outra coisa: em homenagem a Machado de Assis mandar fechar essa Academia que ele fundou, afinal de contas na melhor das intenções...**”

O fato é que ultimamente pouco se tem falado da Academia. Até pouco tempo, toda a gente falava. Falava mal – mas, falava. Era alguma coisa. Hoje em volta da Academia há poucos inimigos – e muitos indiferentes. O que é humilhante para uma instituição de tão pretencioso título. Pobre academia que já nem provoca sátira!

E continuou:

Mas agora a novidade. Os imortais estão sendo comentados. A comissão incumbida de premiar um livro de poesia deu prêmio a Cecília Meirelles. Como esse prêmio em geral tem saído para poetas horríveis, a notícia era de causar uma alegre surpresa, porque Cecília é, de fato, uma senhora de uma delicada inspiração. Neste país de poetizas cabotinas e vazias, ela não tem o destaque merecido pelo fino conteúdo espiritual e pela doce beleza de seus poemas. Mas a Academia é infalível. Não podia fazer uma coisa decente sem fazer

²⁴⁰ MIRANDA, Murilo. Quais os dez melhores contos brasileiros?, *Revista Acadêmica*, n. 43, abril 1939, p. s/n

outra para atrapalhar. O caso é que se soube que a comissão composta por Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida e João Luso deu o premio a Cecília sem ler os outros livros. O Sr. Fernando de Magalhães pediu vista dos outros trabalhos, em numero, de vinte e tantos verificando-se então que todos estavam fechados. Para julgar, os membros da comissão não tinha tido sequer o trabalho de abrir os envelopes. (...) Que os senhores acadêmicos não escrevam mais nada, vá lá é até bom. Mas, eles deviam pelo menos, ler – ler ao menos os livros dos ingênuos que concorrem aos desmoralizados prêmios. Afinal de contas, ali dentro, nem todos são totalmente analfabetos.²⁴¹

O clima de rejeição à Academia pode ser sentido de forma contundente no primeiro depoimento do inquérito feito pela revista *Diretrizes*. O entrevistado, Cassiano Ricardo, foi alvejado por questionamentos a respeito da incompatibilidade da ABL com a literatura nacional como, por exemplo: “Julga que a permanência fora da academia de grandes nomes **reais** da cultura brasileira concorra para a atual desmoralização da academia? Monteiro Lobato, por exemplo? Que outros nomes acha indispensável na academia?” e, ainda, “Acha que a academia, como tem feito até agora, pode continuar a se manter alheia aos grandes problemas que agitam o mundo sem fugir as suas responsabilidades perante a cultura brasileira? ”. A inercia da instituição diante de um possível conflito europeu, além dos acontecimentos políticos no Brasil, tornava a ABL obsoleta e anacrônica para os seus contemporâneos, principalmente àqueles participantes ativos da literatura pós 30.

Esses elementos vão de encontro à concepção de literatura e ao papel do intelectual para Rubem e seus companheiros naquele momento. A ideia de fazer arte pela arte não lhe parecia viável. Embora mostrasse que era preciso cuidado com filiações políticas e a militância, o cronista deixou claro, em suas crônicas, que acreditava no papel da literatura no sentido de fazer refletir. A seu modo, mesmo que lento e discreto, a literatura poderia combater elementos conservadores, tão caros à conjuntura histórica que estava presenciando.

O depoimento de Drummond, ainda no inquérito feito por *Diretrizes*, sintetiza bem o pensamento dos intelectuais reunidos em torno das publicações culturais naquele momento de incertezas. Ao ser questionado se era possível ao intelectual contemporâneo se restringir a “arte pela arte”, o poeta foi firme:

Não. Fazer arte pela arte é muito feio. Aliás, ninguém realmente consegue faze-lo. O artista mais puro, aquele que se julga impermeável as necessidades e interesses do tempo, esta, sem o saber, e passivamente, servindo a determinados interesses e necessidades.

²⁴¹ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1189, 5 abril 1939,p. 5

Nos tempos que correm, então, aquela atitude é simplesmente impossível, porque as questões do mundo invadem nossa casa, o nosso sono. Isto não quer dizer que se deva fazer arte pela circunstancia, é claro. (...) É bom insistir nesse ponto, para que não se veja no repúdio a arte pela arte o desejo de fazer discursos poéticos, poesia de partido, poesia de classes. O fundo insubornável da verdadeira poesia restará sempre como dádiva maravilhosa do poeta para os homens, sem que seja possível transformar esse fundo em simples sentimento de solidariedade, em espírito público, em preocupação de servir ou qualquer coisa parecida. (...) Em suma, se a poesia não pode ser reivindicada pelos partidos, também não saberia ficar prisioneiro de abstrações.²⁴²

A última menção de Braga às comemorações do centenário do escritor foram feitas em crônica de abril, na qual comentou sobre a publicação de antologia do autor pelo Instituto Nacional do Livro. O governo se responsabilizou pela publicação da edição crítica das obras completas de Machado e por uma edição de luxo ilustrada e de três volumes de Machado, sendo um de contos, um de poesia e outro do romance *Dom Casmurro*.

Em tom mais leve, o cronista preocupou-se com as novas edições dos livros de Machado e ponderou:

Não se pode negar que a comissão encarregada das homenagens a Machado de Assis está trabalhando direito. Entre outras coisas, resolveu essa comissão, que o Instituto Nacional do Livro publicará uma edição crítica da obra de Machado. Não falta nem no Instituto, nem na Comissão gente capaz de fazer isso. E é de esperar que essa edição seja vendida a preço acessível ao público. Creio que seria bom também que os volumes não tivessem aquela aparência de material oficial que tiveram as duas excelentes antologias de poetas românticos e parnasianos tão bem feitos por Manoel Bandeira e que foram editadas pelo ministério. Essas antologias organizadas exatamente por quem melhor poderia organiza-las, vendidas a cinco mil reis, cada uma, apresentavam pra mim, essa única falha. O volume era decente, discreto, com as letras da capa bem desenhadas, com bom gosto. Mas tinha o jeito oficial, o aspecto burocrático, um ar de autos, qualquer coisa de frio, de estampilhavel(sic), de despachável, de encaminhavel(sic), de anti poético .(...) O que há a dizer é que Machado de Assis ficou muito caro. E nenhuma homenagem será melhor que essa de popularizar sua obra.²⁴³

Mais uma vez o cronista apelou para a popularização da literatura, reivindicando uma edição mais barata, como já havia feito da edição de poesias de Manoel Bandeira.²⁴⁴ Além de criticar o uso da trajetória intelectual de Machado de Assis, como

²⁴² Os intelectuais e os problemas da cultura no Brasil, *Diretrizes*, n. 18, set 1939, p. 113. Grifo nosso.

²⁴³ Grypho 7 *O Imparcial*, n. 1196, 14 abril 1939, p. 4

²⁴⁴ Em *Diretrizes* o cronista comentou brevemente sobre a comemoração do centenário de Machado: “ O que aconteceu em junho? Aconteceu que Machado de Assis , que nasceu em junho de cem anos atrás. Por

exemplo de intelectual naquele período, o cronista não deixou de atacar intelectuais contemporâneos. O centro de suas críticas foram, como de usual, os intelectuais católicos e seu maior expoente naquele momento, Tristão de Athayde.

Essa não foi a primeira vez que Rubem criticou a instituição e aqueles que a representavam. Sem dúvida, além dos integralistas, a figura de Tristão de Athayde foi a mais combatida por Rubem Braga ao longo desses dois anos. Foi n’*O Imparcial* que o combate ao intelectual católico se deu de maneira mais intensa.

Interessante notar que, embora tenha sido um jornal alinhado à política varguista, foi nele que Braga conseguiu tratar de assuntos variados e com maior frequência, já que sua colaboração era diária.²⁴⁵ Foi, portanto, no início da sua colaboração do jornal, em setembro de 1938, nas suas primeiras crônicas como *Chico*, que o cronista atacou diretamente Tristão de Athayde, numa sequência de quatro crônicas.

Os ataques ao intelectual foram motivados por sua direção na Universidade do Distrito Federal, a UDF. A Universidade, criada em 1935, se colocava num contexto de grandes mudanças na educação levadas a cabo por Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, que, desde 1934, estava à frente de sua administração²⁴⁶, além do Diretor do Departamento de Educação do Rio de Janeiro, o intelectual Anísio Teixeira. No seu primeiro ano, a UDF teve uma postura liberal e defendeu o ensino público, gratuito, laico e tinha como objetivo dar meios à pesquisa científica, literária e artística com vista de formar um quadro de intelectuais no país. Além disso, Anísio dava grande

isso houve festejos grandes, tão grandes como nunca houve para nenhum literato neste país. Eu também gosto de Machado de Assis, eu também adiro a suas comemorações. Mas afinal de contas houve mil números especiais de revistas e suplementos de jornais; houve exposições, houve discursos; houve decretos; houve teatro; houve recitativos; houve flores; houve artigos; houve até lágrimas; houve até brigas.” In: O homem da rua, *Diretrizes*, n.16, jul 1939, p. 6.

²⁴⁵ Em julho de 1939 o cronista comentou a dificuldade do cronista em escrever colunas mensais: Triste coisa é escrever este “homem da rua”. Pois, não sendo profeta, não posso escrever sobre o mês que nasce. Hei de escrever sobre o mês que morre. Olhar para trás, ver trinta dias passados, trinta dias mortos, e registrá-los é bem um ofício de coveiro. Bendito seja o cronista de todo dia, que enterra no seu escrito um dia que ainda tem o corpo quente de ardores da tarde. Maldito seja o cronista mensal que enterra um mês frio. (...) In: O homem da rua, *Diretrizes*, n. 16, set 1939, p. 6.

²⁴⁶ “Embora tivesse um projeto universitário ousado, Capanema, desde o início, manteve uma relação amistosa com os setores conservadores católicos, que se empenharam em solicitar ao ministro que excluísse dos quadros universitários os intelectuais liberais que permitisse a criação e/ou manutenção das instituições superiores privadas vinculadas à Igreja e a manutenção do ensino religioso na educação básica.” Ver: SILVA, Norma Lúcia da. ; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011, p. 289.

importância aos cursos voltados para a área pedagógica, mostrando a preocupação em formar professores.²⁴⁷

No caso da UDF, após os acontecimentos que levaram à chamada Intentona Comunista em 1935, Anísio Teixeira teve de se desligar do cargo devido a pressões políticas. Como bem salientou Marieta de Moraes Ferreira:

A despeito do projeto inovador que estava desenvolvendo – ou talvez por isso mesmo –, a UDF enfrentou forte resistência da Igreja católica e do Ministério de Educação. Logo de início, seus criadores e professores foram acusados de envolvimento na Revolta Comunista de novembro de 1935. A repressão que se seguiu à revolta atingiu, para começar, o prefeito Pedro Ernesto, que foi destituído e preso, e Anísio Teixeira, que deixou a Secretaria de Educação. A UDF continuou, mas foi aos poucos perdendo sua força.²⁴⁸

Nesse sentido, em 1937, foi criada outra instituição, a Universidade do Brasil, com o objetivo de torná-la um modelo de ensino superior para o resto do país, nos mesmos moldes que o colégio D. Pedro II já praticava. A particularidade da UB foi a criação de um *campus* que reunia os diversos institutos e faculdades num local.

Os anos seguintes foram marcados pela mudança no quadro das universidades e, após a instauração do Estado Novo, a pressão foi grande para que a UDF se extinguisse. Assim, em 1939, a universidade foi extinta e parte do seu quadro foi incorporado à UB. Além disso, a criação da Faculdade Nacional de Filosofia ajudou a marcar o processo. Diferente da concepção da UDF, a FNFi não tinha comprometimento com a pesquisa, objetivava apenas a formação de professores de escola normal e secundário.

Diante desse contexto de mudanças, vale ressaltar que o intelectual Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, ficou a cargo da direção da UDF, enquanto ela não havia sido extinta. Essa condição causou revolta em Rubem Braga, pois as ideias do católico eram o extremo oposto daquilo que ele e outros intelectuais liberais e de esquerda acreditavam naquele momento.

Na segunda crônica de setembro, Braga atacou Amaral Fontoura. O intelectual havia respondido a artigo de *Diretrizes* que criticava o católico, no lugar de Tristão de Athayde. Chico comentava:

(...) essa excelente revista teve coragem de clamar contra a orientação medieval da reitoria da UDF, que transformou uma universidade adolescente que era uma coisa viva, arejada, num fóssil universitário, onde as ideias mais modernas são as do século 12. O ataque era para o

²⁴⁷ Apud: FERREIRA, Marieta de Moraes. O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia na Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, n.2, v.19, abr.-jun. 2012 p. 613.

²⁴⁸ Idem, p. 614

Sr. Tristão de Athayde. Em vez de responder Tristão mandou que respondesse por ele um rapaz. Amaral Fontoura, que citou palavras de mestre, entre as quais as seguintes:

“A verdade é uma única: não é possível haver uma verdade ontem e outra hoje, e será assim mesmo depois do mundo acabar, etc, etc.” Ora quando um reitor de Universidade no século 20, num país mais ou menos civilizado como afinal de contas, já é o Brasil, escreve essas tolices, só mandando fechar o comercio. Não é possível. Na ciência, como em tudo, o povo sabe que “não há nada como um dia após o outro”. Se esse incrível S.r. Tristão de Athayde nos explicar hoje que o planeta em que vivemos tem a forma de um prato raso ou de uma linguça, só porque no seu tempo, lá para 1.209, um calhorda qualquer disse isso, vamos todos tocar harpa e passear de carrinho de mão.

Continuou ainda, ironizando a figura de Athayde:

O S.r Tristão de Athayde, segundo dizem seus amigos é um homem inteligente. Então que se aproveite esse cavaleiro como diretor do Museu Nacional. Ou se for possível arranjar para ele um lugar de diretor, arranjem pelo menos um lugar como mostruário das curiosidades históricas. Como fósil de tartaruga, por exemplo.²⁴⁹

O artigo, no qual Braga fazia referência, era resposta a um editorial, publicado em julho de 1938, pela revista *Diretrizes*, que dava as impressões sobre a administração de Athayde. No mês seguinte, Amaral Fontoura respondeu a provocação com artigo extenso intitulado *Uma Universidade para a capital do Brasil*. Na chamada do artigo, a própria revista afirmava que o conteúdo do texto já confirmava as impressões atestadas pelo primeiro editorial, mas, como uma publicação que tem enorme “prazer” em publicar visões contrárias ao editorial, sentiu-se no dever de expor as ideias de Fontoura. O artigo de resposta à Fontoura veio no mês seguinte.

Intitulado *Babel Universitária*, o texto afirmava que as opiniões de Fontoura foram encaradas como as mesmas de Alceu Amoroso Lima e, após longa explanação, o texto concluía:

Mas o que é inadmissível é que sob os auspícios do poder público, e com os recursos financeiros fornecidos pelo contribuinte, que é obrigado a pagar impostos, se mantenha um aparelho de propaganda filosófica em oposição as ideias integradas no sentido da atual organização educativa do Brasil. O Estado não tem o direito de assumir a responsabilidade moral e financeira de tendências educativas, cujo resultado prático, será colocar os que foram por ela influenciados fora do ritmo do pensamento contemporâneo e da cultura identificada com a civilização em que vivemos.²⁵⁰

²⁴⁹ Grypho7, *O Imparcial*, n. 1004, 2 set 1938, p. 5.

²⁵⁰ *Babel Universitária*, *Diretrizes*, n. 6, set 1938, p. 16.

Quanto a Rubem, dois dias depois após a publicação de sua crônica atacando Alceu e Amaral Fontoura, o cronista publicou a carta resposta que Fontoura havia lhe enviado:

Recebi a seguinte carta:

“Meu caro Chico,

Eu queria ter o prazer de conversar com você pessoalmente, porque se vê que é um rapaz inteligente e agradável. Mas, se secretário não quis proporcionar-me este prazer e eu sou obrigado a lançar mão destes linguadros. No seu “Grypho 7” de hoje você ataca o Alceu Amoroso Lima, indicando uma colocação boa para ele: um mostruário de museu. Até aí tudo muito bem. É um bom direitinho(sic) esse que Rosseau e seu bloco nos legaram de cada um pensar o que quiser sobre os outros, e de dar curso a esses pensamentos. (...) Nessa altura você já deve estar se perguntando – “então me escrevem um catatau desse tamanho só pra dizer que não tem nada a dizer?!...” Aqui começo eu a falar. Você citou meu nome com todas as 14 letras, dizendo que Alceu Amoroso Lima me mandara responder em nome dele, na revista do Azevedo Amaral “Diretrizes” (**bom reclame para a revista, não?**) Em 1º lugar, admiro imensamente Alceu Amoroso Lima, sociólogo, literato, pensador dos mais sérios do século. Mas não manda ele nada nas mãos deste seu modesto criado. (...)

Continuou então dizendo que teria sido Samuel Wainer quem o convidara para dar seu depoimento sobre a universidade:

Se você acha que o Alceu está desmanchando a Universidade de que o Anísio construiu está convidado a tomar um café comigo no Lamas e irmos depois juntos visitar a U.D.F, assistir a suas aulas, percorrer sua biblioteca. Você verá então professores de todas as cores, filosofias de todas as naturezas, livros de todos os matizes. Aqui muito em família que ninguém nos ouve: o professor de psicologia, um padre, falou dois meses sobre inconsciente físico, psicanalise, ideias de Freud. Sublimação, complexos, etc. Isso não é muito século 12? O professor de História da Filosofia (um frade: frei Damião) incluiu no seu programa: incluiu no seu programa: a filosofia de Brunshiwica, Bergson. Karl Jaspers e Heidegger. (...) não falei mal da nossa Universidade sem conhecê-la. Estou de acordo que você tenha uma questão pessoal com o Senhor dos Céus. Está certo que o São Pedro seja seu inimigo de infância. Mas a Universidade não é dele, nem do Anísio, nem do Alceu, a Universidade é da cultura, do trabalho, do amor ao estudo. Trabalhando por ela, trabalhamos pela cultura do Brasil. Vamos trabalhar por ela sim? Seu criado – Amaral Fontoura.

251

Interessante notar a ironia com que Fontoura tratou o caso. Percebe-se, por seu discurso, que ele talvez pudesse saber quem era o escritor “por trás” de Chico, ironizando, inclusive, a publicidade em torno da revista *Diretrizes*. Braga respondeu a carta reiterando seu pensamento acerca da linha a ser seguida pela universidade:

²⁵¹ Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1004, 4 set 1938. P. 4. Grifo nosso. Além da carta de Amaral, o cronista pede desculpas aos leitores pela crônica do dia anterior, que, segundo ele, teve o final confuso, pois foi suprimida sem sua “audiência”, claro sinal de censura.

(...) O que incumbe aos homens que sabem e mandam alguma coisa não é formar uma casta de aristocratas: é o educar o povo, melhorar sua vida, abrir para todos as portas da cultura. E é para divulgar a cultura superior, para incentivar pesquisas, para ajudar a inteligência e a vontade de aprender da mocidade que não aceita dogmas nem respeita tabus que existem a Universidade. Não, meu caro Marquês! Não tenho nenhuma birra de padres nem de frades. Sou filho de pai batizado, sou batizado e pai de filho batizado. **Mas, uma universidade feita com dinheiro do povo não pode ser um instrumento de seitas religiosas nem tendências políticas. Deve ser um instrumento de cultura.** E com Tristão na reitoria a cultura é uma palavra feia.²⁵²

A crítica de Braga caminha no mesmo sentido dos comentários feitos pela revista *Diretrizes*, mais uma vez, suas crônicas mostram que o escritor estava em constante diálogo com os outros veículos, tratando dos mesmos temas e assuntos em voga.

A polêmica em torno da UDF pareceu ter se encerrado após a resposta de Chico na crônica do dia seis de setembro. No entanto, após alguns dias, a crônica não deixou de mencionar a saída de Tristão do cargo, com a ironia de costume: “O Sr. Tristão fez um discurso dizendo que passou uns dias no Caraça para descansar da maldade dos homens – o que é a maneira neotomista de dizer que foi se curar do tombo que levou na Universidade.”²⁵³

Mesmo findada a polêmica da UDF, o cronista sempre arranjou maneira de citar e alfinetar Tristão quando tivesse oportunidade. Numa crônica, Braga usou, como mote, a crítica a Tasso da Silveira, e ponderou que quando um ensaísta fica velho ele é considerado, pela crítica, um “pensador”. Para Braga, os pensadores neotomistas são os que menos pensam, portanto, Tasso da Silveira era tão bom pensador que já teria passado Tristão de Athayde.²⁵⁴

Noutra oportunidade, o cronista brincava com a republicação da revista *Para Todos* de Álvaro Moreyra. Ao afirmar que publicaria uma anedota do papagaio já que aprecia demais esse tipo de anedota. Sua apreciação seria tanta que o cronista era capaz até mesmo de comprar um livro “confuso de sociologia” de Tristão.²⁵⁵

A crítica aos intelectuais católicos e seus expoentes não se concentrava, somente, na figura de Tristão. O poeta Augusto Frederico Schimdt, já criticado noutros momentos,

²⁵² Grypho 7, *O Imparcial*, n. 1007, 6 set 1938, p. 5.

²⁵³ Grypho 7, *O Imparcial*, n.1019, 20 set 1938, p. 5.

²⁵⁴ Grypho 7, *O Imparcial*, n.1048, 23 out 1938, p. 5.

²⁵⁵ Grypho 7, *O Imparcial*, n.1099, 23 dez 1938, p. 5.

também foi alvo de Braga. Embora sua obra tivesse sido elogiada, o cronista não concordava com as posições filosóficas tomadas pelo poeta. Em crônica de novembro, Braga comentou sobre a publicação de um poema pela José Olympio:

Francamente, isso é uma coisa que não me agrada: elogiar o Sr. Augusto Frederico Schmidt. Certos gestos e certas atitudes desse homem me parecem tristes. Mas é inevitável falar bem desse poeta. Agora ele publicou uma tentativa de versão portuguesa ao Cântico dos Cânticos, que Olympio editou. (...) De qualquer modo, essa versão de Schmidt, que José Olympio tão lindamente editou, tem passagens de uma grande e imortal beleza – essa beleza que não morre, não porque seja divina (os deuses mudam tanto!) mas porque é humana, e os humanos são sempre os mesmos nessas coisas do amor.²⁵⁶

Sempre que pode, Rubem Braga deu conta de criticar os literatos expoentes do catolicismo Augusto Schmidt e, principalmente, Tristão de Athayde foram alvos das palavras ríspidas do cronista, que não concordava com a ligação destes religiosos tanto com a cultura, quanto com a literatura e a política.

Por meio da análise dessas crônicas que versam o papel da literatura, os intelectuais e seu engajamento, bem como a política cultural, presentes num momento de indefinição como o início do Estado Novo, é possível mapear as concepções de Braga a esse respeito.

Para o escritor, a literatura contemporânea reconhecia a contribuição dos modernistas da geração de 1922, porém, sua geração tinha outra missão. De acordo com Rubem, cabia aos literatos da geração de 1930 popularizar seus escritos, fazendo com que seus textos fossem mais acessíveis ao grande público, com a utilização de termos simples e informais. Além disso, aos literatos era necessário uma maior atenção ao povo, incorporando-o a seus romances, contos e poesias, sem perigo de parecer demagogia ou superficialidade. Ao governo, era necessário fornecer medidas para que os livros fossem barateados e desta forma, tornarem-se acessíveis.

Com relação a ideia de engajamento, notou-se que o cronista acreditava que a literatura, mesmo de maneira discreta e lenta, poderia, de fato, trazer a reflexão. Muitas de suas crônicas pontuavam que o escrito simples, por fazer chegar mais perto ao povo poderia fazê-lo pensar, tornando a literatura uma grande arma contra guerras e conflitos armados.

Esse tipo de concepção também dava margem à crítica a ideia do intelectual atrelado ao Estado. Como foi comum naquele período, e se acentuou com o decorrer do

²⁵⁶ *Grypho 7, O Imparcial*, n. 1077, 27 nov 1938, p. 5.

Estado Novo, representado pelas políticas culturais e ilustrado em periódicos oficiais, como a revista *Cultura Política*, foram muitos os intelectuais cooptados pela máquina burocrática do governo. Longe de ser uma relação passiva e maniqueísta, a política cultural do governo Vargas favoreceu alguns anseios da intelectualidade, como bem exemplificou a historiografia. No entanto, naquele início de Estado Novo, essas relações não foram vistas com bons olhos por Rubem Braga.

O mote da crítica foram as comemorações ao centenário de Machado de Assis, usado como exemplo de intelectual pelo governo, mas fortemente criticado por Braga por representá-lo. Além disso, a Academia Brasileira de Letras também representava, para Rubem, uma instituição arcaica que, do alto da sua “torre”, era passiva aos mandos e desmandos do governo e não representava a verdadeira literatura brasileira.

Pode-se concluir, então, que todos os elementos considerados por Braga conservadores e obsoletos, como a geração de 22, a ABL e a Igreja Católica, por meio de seu expoente máximo no período, Tristão de Athayde, foram atacados sempre que possível por não representarem as ideias do cronista naquele contexto.

Embora nunca tenha se filiado a nenhum partido, a não ser o episódio na Aliança Nacional Libertadora, ao longo de sua trajetória intelectual, o escritor apenas se aproximou de certa militância quando necessário, como foi o caso do Partido Socialista Brasileiro na reabertura política do pós Estado Novo. Essa independência intelectual foi marca constante em seus textos, de 1938 e 1939, além dos escritos ao longo de sua vida. Em 1984, escolhido para ser paraninfo na Faculdade de Filosofia do Espírito Santo, o cronista fez um discurso em que explicitava sua concepção de vida:

(...) Escolhestes paraninfo um homem sem partido, sem religião, sem profissão de fé, um desses franco atiradores fora de moda a que os de direita chamam, com respeito, de literato anarcoide, e os da esquerda chamam, com desprezo, de individualista pequeno burguês; uns e outros provavelmente com razão; o que vos trago, não é, portanto, orientação. Nem conselhos.²⁵⁷

Mesmo procurando explicitar, sempre que tivesse oportunidade, sua autonomia de pensamento, as crônicas, até aqui analisadas, mostram clara posição com relação a diversas problemáticas candentes no momento, sejam elas políticas ou intelectuais. Nesse sentido, pode-se concluir, ainda que estes textos, publicadas entre os anos de 1938 e 1939, nos periódicos aqui analisados, apresentam de certa forma, conteúdo

²⁵⁷ *Apud* RIBEIRO, Carlos. *Op cit.*, p. 77.

autobiográfico quando articulados a sua trajetória como intelectual e literato de seu tempo.

Conclusão

Muito além de um espectador do seu tempo, o cronista Rubem Braga traçou, por meio de suas crônicas, um testemunho das indefinições e incertezas que a década de 1930 representou na trajetória política do país. Seus textos são uma constatação do desafio de ser escritor, intelectual e jornalista numa conjuntura marcada pela complexidade ideológica e pela necessidade de tomada de posição, seja ela a direita ou a esquerda.

Por dois anos, o cronista escreveu em periódicos que seguiam linhas editoriais distintas, embora essa condição não tenha alterado seu posicionamento, sempre firme em suas posições políticas, sociais e, sobretudo, intelectuais. Nesse clima, foram publicadas cinco crônicas na *Revista Acadêmica*, 19 crônicas na revista *Diretrizes* e 163 crônicas n' *O Imparcial*, além de dois textos avulsos e respostas a inquéritos literários. A análise destas crônicas não perdeu de vista o suporte pelo qual o conjunto de textos pertencia, o grupo em torno desses empreendimentos e os textos aos quais se articulavam e dialogavam, elementos importantes ao se levar em conta esse tipo de fonte.

A própria natureza da crônica, seu estilo leve e descompromissado, aparentemente fútil, foi condição fundamental para que os textos tratassem de assuntos pesados, que foram da morte de milhares de crianças, causada pelos conflitos europeus, à tentativa de *putsch* pelos integralistas. A sensibilidade do cronista com as palavras fazia com que esses textos, carregados de críticas ao governo federal e à política estadonovista, fossem publicados, a despeito da censura.

Ao longo da análise, foi possível mapear um conjunto de temas que chamaram a atenção de Braga e que representavam suas principais inquietações. Esses textos estavam intimamente ligados aos acontecimentos daquele tempo, razão pela qual a opção foi, num primeiro momento, a de seguir a cronológica. Assim, ficou evidente que, nos primeiros meses de 1938, sua principal preocupação era o movimento integralista.

A tentativa de *putsch* em março e, posteriormente, maio de 1938, foram duramente criticados pelo cronista, que considerava seus princípios incompatíveis com a situação brasileira. Sua inquietação foi constante e o cronista seguiu comentando o movimento e ironizando a atitude de seus adeptos até a prisão do seu líder, Plínio

Salgado, em janeiro de 1939. O integralismo, para Braga, era sinônimo da implantação do fascismo em território nacional, razão pela qual foi duramente criticado, o que lhe rendeu, até mesmo, cumprimentos do presidente Vargas.

De fato, o combate ao nazifascismo deu ensejo a diversas crônicas, que comentavam os conflitos pré-guerra, bem como as atitudes de países como Inglaterra e França, que o inquietavam em relação ao destino político da Europa. Nesse sentido, os textos, do ano de 1939, foram exemplares, pois não se cansavam de chamar a atenção para os países democráticos, a exemplo dos Estados Unidos e do México, considerados exemplos reais de liberdade política e igualdade social. Ao insistir na dicotomia entre democracia e movimentos de extrema direita, Rubem, também, se referia, por vias tortas, à realidade brasileira, marcada pela ditadura do Estado Novo. As indefinições políticas daquele período exigiam a atenção frente ao que os contemporâneos claramente percebiam como uma perigosa aproximação das ideias antidemocráticas no país.

Para tratar da situação nacional, bem como do governo Vargas, a estratégia foi a de denunciar a condição social e a infraestrutura das cidades, tanto que, em diversos momentos, Braga evidenciou o aumento do custo de vida, a miséria e, principalmente, trouxe à tona a personagem que ele julgava tão esquecida pelo governo, o povo. Ainda nessa perspectiva, a situação econômica do país também foi um dos seus temas, sobretudo pelo viés do capital estrangeiro. O livro, publicado sob pseudônimo de Roberto Miguel Couto, com trechos divulgados em *Diretrizes* e na *Acadêmica*, defendia a modernização da indústria de ferro brasileira, que devia deixar de ser explorada pelas empresas estrangeiras. Relevante destacar que o discurso nacionalista permeava os textos do cronista, tanto os de política como os de economia.

A valorização do nacional e do popular tornou-se a marca de Rubem e não foi por acaso que, nesse período, publicou sua obra mais engajada, *A Questão do Ferro*, caracterizada pelas revistas contemporâneas pela escrita simples. Nesse sentido, numa sequência de crônicas, ele posicionou-se em relação à produção contemporânea, defendeu as obras cuja temática era a realidade nacional e criticou os literatos comprometidos com uma visão religiosa do mundo e os que optavam por uma escrita mais intimista. O argumento era o distanciamento do público e, sobretudo, dos desafios de seu tempo. Mais do que isso, não se pode desprezar o fato de parte desses intelectuais, sobretudo os católicos, abraçarem concepções diversas da defendida pelo cronista – além de demonstrar seu alinhamento com o grupo de romancistas sociais que

marcou os anos 1930. Compreende-se que o alvo das críticas mais ferrenhas tenha sido o intelectual Tristão de Athayde, o maior expoente do catolicismo laico.

Nesse sentido, a concepção de Braga era de uma literatura feita para fazer refletir e que deveria ter independência em relação ao poder, exatamente o que não ocorria em países como Itália e Alemanha, nos quais a criação artística, fosse ela qual fosse, deveria se subordinar aos ditames do partido. Atrelar-se ao Estado significaria subtrair parte da liberdade, razão pela qual fustigou aqueles que emprestavam seu nome ao projeto cultural do Estado Novo. Esse espírito independente era a linha condutora do pensamento de Braga, que também defendia a mesma postura para o jornalista, que não deveria se curvar à linha editorial do jornal, pois defendia que a verdadeira essência do *métier* jornalístico era a paixão pelo veículo.

Assim, a partir das críticas e comentários, contidos nas crônicas publicadas na *Revista Acadêmica*, na revista *Diretrizes* e n' *O Imparcial*, foi possível apresentar as principais posições políticas e intelectuais de Rubem Braga entre os anos de 1938 e 1939. Embora a análise tenha se centrado num curto período de tempo, os textos mostram um corpus significativo para discutir a postura do intelectual naquele conturbado momento da política brasileira. A despeito de não militar em nenhum partido, Braga mostrava clara oposição aos regimes de extrema direita e inquietação diante dos caminhos seguidos pelo regime político recém-instaurado entre nós, haja vista o elogio aos países democráticos, ao nacionalismo e à preocupação com as camadas mais pobres. É possível indicar forte disposição do cronista a um liberalismo mais à esquerda.

Nesse sentido, torna-se compreensível que sua imagem, naquele período, fosse a de um comunista perigoso:

Rubens Braga (sic) – brasileiro filho de Francisco de Carvalho Braga e Raquel Coelho Braga, comunistas intelectual. Marido da agitadora comunista Zora Seljan. Elemento nocivo capaz de entrar em franca atividade subversiva, tão logo se lhe ofereça ensejo. Em 16.6.1938, foi preso como medida preventiva de segurança política e social e posto em liberdade em 19.6.1938.²⁵⁸

A posição de questionador era considerada uma ameaça aos interesses nacionais e, por esse motivo, o cronista foi perseguido e precisou valer-se de pseudônimos. A leitura desse rico material indica que, apesar de Rubem insistir na simplicidade das crônicas e no seu caráter de "mero conselho", de fato, sua concepção de engajamento fizeram das

²⁵⁸ Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Setor Comunismo. Anexo 174 – Relatório sobre o jornal *Dom Casmurro* e seus colaboradores com antecedentes.

mesmas um veículo para se posicionar frente aos principais problemas de seu tempo. Por meio desse "artífice da palavra" pode-se revisitar os anos iniciais do Estado Novo, um tempo pleno, marcado por incertezas e angustias para os que remavam contra a maré montante do autoritarismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- ABREU, Alzira Alves. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ANTELO, Raúl. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984.
- ANDRADE, Carlos Drummond [et al]. *Crônicas 4. Para Gostar de Ler*. São Paulo: Ed. Ática.1980.
- ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. Sessão de Promoção Cultural, São Paulo, v. 46, n. 1/4, 1985.
- ARRIGUCI, David. Onde andar o velho Braga?. In: *Achados e Perdidos*. São Paulo: Polis, 1979
- ASSIS, Machado. *Comentários da Semana*. Organização: Lúcia Granja e Jefferson Cano. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. São Paulo: Martins, 1967.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa. Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BRAGA, Rubem. *1939 – Um episódio em Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____; *Aventuras*. Organização: Domício Proença Filho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____; *200 crônicas escolhidas*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- _____; *Rubem Braga: Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1980.
- _____; *Recado de primavera*. Rio de Janeiro: Record,1986.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas. In: BOMENY, Helena (org) *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- CAMPANHOLE; Adriano; Hilton Lobo. *Todas as Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas. 1971.
- CANDIDO, A. et. al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papius,1998.

CARVALHO JUNIOR, Celso. *A criação da Petrobrás nas páginas dos jornais O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras, Mestrado (História), 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: memória e história*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2007

CARONE, Edgar. *Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____ ; *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, Marco Antônio de. *Rubem Braga: um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Globo, 2007.

CARVALHO JUNIOR, Celso. *A criação da Petrobrás nas páginas dos jornais O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras, Mestrado (História), 2005.

CASTELLO, José. *Na cobertura de Rubem Braga*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

CHALHOUB, Sidney. A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa. In: *Revista Remate de Males*. n. 29(2). Jul/dez, 2009

_____ ; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

COUTO, Roberto Miguel. *A questão do ferro*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1938.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, A. (Dir.). *A literatura no Brasil*. 3.ed.rev. e aum. Rio de Janeiro: J. Olympio; Niterói: Ed. UFF, 1986. v.6.

CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimentismo no Estado Novo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, 2007, v. 13, n.2, p. 254

_____ ; *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: EDUNESP, 2000, p. 85.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DABÉNE, Oliver. *América Latina no século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DE LUCA, Tania Regina. *Leituras e projetos e (re) vista (s) do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. ; FERREIRA, Jorge. (org) *Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIMAS, Antônio. *Bilac, o jornalista: Ensaio*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

Dictionnaire du français contemporain. Paris: Librairie Larousse, 1971

DUQUE FILHO, Álvaro Xavier. *Política Internacional na revista Diretrizes (1938-1942)*. Mestrado em História. Assis. SP: FCL, 2007.

DUBIELA, Ana Karla. *Um coração postiço: a formação da crônica de Rubem Braga*. Fortaleza: Editora Centro Cultural BNB, 2010.

FERREIRA, Gabriela Manduca. *A crítica Machadiana durante o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH, USP. 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011.

_____; O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia na Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, n.2, v.19, abr.-jun. 2012.

FRANCESCHINI, Felipe. Notícia e reportagem: sutis diferenças. In: *Revista Comum*, RJ, v. 9, nº 22.

FREITAS, Ana Paula Saraiva. *A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940)*. Assis: FCL/Unesp, Dissertação (História), 2005.

GASPAR, Samantha dos Santos. *Rubem Braga e o semanário Comício: cidade, política e imprensa no segundo governo Vargas*. Dissertação (Mestrado em Ciência Social). São Paulo: USP, 2012

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRANATO, Fernando. *Esses jovens escritores: um encontro que todo iniciante gostaria de ter com os mestres de nossa literatura: Dalton Trevisan, Jorge Amado, Mário Quintana, Rubem Braga*. Curitiba: Fundação Jacob Daitzchman, 1989.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. In: *História*. São Paulo, n.2, v. 1, 2003

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro Ilustrado*. São Paulo: Saraiva, 1969, v. 1

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOISÉS, Massaud. A crônica. In: _____. *A criação literária*. 10.ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

MORAIS, Fernando. *Chatô o Rei do Brasil – A vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MULLER, Alexandre; GARCIA, Andrea Roberta da Rocha; BATISTA, Rosinalda Pereira. O século XX , cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil In: *Alfa*, São Paulo, n. 50, 2006.

NEME, Mário. *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre: Livraria O Globo, 1945.

NEVES, Margarida Souza. História da crônica. Crônica da História. IN: RESENDE, Beatriz. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. ; GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 .

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PORTELLA, Eduardo. *Dimensões I. Crítica Literária*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 195, v. 1

QUEIROZ, Rachel. *Coleção melhores crônicas: seleção e prefácio Heloísa Buarque de Hollanda*. São Paulo: Global, 2004.

_____ ; Maria Luíza. *Tantos anos – uma biografia*. São Paulo: Arx, 2004.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Record, 1992

RAMOS, Ricardo. *Do Reclame à Comunicação: Pequena história da propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual, 1985.

RESENDE, Beatriz. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

RIBEIRO, Carlos. *Rubem Braga: Um escritor combativo. A outra face do cronista lírico*. Rio de Janeiro: Booklink, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos de 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, 2003.

SÁ, J. de. *A crônica*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1997.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas/SP: Papyrus, 2002.

SILVEIRA, Joel. *Na fogueira: Memórias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SIMON, Luiz Carlos Santos. Rubem Braga e a arte do cotidiano. *Itinerários*. Araraquara: n. 16, 2008.

_____ ; *Duas ou três páginas despreziosas. A crônica, Rubem Braga e outros cronistas*. Londrina: EDUEL, 2011.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Rene. (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2010.

THERENTY, Marie-Eve. *La littérature au quotidien. Poétiques journalistiques au XIXe siècle*. Paris: Editions du Seuil, 2011.

TRINDADE, Helgio. *Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1988.

WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada. Jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo: Companhia das Letras: 1992.

WILLIAMS, Daryle. *Cultura Wars in Brazil. The first Vargas regime, 1930-1945*. Duke University Press: 2001.

FONTES:

Jornais

O Imparcial

Revistas:

Revista Diretrizes

Revista Acadêmica

ANEXOS

ANEXO I

Tabela – Colaborações de Rubem Braga na Imprensa 1928 -1940

Ano de colaboração	Periódico	Cidade	Ano em que saiu do periódico	Observações
1928	<i>Correio do Sul</i>	Cachoeiro de Itapemirim /ES	1932	Os textos publicados noutros jornais são republicados a partir de 1931.
1931	<i>Diário da Tarde</i>	Belo Horizonte/ MG	1932	Associados
1932	<i>Estado de Minas</i>	Belo Horizonte/MG	1933	Associados
1933	<i>Diário de São Paulo</i>	São Paulo/SP	1933	Associados
1934	<i>O Jornal</i>	São Paulo/SP	1935	Associados
	<i>Diário da Noite</i>	São Paulo/SP	1935	
1935	<i>Folha do Povo</i>	Recife/PE	1935	Ajudou a fundar.Porta-voz da ANL no Recife.
	<i>A Manhã</i>	Rio de Janeiro/RJ	1935	Porta-voz da ANL no Rio de Janeiro.
1936	<i>Revista Acadêmica</i>	Rio de Janeiro/RJ	1939	Faz parte do Conselho de Direção a partir de novembro.
1937	<i>Revista Problemas</i>	São Paulo/SP	1939	Ajudou a fundar.
1938	<i>Revista Diretrizes</i>	Rio de Janeiro/RJ	1939	
	<i>O Imparcial</i>	Rio de Janeiro/RJ	1939	
	<i>Dom Casmurro</i>	Rio de Janeiro/RJ	1939	
1939	<i>Correio do Povo</i>	Porto Alegre/RS	1940	
	<i>Folha da Tarde</i>	Porto Alegre/RS	1940	
1940	<i>O Estado de S.P</i>	São Paulo/SP		

ANEXO II**Tabelas – Principais temas levantados nas crônicas entre 1938 e 1938****Tabela I – O Integralismo**

<i>O Imparcial</i>	<i>Diretrizes</i>	<i>Revista Acadêmica</i>
1938		
setembro 9, n. 1010; 21 n. 1020; 23, n. 1022 outubro 6,n.1033 dezembro 31,n;1007	abril maio junho	maio
1939		
janeiro 29, n. 1136	n/c	n/c
6 vezes	3 meses	1 mês

Tabela II – Assuntos nacionais - crítica social e infraestrutura urbana

<i>O Imparcial</i>	<i>Diretrizes</i>	<i>Revista Acadêmica</i>
1938		
outubro 4, n.1031 novembro 9,n.1061 10, 1062, p.5 dezembro 2,n.1081 10, n. 1088 22,n.1098	maio agosto	abril
1939		
janeiro 12, n.1121 março 10, n.1167 11, n.1168 14, n.1171 22, n.1177 abril 2, n.1187 19, n. 1201	n/c	n/c
13 vezes	2 meses	1 mês

Tabela III – Assuntos nacionais – decretos, governo, etc.

<i>O Imparcial</i>	<i>Diretrizes</i>	<i>Revista Acadêmica</i>
1938		
outubro 21, n.1046 novembro 11. n.1063 18, n. 1069 20, n. 1071 22.n.1072 30, n. 1079	maio	n/c
1939		
fevereiro 24, n.1156 março 24,n.1179 maio 3, 1212 junho 10,1145	março maio	n/c
10 vezes	3 meses	n/c

Tabela IV – Intelectuais - engajamento, literatura e jornalismo.

<i>O Imparcial</i>	<i>Diretrizes</i>	<i>Revista Acadêmica</i>
1938		
Setembro 2,n.1004 4,n.1006 6,n.1007 7,n.1008 14,n.1014 20,n.1019 21,n.1020 outubro 2,n.1030 7, n. 1034 15. n. 1041 20,m.1045 23,n.1048 novembro 17,n;1068 27, n.1077 dezembro 23,n.1099	maio agosto setembro novembro dezembro	n/c

8,n.1035 12,n.1038 18,n.1043		
1939		
janeiro 8,n.1113 27,n.1134 março 19,n.1175 31,n.1185 junho 18, n.1152	janeiro fevereiro março abril maio junho agosto setembro	n/c
24 vezes	13 meses	1 mês

ANEXO III

Tabela VI - Crônicas que se cruzam com relação a temática.

	<i>O Imparcial</i>	<i>Diretrizes</i>	<i>Revista Acadêmica</i>
<u>TEMAS</u>	Meses de 1938		
Bombardeios na Europa	Setembro	maio	n/c
Missão Católica Japonesa	setembro	agosto	n/c
Acordo de Munich	setembro e outubro	outubro	n/c
Capital Estrangeiro/Livro <i>A questão do ferro</i>	novembro	novembro	setembro
Decreto proibindo estrangeiros de dirigir jornais e revistas	dezembro	maio	n/c
	Meses de 1939		
Centenário Machado de Assis	janeiro	julho	n/c

ANEXO IV

Tabela VII- *O Imparcial* – Número de crônicas publicadas entre setembro de 1938 a junho de 1939 e dias sem publicação.

<u>Crônicas por mês</u>			
<u>1938</u>	<u>Número de crônicas</u>	<u>1939</u>	<u>Número de crônicas</u>
<u>Mês</u>		<u>Mês</u>	
Setembro	23	janeiro	10
Outubro	19	fevereiro	16
Novembro	18	março	17
Dezembro	23	abril	10
-	-	maio	8
-	-	junho	10
Total	83	Total	80
<u>Dias sem crônica</u>			
<u>1938</u>	<u>Dias sem publicar</u>	<u>1939</u>	<u>Dias sem publicar</u>
<u>Mês</u>		<u>Mês</u>	
Setembro	3	janeiro	5
Outubro	7	fevereiro	4
Novembro	6	março	10
Dezembro	5	abril	13
-	-	maio	17
-	-	junho	9
Total :	22 dias sem publicar	Total	58 dias sem publicar

Obs : o jornal não circulava às segundas-feiras